



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Programa de Pós Graduação em Educação

YARA CRISTINA DA ROCHA

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E JUVENTUDE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E O
ESTÍMULO AO DEBATE COM VÍDEOS INFORMATIVOS

SÃO CARLOS

2021

YARA CRISTINA DA ROCHA

**PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E JUVENTUDE: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E
O ESTÍMULO AO DEBATE COM VÍDEOS INFORMATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação da Universidade Federal de São Carlos.
Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Subjetividade.

Orientador: Antônio Álvaro Soares Zuin

**SÃO CARLOS
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Yara Cristina da Rocha, realizada em 25/06/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Antonio Alvaro Soares Zuin (UFSCar)

Profa. Dra. Paula Ramos de Oliveira (UNESP)

Prof. Dr. Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, pelo incentivo à minha carreira acadêmica, e pela paciência nos momentos de reclusão e irritabilidade que fazem parte do processo de construção de algo tão precioso e dedicado.

Ao meu orientador, Antônio, por acolher minhas ideias e desempenhar um papel fundamental na edificação desta pesquisa.

À Universidade Federal de São Carlos, e a todos os docentes que fizeram parte desta trajetória, permitindo uma transformação singular de minha atuação como professora e como pessoa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela resistência e engajamento na pesquisa brasileira.

Às companheiras do Coletivo de Promotoras Legais Populares, por me inspirarem na luta das mulheres por um mundo mais justo e igualitário.

À minha avó, Silvia, que definitivamente é parte essencial de tudo que sou e que faço.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar, com auxílio da bibliografia direcionada, os elementos que contornam o evento da pornografia de vingança, voltada particularmente para a exposição vexatória, indevida e o linchamento moral contra mulheres, e também os componentes que alimentam a busca e o consumo de vídeos sobre o tema na base do YouTube. Destacando o caminho construído pelas revoluções tecnológicas, até o *boom* virtual que tomou conta do cotidiano dos indivíduos, serão demonstradas algumas fragilidades que se transpõem entre as fronteiras do real e do virtual, combinando características de relações interpessoais em planos virtuais. Além do foco no comparativo de vídeos da base virtual, a pesquisa toca em pontos que também busca investigar o impacto da pornografia de vingança nas relações de jovens e adolescentes, sobretudo aqueles que têm alguma ligação com o ambiente escolar. Apesar de se configurar como um evento bastante imparcial entre gêneros e faixas etárias, o texto se propõe a indicar como o fenômeno expõe sua maior abrangência entre as mulheres jovens, com mecanismos específicos de atuação e penalização sobre as vítimas. Serão abordados alguns apontamentos sobre o conceito geral de violência e os entrelaçamentos que esta faz com a escola, com a cultura que emana deste ambiente e que estabelece ligações com o tema principal, além do respaldo dos estudos de gênero que amparam a construção da perspectiva proposta na discussão. A pesquisa conta com os aportes teóricos da Teoria Crítica, que disserta sobre alguns dos efeitos da tecnologia na sociedade, levantamentos históricos acerca da história da computação, *internet* e a expansão do uso no cotidiano das pessoas, estudos da educação voltados à análise da violência e da cultura escolar, além dos processos atuais que buscam articular o novo cenário digital à grade curricular, e destaques da literatura feminista e dos estudos de gênero, que visam denunciar elementos discriminatórios e promover o debate contra violências e paradigmas que se reproduzem socialmente.

Palavras-chave: cultura digital; juventude; violência; pornografia de vingança.

ABSTRACT

This research proposes to analyze, with the help of the targeted bibliography, the elements that circumvent the revenge pornography event, particularly focused on vexatious, undue exposure and moral lynching against women, as well as the components that fuel the search and consumption of videos on the topic on the basis of YouTube. Highlighting the path built by technological revolutions, until the virtual boom that took over the daily lives of individuals, some weaknesses that are transposed between the boundaries of the real and the virtual will be demonstrated, combining characteristics of interpersonal relationships in virtual planes. In addition to the focus on comparing videos from the virtual base, the research focuses on points that also seeks to investigate the impact of revenge pornography on the relationships of young people and adolescents, especially those who have some connection with the school environment. Despite configuring itself as a fairly impartial event between genders and age groups, the text intends to indicate how the phenomenon exposes its greater scope among young women, with specific mechanisms for acting and penalizing victims. Some notes will be addressed about the general concept of violence and the interweaving it makes with the school, with the culture that emanates from this environment and that establishes links with the main theme, in addition to the support of gender studies that support the construction of the proposed perspective in the discussion. The research relies on the theoretical contributions of Critical Theory, which discusses some of the effects of technology on society, historical surveys on the history of computing, *internet* and the expansion of use in peoples daily lives, education studies aimed at analyzing violence and school culture, in addition to the current processes that seek to articulate the new digital scenario to the curriculum, and highlights of feminist literature and gender studies, which aim to denounce discriminatory elements and promote the debate against the violence and paradigms wich are socially reproduced.

Keywords: digital culture; youth; violence; revenge pornography.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: A Cultura Digital e sua trajetória histórica	15
1.1 – Das máquinas rudimentares à revolução tecnológica	15
1.2 – A <i>internet</i> e seus desdobramentos históricos	29
1.3 – Correlações entre Teoria Crítica, Cultura Digital e Educação Escolar	32
Capítulo 2: A presença da Cultura Digital nas escolas	37
2.1 – Escolas em redes: primórdios e desafios	37
2.2 – Teoria Crítica e Indústria Cultural	47
2.3 – A Indústria Cultural e a Cultura Digital	55
Capítulo 3: A cibercultura e a violência no contexto digital	59
3.1 – As práticas de cyberbullying, a escola e os linchamentos virtuais	59
3.2 – Cyberbullying, e linchamento virtual	66
3.3 – Cyberbullying e escola	70
3.4 – Excurso sobre a presença da violência nas escolas	72
3.5 – Violência e Juventude	80
Capítulo 4: Violência de Gênero	88
4.1 – Gênero, violência de gênero e violência contra a mulher	88
4.2 – Apontamentos sobre a Pornografia: conceituação e contextualização correlatas	96
4.3 – A pornografia de vingança no contexto da Cultura Digital	103
4.4 – Pornografia de vingança como violência contra a mulher	109
4.5 – Pornografia de vingança e legislação	112
Capítulo 5: Comparativo de vídeos e as nuances que fomentam o debate com a educação e a relação com a juventude	115
5.1 – Entre a instrução educativa e o bate papo	115
5.2 – Paralelos entre os materiais e destaques congruentes	124

Considerações finais

129

Referências

135

Introdução

Na atualidade, ao observar e estudar a história contemporânea, torna-se uma tarefa complexa dissociar a atuação das tecnologias digitais do cotidiano das pessoas. Diversas relações foram transformadas, lapidadas ao contexto virtual, enquanto novas formas de interação também emergiram desta articulação, da vida rotineira com os ambientes do ciberespaço, com muitos estudos e teorias sugerindo, inclusive, que a intimidade desta relação se apresenta em um movimento tão próximo e constante, que este século ainda poderá presenciar um estreitamento ainda maior deste convívio, transformando homem e máquina em elementos particularmente inerentes.

Cronologicamente, o contato de pessoas com as redes virtuais foi se expandindo cada vez mais, graças à articulação de inúmeros aparelhos eletrônicos que foram aperfeiçoados para se adequarem ao novo modelo de troca de informações, imagens e demais dados de multimídia e interação. Dentre os processos que culminaram nesta expansão, é possível citar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de serviços de comunicação, a “necessidade” de aparatos móveis e de fácil transporte, a baixa de custos no mercado para a aquisição de tais aparatos, além da inclusão massiva dos procedimentos virtuais em diversos tipos de serviços disponíveis à população.

É possível observar, por meio destes processos, um conjunto de componentes que migraram para um campo inteiramente novo, mas que abarcaram em sua proposta emular diversos aspectos sociais, tais como relacionamentos, interações entre múltiplas culturas e classes sociais, além de ampliar o controle e o desenvolvimento de empresas que proporcionam esta visão de mundo integrado. No entanto, como é pontuado por Lévy (1999), é de suma importância que sejam feitas reflexões incisivas no que diz respeito à influência da construção da inteligência e do pensamento coletivo que se sucede desta relação, do qual acaba projetando uma relação dualista, em que ações humanas e as tecnologias não estão estritamente determinadas, mas se relacionam em conjunto. O autor sinaliza para a atuação das tecnologias como propulsoras do conhecimento, no entanto, um conhecimento com características demasiadamente descentralizadas, com estilos que perpassam por novos tipos de organização e se encontram sujeitas a desmandos ideológicos.

Em um dos nichos expostos por esta crescente relação, entre homem, máquina e espaço virtual, o objeto de estudo nesta pesquisa se volta para uma das tensões mais recentes e preocupantes na forma de violar os direitos e a imagem de pessoas: a

pornografia de vingança. O *revenge porn* (termo em inglês), apesar de ser considerado um conceito relativamente recente, tanto na história da própria cultura digital, quanto em territórios brasileiros, entre outros estudos afora, se resume a prática criminosa de expor e divulgar materiais íntimos das vítimas sem o seu consentimento, buscando claramente violar a imagem e o psicológico da mesma. A prática, como foi observado em algumas notícias, pode acontecer após o término de relacionamento, ou numa tentativa de extorsão, por exemplo, empurrando a vítima para situações de constrangimento e agressões públicas. No entanto, tal comportamento não é uma regra, já que o que paira sobre a prática se resume no linchamento da imagem da vítima, e para isto, não é uma necessidade que vítima e agressor se conheçam.

Um dos focos da pesquisa se direciona a observação deste fenômeno presente na vida de mulheres jovens e adolescentes, que, de acordo com o site SaferNet Brasil, compõem a grande maioria de vítimas desta prática, fazendo com que sejam impulsionados a articulação do debate em movimentos feministas e jurídicos, até a criação de diretrizes educacionais que visam o cuidado paliativo e o enfrentamento da ação em meios sociais e escolares. O outro eixo se volta à análise comparativa de dois vídeos com enfoque no tema, mas que se apresentam de formas bastante distintas em sua estética, destacando como um mesmo tema proporciona vias de discussão bastante particulares.

Para esta análise, será feito inicialmente um panorama histórico dos caminhos que viabilizaram a inserção prolífera das tecnologias no cotidiano das pessoas, passando desde a explanação do conceito de tecnologia até as revoluções tecnológicas que modificaram as estruturas do final do século XX, até o alvorecer e decorrer do século XXI. Pontos como a história da computação, o uso abundante de suas funções nos contextos de guerra, são alguns dos respaldos que sustentam a concepção de transformação histórica da tecnologia na humanidade.

Para fundamentar parte desta pesquisa, serão utilizados alguns embasamentos da Teoria Crítica, que se detalha na discussão do alastramento da tecnologia e alguns de seus efeitos negativos para a sociedade, construindo um panorama que visa além de estabelecer análises, também enunciar as adversidades presentes nas práticas que se renovam ao passo em que o ser humano e o ambiente a sua volta evoluem. Estruturada em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, a “*Dialética do Esclarecimento*”, de Adorno e Horkheimer (1985), traz um rico debate acerca da dominação e da violência

que emergem da técnica e da tecnologia desenfreada, que apesar da promessa de progresso e emancipação social, continuam a lançar sobre os homens mais conflitos e a sofisticação de antigas formas de barbárie. Nesta obra, razão e técnica são colocadas em cheque, quando os autores questionam a ligação do esclarecimento com os processos de dominação, sobre como tais processos tidos com civilizatórios e progressistas parecem fazer com que haja mais retrocessos e novas formas de violar os direitos humanos, em que “[...] em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.11).

Esta correlação também é observada na articulação da Teoria Crítica e de seus efeitos sobre o cenário escolar atual, que se desdobra para se alinhar ao contexto digital e virtual, enquanto assiste a invasão eminente de aparelhos e novas linguagens provenientes do ciberespaço. Tal interação reflete em graves mudanças na forma de aprendizado para os alunos, e também na forma como as diretrizes educacionais se associam para coordenar as novas abordagens das tecnologias presentes na educação, bem como tentar estabelecer um controle sobre as relações e comportamentos resultantes do uso constante de aparelhos digitais no ambiente e nas imediações escolares. Neste caso, um dos aportes que fornecem amparo a esta parte da análise é o artigo de Zuin e Zuin (2018), onde é provocada uma reflexão crítica acerca da cultura do uso dos aparelhos digitais, sobretudo os celulares, e sua repercussão nas relações cognitivas e interpessoais entre alunos, docentes e demais atores escolares.

Elementos que observam algumas das características do campo educacional em meio às transformações acima descritas também serão ressaltados, já que a especificidade da pesquisa se volta à juventude, é necessário buscar algum apoio naquela que, entre inúmeras adversidades, ainda se coloca como uma das principais fontes de emancipação, autonomia e conhecimento na sociedade: a escola. É interessante observar que, a faixa etária se encaixa como um dos principais elementos que compõem a pornografia de vingança para algumas vítimas, sendo neste caso o espaço escolar um pano de fundo para o evento, sendo terreno de disseminação e ao mesmo tempo de combate à prática.

O papel da escola pontuado nesta pesquisa simboliza o cenário que se faz presente em muitas das etapas do fenômeno da pornografia de vingança. Ainda que não seja protagonista das discussões colocadas aqui, seu envolvimento está presente em boa parte das evoluções que amparam o fenômeno, dentro das menções de casos, por

exemplo. Inicialmente, estabelecendo um seguimento cronológico, relatando a sua participação na difusão da *internet* nos meios educacionais, bem como o desenrolar desta complicada relação. Seu aparecimento também pincela a incidência do fenômeno, ao vitimar majoritariamente meninas menores de idade, supostamente em idade escolar.

A respeito dessa influência, do ambiente escolar no tema da pornografia de vingança, é necessário inicialmente observar este cenário que é atravessado por diversas violências que permeiam todo seu contexto, ou seja, dentro e fora de suas dependências, absorvendo traços do entorno que o compõe. Para isto, Zaluar (2001), Minayo (2005) e Debarbieux (2006) são algumas das referências levantadas, no qual articulam desde a violência que migra para as escolas, como o caso da violência urbana e a vulnerabilidade social, até as que são resultantes da cultura escolar, como o abuso de poder e a falta de comunicação e empatia, por exemplo, perpassando para o ponto mais específico, ligado ao tema central, abordado por Louro (2014), que discorre sobre os paradigmas que reproduzem as diferenças, preconceitos e opressões acerca do gênero e sexualidade dentro dos ambientes escolares.

A literatura feminista é suscitada a fim de embasar as percepções de diferenças, preconceitos e violências sobre as questões que cercam as noções de gênero e sexualidade. Louro (2014) e Saffioti (2015) compõem alguns dos respaldos teóricos, que visam discutir a urgência dos estudos de gênero com foco no combate da violência e da reprodução de comportamentos que visam manter uma ordem social desigual e manipuladora, no qual se encontram as características que constituem a prática da pornografia de vingança.

O tema central, da pornografia de vingança, é trazido, principalmente, com o apoio de duas monografias, ambas com direcionamentos que focam na análise da contextualização do fenômeno voltadas à sua percepção histórica, social e jurídica, destacando a fragilidade na sua condução, devido a sua disposição recente, além da íntima ligação com questões que simbolizam tabus sociais. Também são apresentados alguns exemplos veiculados na mídia digital, sendo combinados e discutidos pelos aportes feministas citados acima, além da contextualização dos conceitos de violência e da violência de gênero contra a mulher. Serão apontadas algumas diretrizes jurídicas, que foram formuladas ao longo deste curto processo de conhecimento da prática e do termo da pornografia de vingança, e que foram necessárias para as ações de prevenção, enfrentamento e punição da prática que assola em diversos níveis suas vítimas.

Por fim, será levantado um comparativo de vídeos, fixados em uma base de compartilhamento multimídia, que tem como tema principal a pornografia de vingança, no entanto, com perspectivas estéticas e discursivas bastante diferentes ao lidar com o assunto.

A expressão “vazar nudes”, usualmente presente na maioria das gírias adolescentes, mas que se ampliou terrivelmente entre muitas outras faixas etárias, significa a prática violenta da exposição de um indivíduo, utilizando vídeos, fotos e mensagens íntimas, na maioria das vezes com sentido sexual, sem o consentimento daquele que está sendo exposto. Essa exposição se representa como violenta, pois, além do não consentimento da vítima, existe o claro intuito de provocar a humilhação, de causar prejuízos àquela pessoa e à sua vida. Os conteúdos, que contam com 81% de vítimas mulheres, segundo a ONG SaferNet, vão desde fotos e mensagens íntimas, até cenas de agressões mais graves. Segundo o site, o evento, apesar de bem disperso, possui algumas características particulares, que adicionam detalhes importantes para construir seus critérios e análises, como por exemplo, ter uma parcela esmagadora de mulheres com idade entre 18 a 30 anos de idade, seguido pelas jovens menores de idade, dos 12 aos 17 anos.

Uma busca simples, com o termo “pornografia de vingança”, ou seu equivalente em inglês, *revenge porn*, faz saltar um conjunto de *links* que vão, inicialmente, para algumas bases jurídicas e depois para artigos acadêmicos. Escavando um pouco mais, chegam-se as mais variadas histórias e seus personagens, que vão desde desfechos aterradores, até o debate de medidas que visam impulsionar o combate eficiente desta prática, seja por meios legais e/ou educativos. A proposta deste trabalho se baseia em analisar de qual forma a discussão e prevenção desta agressão se apresenta em forma de material multimídia, alimentando a base de conhecimentos acerca do tema, sendo direcionado para jovens e adolescentes, a geração que passou por pouca ou nenhuma adaptação ao boom tecnológico digital que se alastrou, principalmente a partir dos anos 2000. Mais especificamente, será feita uma análise entre dois vídeos isolados, pontuando alguns elementos, como a estética visual e o formato dos discursos de cada um, junto aos parâmetros colocados pela bibliografia selecionada, a fim de criar uma vertente de discussão, que ampare a percepção do fenômeno para o público em geral.

O primeiro, se concentra no material produzido pelo canal Futura, há pouco mais de dois anos desde a data de construção desta pesquisa. Com um debate entre cinco

peessoas diferentes, entre apresentador e convidados, o material, de aproximadamente uma hora de duração, conta com ricas contribuições de seus entrevistados, além de um leque de opções para melhor conhecimento da terminologia da pornografia de vingança, valendo-se especificamente da abordagem feita pelo cinema, indicando curtas metragens, filmes entre outros materiais de apoio. O outro vídeo tem seu foco sobre o mesmo assunto, tratado por Bel Rodrigues, *influencer* catarinense de 27 anos, graduada em Comunicação Social e pós-graduada em Criminologia, dotado de gírias, linguagens simplificadas, comentários enérgicos e opiniões pontuais sobre o assunto. Os elementos essenciais para a discussão do tema estão bem presentes também neste vídeo, de forma bastante explicativa e definida, que não se concentram em uma explanação voltada a uma área específica, mas por meio de pesquisas gerais feitas pela *influencer*.

A quantidade de visualizações de ambos torna-se uma das observações na composição desta discussão, pois, sob o mesmo tema, o primeiro vídeo detém pouco mais de 700 acessos, enquanto o outro dispara com quase 59 mil *views*. Para além da diferença de data de postagem, de um ano entre um material e o outro, a procura e exploração dos vídeos demonstra certa especificidade, sobretudo em sua estética e a metodologia de sua abordagem. Portanto, um dos eixos da pesquisa pretende se focar na discussão de possíveis causas dessa disparidade, sobretudo no que corresponde à forma como ambos são apresentados visualmente e verbalmente.

Outro ponto relevante nesta pesquisa avalia parte das raízes deste problema, por meio das desigualdades estabelecidas socialmente, onde proporciona um estigma perpétuo em quem foi flagrada ou exposta performando sua sexualidade. Isto é realmente um problema? Pensando rapidamente em uma situação na qual jovens, considerados respectivamente como do gênero feminino e masculino, são indevidamente expostos a este tipo de situação, em qual deles o peso das “consequências” seria maior? Quais seriam estas consequências? Qual o teor das discussões disponíveis para reflexão e debate deste problema? Os ataques sofridos pelas vítimas, tendo a *internet* como meio de condução das agressões, determinam um fator potencialmente singular no que corresponde a análise deste fenômeno, relacionando teorias que comumente são contempladas separadamente.

A metodologia empregada nesta pesquisa remete aos sistemas que fundamentam: a pesquisa bibliográfica, que se embasa em fontes como obras literárias, revistas e artigos científicos; a pesquisa qualitativa, que se vale essencialmente de

estatísticas sólidas, mas pontua elementos que se sobressaem aos gráficos e tabelas, realizando a observação e análise de comportamentos e fenômenos; e dá indícios para uma pesquisa exploratória, que pode, a *posteriori*, indicar caminhos para a realização de mais investigações que possam melhor destrinchar e propor alternativas para a observação do tema central.

Capítulo 1: A cultura digital e sua trajetória histórica

Esta seção busca apresentar uma síntese histórica sobre alguns dos desenvolvimentos sociais e científicos que deram início às revoluções tecnológicas, abordando aspectos dos primórdios da história da computação, até a difusão da cibercultura da atualidade. Também pretende vincular esta síntese a alguns excertos da Teoria Crítica, a fim de melhor fundamentar esta etapa introdutória e estabelecer um dos marcos referenciais da pesquisa.

1.1 Das máquinas rudimentares à revolução tecnológica

A título de conhecimento, e para melhor organizar a conceituação sobre os impactos da cultura digital e parte do conjunto de consequências que ela implica, um breve histórico do que levou o ser humano a iniciar seu processo de automatização do pensamento deve ser observado, para que possam ser compreendidos, historicamente, os caminhos que trouxeram os indivíduos a um estilo de vida intrinsecamente digital na atualidade.

Inicialmente, uma das atribuições ao conceito de cultura digital pode ser definida como um agrupamento de comportamentos, práticas e pensamentos que foram criados e ressignificados diante das marcantes transformações provocadas pela utilização massiva da tecnologia digital na sociedade. É importante fixar que muitos conceitos apresentados possuem características flutuantes: apesar do grande esforço empírico em construir concepções cada vez mais sólidas para a compreensão e administração do pensamento e dos problemas da atualidade, autores e estudos apontam a movimentação agitada até mesmo na base de algumas ideias já formuladas, pois é quase impossível mensurar a velocidade da propagação de informações e das mudanças que elas provocam. Pensar na cultura por esta perspectiva, parte da idéia de que diversos costumes são constantemente alterados devido a cada vez mais íntima e crescente relação do ser humano com a interação digital, por exemplo. Logo que passa a ser um componente relativamente inseparável de toda uma geração, transformando tradições e percepções, é possível deduzir que sua constante alteração e agitação absorvessem elementos culturais já presentes em algumas condutas humanas, implicando em transformações nas estruturas sociais e comportamentais do indivíduo.

Em uma pesquisa simples, apenas com o termo “cultura digital”, em bases de busca pela *internet*, os primeiros resultados que disparam na tela se referem, majoritariamente, aos manuais propostos pelas pesquisas em educação, que buscam

acomodar e administrar a aplicação do conceito, geralmente num contexto escolar. Tomando estes primeiros resultados, é entendido que, a relação cada vez mais evidente e pulsante da tecnologia digital com a vida do indivíduo, e neste caso sendo observada especificamente a sua atuação nas mãos de jovens e de docentes, precisou ser colocada como elemento mais próximo e funcional de sua formação na vida, sendo apreciado e analisado, sobretudo pelas vias educacionais, marcando uma série de medidas, projetos e recomendações, para, primeiramente, possibilitar a inserção social de uma massa marcada pela transição de uma época de cartas e telefones públicos, a mensagens instantâneas de aplicativo e *streamings*, e, posteriormente, para a tentativa de provocar uma utilização mais crítica e menos automática dos aparelhos que já são parte inerente do cotidiano da maioria dos indivíduos, além de promover o reconhecimento de um item que já se firma como peça semi permanente do desenvolvimento desta geração, demonstrando assim sua constante inserção em diretrizes educacionais e nas grades curriculares escolares.

Na busca pelo conceito de cultura digital, é possível constatar que este tema vem sendo bastante explorado por diversos autores, seja para descrever e documentar algumas das transformações tecnológicas percebidas ao longo do tempo, seja para viabilizar uma comparação de acontecimentos e aspectos sociais com os princípios teóricos formulados, no intuito de compreender tais revoluções, e talvez aprender a conter e até administrar uma infinidade de situações decorrentes desta relação. Cronologicamente, pode-se tratar de uma conceituação recente, tendo uma explosão mais notória nos finais da década de 1990 e início dos anos 2000. No entanto, as sementes dos impactos sociais e comportamentais provocados pelos eventos de grandes revoluções tecnológicas são bastante discutidas pela da educação, sociologia e demais campos teóricos há um bom tempo.

Uma das vertentes de estudos teóricos, que busca dar conta de formular conceitos para que esta análise social inquieta seja feita, bem como discutir suas raízes e tentar lançar diagnósticos sobre suas consequências nos acontecimentos atuais ao futuro, é a Teoria Crítica, uma vertente filosófica, um conjunto de ideias e noções que se caracteriza pelo seu posicionamento crítico, ao examinar os modelos de sistemas que se inclinam ao autoritarismo e ao totalitarismo por meio dos impulsos progressistas e tecnológicos da sociedade, por exemplo. A Teoria Crítica também se estende a outras

análises, outros prognósticos críticos, no entanto o foco nesta pesquisa será seu direcionamento à tecnologia, sociedade e educação.

A Teoria Crítica se coloca como uma base de estudos e desenvolvimentos teóricos que busca conciliar a filosofia social apoiada nas ações teóricas e práticas do pensamento e da interação humana. De acordo com Fleck (2017), o projeto tem suas raízes nas influências críticas de Karl Marx ao desenvolvimento progressivo do capitalismo, à exploração das massas pobres e trabalhadoras e ao arranjo desigual decorrente dessas relações. O viés sobre os impactos da tecnologia nestas relações citadas aparece geralmente com alguns críticos como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Erich Fromm e Herbert Marcuse, por exemplo, e alguns destes nomes serão frisados ao longo da proposta colocada nesta pesquisa.

Dentro do campo da educação, uma das principais pontes que une o trabalho que compete à Teoria Crítica, tem se tratado excepcionalmente na articulação dos aspectos destacados, como o comparativo das percepções de mudança de comportamento e pensamento frente ao boom tecnológico. Mais do que o enfoque nas observações do impacto das tecnologias, a teoria vem como um apanhado filosófico que analisa uma série de consequências provenientes das mudanças nas estruturas sociais, principalmente causadas pela ação do capitalismo:

“Quando falamos em Teoria Crítica nos referimos ao pensamento de um grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos, que, a partir dos anos 1920, desenvolveram pesquisas e intervenções teóricas sobre problemas filosóficos, econômicos, sociais, culturais, estéticos gerados pelo capitalismo de sua época e influenciaram, de certo modo, o pensamento ocidental particularmente dos anos 40 aos anos 70 do século passado.” (ZUIN E GOMES, 2017).

O objetivo de recorrer a Teoria Crítica para embasar algumas partes desta pesquisa, está no paralelo que esta teoria faz ao dedicar uma parcela de suas linhas à observação e discussão das manifestações de fenômenos sociais e culturais que são subjetivos, buscando unir teoria e prática ao incorporar a filosofia nos acontecimentos presentes. A respeito da união desta teoria com as percepções históricas voltadas aos saltos da tecnologia, cabe citar rapidamente, a fim de exemplificar esta conjunção, a perspectiva de Adorno e Horkheimer (1985), quando dissertam que, dado o crescente sistema tecnológico, tendenciosamente digital, que passa a ser predominante numa sociedade pós-guerra, novas formas de dominação surgem para sustentar um novo plano

de controle instrumental dos homens, da natureza e da consciência crítica. Para os autores, tal controle está intimamente ligado aos itinerários expressivos da influência da indústria cultural, logo, as culturas digitais que pretendem ser explanadas ao longo deste trabalho.

Recorrendo a estes autores, que sequer sonhavam com as projeções holográficas da atualidade, mas que conceberam a visão de uma sociedade completamente afetada pelos avanços de uma tecnologia comandada pelo poder autoritário, narcisista, fascista e automatizado, são traçadas discussões que não somente evidenciam na gênese do conceito algumas das circunstâncias que se aplicam a contextos atuais, mas também lançam possíveis diagnósticos que podem alicerçar ações e pensamentos sobre o futuro. Este adendo se faz pertinente para que, no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, a teoria crítica possa ser vinculada aos demais conceitos que exploram a imposição de alguns paradigmas que reforçam, por meio da instrumentalização do pensamento, ações que promovem as desigualdades sociais.

De maneira geral, o conceito de cultura digital pode ser observado como um fenômeno, segundo Castells (1999), no entanto, ainda de acordo com o autor, este não se firma como um fenômeno estável. Isto porque, como no exemplo de um guarda-chuva, muitos outros conceitos se abrigam e se propagam dentro do que é entendido como cultura digital, reunindo um sem número de direções que podem exemplificar como esta conceituação se espalha, como, por exemplo, por meio da comunicação, da rede de informação, da ciência, das relações sociais, elementos que são intrínsecos à atividade humana e que também se renovam constantemente sob este fundamento.

É possível observar que há um movimento contínuo, um encontro de reflexões que busca parear a dinâmica das relações sociais com os avanços científicos, em diversos campos, como o da filosofia, da sociologia, da educação, na tentativa de esclarecer todos os acontecimentos que o fenômeno da cultura digital promove, assim como também busca aprimorar o conhecimento de suas origens, compreendendo sua influência em cenários mais recentes, e ser capaz de interpretar todas as consequências desta relação, por estar permanentemente ligada à subjetividade da mediação humana.

A junção desta perspectiva com a educação, e especificamente a educação presente nas escolas, para jovens, adultos e crianças, se coloca fundamentalmente na questão do papel desempenhado por esta entidade ao se contrapor, ou se aliar, aos desmandos de uma indústria cultural e a produção de seu material, inevitavelmente

inscrita no cotidiano de seus indivíduos. A Teoria Crítica, como marco deste estudo, vai além das proposições feitas no apanhado de suas gerações institucionais, pois, no passo em que a direção da famosa Escola de Frankfurt era alternada, assumindo em cada momento um direcionamento específico para a crítica da sociedade, também sua ênfase teórica se apresentava condicionada ao objeto de discussão daquele grupo em específico. Neste caso será buscada, primordialmente, a crítica social feita por alguns filósofos e teóricos de determinada geração da Escola, promovendo análise e compreensão dos efeitos contemporâneos, e sugerindo diagnósticos ao núcleo do pensamento presente de acordo com suas perspectivas relativas ao cerne do tema.

Inicialmente, é necessário o esclarecimento de alguns outros conceitos, que giram em torno da cultura digital, bem como suas passagens históricas, que serão utilizados do decorrer deste trabalho como referencial ao problema colocado sobre a pornografia de vingança. Historicamente, parte destes princípios conhecidos é tida como relativamente recente na história da humanidade, portanto, são constantemente repensados e re-esclarecidos na medida em que seus impactos são gerados e explorados por diferentes ângulos da percepção crítica humana. Neste caso, buscando uma breve contextualização dos conteúdos que cercam o tema proposto, uma das primeiras questões a ser feita é sobre como, ou a partir de qual momento, a cultura digital se tornou parte essencial da formação e transformação de toda uma geração. Quais caminhos, dentre a infinidade de percursos, a tecnologia tomou, para que atualmente este componente determine formas de controle, de comunicação e de informação, muitas vezes desigual, para grande parte dessas vidas? O que a última, das mais importantes revoluções tecnológicas trouxe de tão impactante para o comportamento do sujeito?

Desde muito antes da palavra “tecnologia” ser utilizada para se referir a todo o processo revolucionário social causado pelos aparatos digitais, é preciso lembrar que, desde que humanos e seus ancestrais passaram a desenvolver habilidades para sobreviver e se organizar, a experiência chamada humanidade sempre fora repleta de diversidades, ideias, significados, atitudes, dentre outras manifestações provenientes da interferência do ser no meio em que vive, pontuando, explicitamente, o conceito de tecnologia baseada nessas transformações.

Buscando o significado no grego, tecnologia significa “*tekhne*”: arte, ofício, técnica, e “*logia*”: estudo, logo, um estudo que busca pleno entendimento das práticas

desenvolvidas pelo homem ao longo de sua evolução, como, por exemplo, o uso de ferramentas que facilitam suas atividades cotidianas. Tecnologia se caracteriza, a princípio, como um elemento descritivo de tais ações, do qual possibilitou o entendimento de diversos avanços na conquista de processos de evolução e racionalização, de comportamentos essenciais e até da própria ciência, tendo seu importante termo e significado razoavelmente desmerecido em alguns momentos, até surgir a necessidade de ser utilizada para designar novidades e avanços em determinados projetos. Desse modo, é possível inferir que a tecnologia se trata de algo inerente à existência do homem, desde que este passou a aprimorar sua vida com todos os meios concebidos ao longo de suas experiências. E a coletividade, que acompanha o desenrolar da humanidade desde seus primórdios, é claramente responsável por estes feitos.

“Ninguém produz por si mesmo os conhecimentos de que necessita para sobreviver em meio à sociedade na qual nasce; a grande maioria chega como algo adquirido, que se recebe pela interação com o meio ambiente. Desde o instante em que o homem se dá conta do mundo e de si mesmo, percebe-se rodeado de instituições e tradições que vive e atualiza de um modo natural, sem se dar conta de que foi forjado nesse entorno, com atitudes e pontos de vista tão arraigados em seu modo de ser, em sua psicologia, que nada lhe parece estranho ou desconhecido.” (Fonseca Filho, 2007, pg. 16).

Pode-se estipular também, que uma das concepções para tecnologia venha a se aproximar mais de um complemento de análise, do momento em que é utilizada para descrever o grau de evolução de determinada ferramenta ou fenômeno, ou seja, seu significado transita entre momentos e os objetos conforme seu uso e a passagem do tempo, transformando-se em componente decisivo ao considerar a relevância e a profundidade do aprimoramento da evolução destes processos. Portanto, tecnologia passa de uma terminologia descritiva para todo um movimento de comprovação do método experimentado e sua consecutiva aplicação.

Em uma das prospecções de Marx (1975), a tecnologia pode ser entendida como um dos instrumentos que estimulam a produção de mercadorias, ou do capital, empregando menos quantidade de tempo e recebendo mais produtos obtidos, sendo somado com a força de trabalho. Para o autor, a inserção de alguns mecanismos tecnológicos nas diversas esferas de produção humana pode estar relacionada diretamente a uma possibilidade de exploração de relações, visando a produção do capital. No caso da tecnologia, como uma produção material do saber, de acordo com o

autor, transformando-o em um material destinado a uma troca injusta do conhecimento. Por outro lado, é necessário perceber que, apesar de se tratar de uma forma de otimização do trabalho, também se trata de um investimento potencialmente inovador nos campos de desenvolvimento social, como nos institutos de ensino, de pesquisa, órgãos governamentais e de financiamentos, já que, dada as novas relações que são estabelecidas pela tecnologia, grande parte das estruturas sociais, políticas e econômicas devem acompanhar suas sequências na medida em que o conhecimento toma a forma de material de troca. Dançar conforme a música, como exemplifica um famoso dito popular, acaba se tornando um princípio de sobrevivência para tais mecanismos citados.

Sendo assim, é possível combinar os fragmentos destas visões apresentadas sobre tecnologia e ponderá-las. A primeira, apresentada como parte inevitavelmente presente nas atividades humanas ao longo de sua historicidade, fatalmente inserida em todas as ações e descobertas, e inevitável à sobrevivência do ser humano; e a segunda como objeto continuamente propenso a absorver as mais diversas facetas das relações e evoluções do mundo, e que fomenta invariavelmente uma máquina de produção do conhecimento e do poder. Dada esta relação particular, assume-se que a tecnologia seja capaz de absorver aspectos que são peculiares às formas de vida que a produzem, que seja moldada aos interesses daqueles que de certa forma a detém e a transmitem, assim como a cultura.

A fim de acomodar algumas noções históricas, sobre tentar acompanhar o movimento que fez com que a computação moderna e a *internet*, e todos os aparatos físicos que a suportam, se tornassem ferramentas quase que inseparáveis do cotidiano do indivíduo, torna-se importante destacar como este acesso foi gradativamente se instalando no cotidiano da população mundial, abrindo alguns caminhos entre este século e o anterior, e explorando alguns dos pontos mais importantes, num panorama histórico sobre a invenção das máquinas que participaram da trajetória da computação.

“Uma vez apontada a importância e necessidade do estudo da história em geral e, mais especificamente, da história da ciência e da tecnologia, fica fácil perceber que o estudo da História da Computação é um interessante relevo dentro da vasta paisagem do conhecimento científico.” (Fonseca Filho, 2007, pg 23).

Compreender um pouco da história da computação neste trabalho, ainda que de forma breve e simples, faz-se necessário para que sejam contextualizados quais caminhos foram tomados, ou, pelo menos, destacar os mais decisivos, para que pessoas

chegassem ao ponto de terem máquinas e sistemas que predominam em boa parte as relações e atividades humanas atualmente. Torna-se importante lembrar-se da relação que o homem estabelece com tudo aquilo que ele toca, inventa e aperfeiçoa, literalmente dominando cada vez mais o ambiente e as coisas ao seu redor.

Fonseca Filho (2007) ressalta que, mais do que questionar-se e tentar compreender o funcionamento de um maquinário que se desenvolveu de forma bastante rápida, é necessário também valorar a trajetória das outras ciências por trás desta evolução, como a Física, a Lógica e principalmente a Matemática. Trata-se de uma exploração histórica que nem sempre segue um plano linear, sendo marcada por diversas interrupções, bem como a expansão vertiginosa de uma idéia que se espalhou em todas as partes do mundo, ou pelo menos, em suas origens, na maioria dos institutos de pesquisa.

“Os bits e todas as partes de um computador (incluindo o software) são na verdade o resultado de um processo, de uma evolução tecnológica de vários séculos, partilhada por inúmeros personagens, cada um acrescentando sua pequena ou grande contribuição. (Fonseca Filho, 2007, pg 28).

De acordo com Fonseca Filho (2007), a gênese da revolução tecnológica acontece com o instinto do ser humano em se apropriar, de uma maneira abstrata e alternativa, das quantidades e dos cálculos, desde a pré-história, que posteriormente vem a ser o desenvolvimento de uma forma de linguagem. Denominado pelo autor de senso numérico, este passo foi dado como um dos primeiros mecanismos de contagem elaborados pelos seres humanos (a história das pedrinhas para a contagem do rebanho de ovelhas, por exemplo), sendo inventada posteriormente uma expressão escrita para essa linguagem. De forma mais do que sucinta, pode-se dizer que estes mecanismos compõem as raízes da Matemática.

“A visão do número como uma qualidade de um determinado objeto é um obstáculo ao desenvolvimento de uma verdadeira compreensão do que seja um número. Somente quando, de acordo com um dos exemplos dados, o número quatro foi dissociado dos pássaros ou das pedras, tornando-se uma entidade independente de qualquer objeto – uma abstração, como diriam os filósofos –, é que se pôde dar o primeiro passo em direção a um sistema de notação, e daí à aritmética.” (Fonseca Filho, 2007, pg 29).

Como proposto pelo autor, a origem da computação, e todo seu desdobramento até a atualidade, está intimamente ligada aos avanços da Lógica e da Matemática, que foram as duas ciências propulsoras da idéia para uma automatização do raciocínio. O motivo primeiro de uma sucessão de eventos que culminaram em calculadoras e depois

em computadores, vem especialmente da necessidade de projetar a quantificação das coisas numa linguagem que atravessasse a contagem oral, e posteriormente escrita, e os cálculos por meio de gestos ou objetos físicos, além da possibilidade de reunir todas as descobertas em um único bloco teórico. E neste sentido, é possível constatar como toda a construção do saber e as formas de lidar com este procedimento afetaram assombrosamente a vida do ser humano, social e pessoalmente, deste momento em diante.

É válido destacar que a apropriação de um conhecimento, de acordo com Fonseca Filho (2007), ultrapassa a concepção de apropriação mental, cognitiva, psicológica e individual, passando a se configurar como um bem quase patrimonial entre algumas formações sociais. Ao mesmo tempo em que a expansão de um conhecimento passa a impressão de ser totalmente igualitário, ele não o é. Não é raro de se observar, por exemplo, que diversas civilizações mais antigas desenvolvessem seus próprios métodos de impulsionar o conhecimento da ciência entre os seus. Segundo o relato do autor, houve, no decorrer histórico da implementação de novos e diversos conhecimentos aritméticos, relações que realmente se hierarquizavam de forma desigual diante da transmissão de um novo método ou novo pensamento, seja por negação à novidade ou por medo de choques nas relações comerciais ou interpessoais. Daí as primeiras noções de construção do saber se idealizarem como algo material e passível de troca. A descoberta de novos sistemas costumava ser feita de forma cautelosa, mas o processo de propagação, assim como o avanço do conhecimento, também vem a ser algo irrefreável.

Deste exemplo, pode ser feita neste momento uma breve observação referente à relação resultante desta interação, do saber com o monopólio, vista sob a perspectiva de Marx (1975), sobre o material cultural que nasce e se amplia dentro de descobertas e momentos históricos, e da violência que inevitavelmente nele se insere, pois, já que não há formas de se impedir ou conter o alastramento de uma informação ou descoberta, que seja aplicada então aos seus moldes e maneiras de separar quem terá ou não poder sobre a mesma.

Desconsiderando um aprofundamento histórico e teórico, que geraria um sem número de páginas referentes à história da Matemática, porém ainda destacando sua devida relevância, é importante mencionar brevemente os objetos que inspiraram a criação dos dispositivos físicos, dotados de sistemas de automatização e contagem, e

logo depois do raciocínio lógico. Segundo Fonseca Filho (2007), o ábaco e o quadrante foram, decisivamente, duas das invenções que alçaram a humanidade a um desenvolvimento e compreensão da tecnologia nunca antes alcançada. O primeiro se destinava a contagem de grandes quantidades, além de realizar operações simples, como adição e multiplicação, inventado já em 3.000 a.C., aproximadamente. O segundo também era utilizado como instrumento de cálculo, mas voltado às atividades astronômicas, que tinha em uma de suas funções a capacidade de orientar posições geográficas, por exemplo. Para o autor, este fora um dos principais passos para conciliar a noção abstrata e concreta de um mesmo pensamento.

As primeiras máquinas consideradas como precursoras dos computadores foram desenvolvidas, inicialmente, como objetos portadores de recursos que utilizavam princípios astronômicos para a navegação, parecidos com bússolas ou relógios, com materiais mecânicos, compostos de alavancas e engrenagens, sendo posteriormente classificados como máquinas não programáveis, o que significava que suas funções não poderiam ser livremente alteradas, tendo como função inicial basicamente a indicação de corpos celestes, cálculos de distância marítima e operações matemáticas simples.

“Com o desenvolvimento dos primeiros dispositivos mecânicos para cálculo automático, começa efetivamente a vertente tecnológica que levará à construção dos primeiros computadores.” (Fonseca Filho, 2007, pg 86).

Charles Babbage (1792-1871) foi um cientista e matemático inglês, que, a partir de seus projetos, em meados de 1837, apresentou a proposta de um dispositivo feito a base de madeira e latão, que tinha o intuito de realizar uma série de cálculos com o qual ele trabalhava repetidamente. De acordo com Fonseca Filho (2007), ainda que os materiais disponíveis a Babbage fossem bastante rudimentares, o autor descreve que o cientista já possuía diversas projeções que se identificavam bastante com a concepção do maquinário de computadores modernos, chamando a memória dos cálculos inserida na máquina de “armazém”, por exemplo. Algo bem próximo ao que é referido de memória interna dos computadores mais atuais.

“O desafio era construir um dispositivo para computar e imprimir um conjunto de tabelas matemáticas. Babbage contratou um especialista em máquinas, montou uma oficina e então começou a descobrir quão distante estava a tecnologia do seu tempo daqueles mecanismos altamente precisos e de movimentos complexos exigidos pelo seu projeto.” (Fonseca Filho, 2007, pg. 88).

Então, em parceria com Ada Augusta Byron (1815-1852), condessa de Lovelace e também figura intelectual da mesma época, conceberam o primeiro conceito de computador programável. Ada Augusta Byron era filha de poetas e teve boa parte de sua educação voltada para as ciências aritméticas. Seu talento admirável neste campo lhe rendeu o título de pioneira da programação e da ciência da computação¹.

Babbage idealizou um equipamento que pudesse calcular, mecanicamente, os logaritmos com o qual trabalhava. Para além das calculadoras já disponíveis, que eram dotadas de operações mais simples, sua idéia se baseava no funcionamento de um maquinário que dispensasse a interferência de um executor dos cálculos para operações já repetidas, utilizando uma linguagem própria e podendo realizar várias tarefas isoladamente. Esta linguagem, inteiramente nova, seria constituída em símbolos e serviria para “programar” sua Máquina Analítica, como fora batizada, para fazer diferentes cálculos, em diferentes tempos, trocando apenas a ordem de interação de suas peças. A idéia da Máquina Analítica consistia na leitura de cartões perfurados com os cálculos a serem feitos, realizando o restante da operação com o menor contato humano possível.

Na tese de Costa (2012), são descritas as já mencionadas motivações que levaram ao início deste projeto, que foram desde automatizar um trabalho cansativo, até ressaltar a vontade de agregar a mecânica aos procedimentos de cálculos na tentativa de reduzir os erros manuais, que eram corriqueiros. Para o autor, essa imersão da relação entre homem e máquina, somada à percepção de Babbage, deveria trazer desde momentos revolucionários no quesito de inovação, ao mesmo tempo em que traria objeções quanto à reestruturação de todo um modelo de pensar o antigo. Tanto que, justamente a forma de pensar, seria o principal ponto a ser discutido sobre o estreitamento desta relação. O autor cita a analogia que Babbage fazia sobre a relação que surgiria com a possível execução de seu invento, alterando as faculdades da memória, já que surgiriam nestas suposições a idéia que se tratava de construir uma “máquina de pensar”.

“Envolvido por todas estas questões e ciente da importância de atender satisfatoriamente a tais necessidades, Babbage imaginou projetar e construir uma máquina que geraria automaticamente qualquer tabela e depois, de alguma forma, possibilitasse a impressão em papel com a mínima ação possível de

¹ Disponível em:

<http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=703&tit=Quem-foi-Ada-Lovelace>

operador humano e, portanto, acreditava ele, esta seria a única forma de evitar os erros.” (Costa, 2012. pg 62.).

Por conta de algumas limitações tecnológicas da época, o afastamento de alguns membros envolvidos no projeto, e a quantidade exorbitante de investimentos necessários neste maquinário, Babbage jamais conseguiria tirar a idéia completamente de seus manuscritos, deixando-os para que depois de alguns anos, outros nomes pudessem dar continuidade ao seu invento. E foi o que aconteceu, já que partir de 1930, os esquemas encontrados em seus estudos puderam dar origem aos primeiros computadores eletromecânicos.

Saltando quase um século à frente, mas estabelecendo a ligação mais decisiva na história da computação, ainda intimamente vinculado aos estudos de Babbage, Alan Mathison Turing (1912-1954), matemático, criptoanalista e cientista da computação, desenvolve no final dos anos 1930, o Multiplicador Criptoanalítico, uma máquina que tinha como propósito quebrar codificações de mensagens cifradas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Até então, neste período, diversos recursos tecnológicos já estavam mais acessíveis, tanto para continuar na busca da automatização de algumas funções humanas, quanto para servir de fomento nas estratégias bélicas. Ou seja, neste ponto, é praticamente indispensável considerar que são poucas as formas de serem pensados os progressos da ciência da computação e da construção dos computadores modernos sem considerar o contexto de guerra que envolveu todo o século XX. Muitos cientistas da época estavam envolvidos em projetos militares, tendo suas pesquisas e projetos custeados pelo exército, resultando em um período com uma quase inevitável militarização da ciência.

Após ter servido às forças britânicas para a decodificação das mensagens dos nazistas durante a Segunda Guerra, Turing começa na construção do que foi inicialmente nomeada como sua Máquina Universal, que consistia em um maquinário programável, com dados e informações armazenadas de forma que seria capaz de executar qualquer tarefa, com a descrição correta de suas instruções, suscetível de ser reproduzido com a mesma programação em outros aparelhos diferentes.

“De um ponto de vista teórico, a importância da Máquina de Turing está no fato de que ela representa um objeto matemático formal. Através dela, pela primeira vez, se deu uma boa definição do que significa computar algo.” (Fonseca Filho, 2007, pg 76).

Ao final de seu trabalho como criptólogo, permanentemente envolvido com as questões da Lógica e da Matemática associadas à mecânica, Turing se destaca ao ser um dos principais desenvolvedores do Colossus, aparelho inteiramente eletrônico, e tecnologicamente muito mais a frente de seus antecessores.

Tornando-se assim um dos pioneiros da ciência da computação, Alan Turing conseguiu simplificar trabalhos anteriores que permitiram efetivar diversos conceitos que são utilizados até os dias atuais, como sua própria Máquina de Turing, no qual segue o princípio lógico de que qualquer aparelho tem a capacidade de coordenar e reproduzir a programação de outro aparelho em uma questão de tempo significativamente curta.

É importante mencionar que, de acordo com Fonseca Filho (2007), até o final da Segunda Guerra, nenhuma das máquinas desenvolvidas antes desse período costuma ser considerada como computadores propriamente ditos. Isto se deve ao protocolo atualizado de requisitos atendidos entre as máquinas mais antigas e rudimentares e os aparatos tecnológicos mais modernos que surgiriam a seguir.

É a partir dos anos 1970 que o status do uso dessas máquinas vai perdendo seu caráter confidencial, estrito aos institutos de pesquisa e militar, partindo para uma tímida e sorrateira democratização de seu acesso, e por meio desta democratização, firmando cada vez mais a utilidade de seu uso em meios mais populares.

O crescimento das indústrias de computadores e a bagagem atraente de suas máquinas, recursos audiovisuais principalmente, foram fatores de extrema importância para que fosse derrubado o obstáculo de acesso e comercialização desta nova tecnologia.

“Com o aparecimento dos microcomputadores, rompeu-se a barreira de deslumbramento que cercava as grandes máquinas e seu seletor pessoal que as manipulava, e surgiu a possibilidade da transferência do controle do computador para milhares de pessoas, assistindo-se à sua transformação em um bem de consumo.” (Fonseca Filho, 2007, pg. 130).

Analisando pela perspectiva histórica, é possível olhar para a segunda metade do século XX e notar que nos aspectos científicos, todas estas invenções resultaram em uma intensificação da tecnologia nunca antes presenciada e de forma consideravelmente rápida. De acordo com Fonseca Filho (2007), o processo de integração eletrônica e digital na sociedade possibilitou uma reconfiguração de muitos conceitos que já se davam como apreendidos, tais como a comunicação, a informação, a linguagem, o que

inevitavelmente afetou as percepções das atividades sociais, intelectuais, políticas e também econômicas. A automatização, antes pensada como forma de resolver alguns cálculos, saltou para horas passadas em frente a uma tela seja para o trabalho, para a produção ou o acesso a um conhecimento, ou pelo simples prazer do entretenimento. O autor então determina, que o produto maior, deste progresso tecnológico, longe de estar acabado, pois se reinventa a todo instante, é o surgimento de uma Sociedade da Informação, que, ainda que usufrua das facilidades promovidas pela novidade eletrônica digital, está constantemente em perigo pelo excesso de informação e o empobrecimento crítico do pensamento pelo uso indevidos destes sistemas.

Trazendo rapidamente uma análise sobre esta afirmação, que será mais bem fundamentada mais adiante, pode-se mencionar a estrutura que embasa a filosofia da sensação proposta por Türcke (2010), na intenção de elucidar uma descrição dos fenômenos da história contemporânea. Nesta obra, é apresentada a teoria de um vício nas sensações chamativas, que focam diretamente nas interações da sociedade moderna com suas respectivas telas digitais. A perda de um processamento crítico de visões e informações, segundo o autor, que leva invariavelmente ao enfraquecimento da capacidade de discernir sobre algumas interpretações. Em suma, existe a possibilidade de a repetição de um estímulo levar à dessensibilização cognitiva referente ao mesmo, ainda que se busque repeti-lo continuamente.

Pode-se associar esta perspectiva do autor com a noção de uma cultura gerada no núcleo dessa expansão tecnológica, apresentada como uma das bases do problema principal deste trabalho, que apesar de estar constantemente em paralelo com as ações humanas, também se sobrepõe aos momentos e relações, tomando forma de algo que parece, e só parece, agir de forma quase que autônoma sobre a vida das pessoas. A enxurrada de informações, de sons e imagens debilita de forma descontrolada a relação com a comunicação e com o conhecimento.

Pensando em como esta cultura se tornou tão vastamente disseminada, é necessário conhecer o principal componente de sua profusão, e como este atinge de forma massiva, imediata e instável todos os cantos do mundo. A *internet*, assim como os demais elementos presentes na estruturação histórica do século XX, está atrelada ao contexto bélico, que compõe o cerne de uma das revoluções tecnológicas, até então, mais impactantes para o ser humano.

1.2 A *Internet* e seus desdobramentos históricos

As raízes da *internet* surgem no ambiente da Guerra Fria (1947-1991), com os Estados Unidos e União Soviética polarizados por questões geopolíticas e econômicas, disputando a hegemonia e o poder após a Segunda Guerra Mundial (1932-1945). A principal intenção para a realização deste projeto, de acordo com Castells (1999), era a fusão da estratégia militar, cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contra cultural. O principal propósito, o militar, se baseava na necessidade de facilitar e proteger a troca de informações e estratégias de guerra, bem como controlá-las geograficamente de maneira cautelosa, a um nível que pudessem ser posteriormente recuperadas caso o material dessas informações fosse destruído num eventual ataque nuclear.

Nasce primeiramente a ARPA (Advanced Research Projects Agency), em meados dos anos 1960, nos Estados Unidos, que, ao perceberem o avanço dos soviéticos com o lançamento do satélite artificial, Sputnik, em 1957, que tinha a finalidade de avaliar o estudo de lançamento de materiais ao espaço, pretendiam aprimorar as manobras executadas na disputa tecnológica, investindo em diversas iniciativas que mudariam por completo os desdobramentos da tecnologia humana a partir daquele momento histórico, o da corrida espacial.

“Quando, mais tarde, a tecnologia digital permitiu o empacotamento de todos os tipos de mensagens, inclusive de som, imagem e dados, criou-se uma rede que era capaz de comunicar seus nós sem usar centros de controles. A universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal.” (Castells, 1999, pg 82).

A ARPANET, em homenagem à sua antecessora, surge no final dos anos 1960, estando diretamente relacionada com centros de pesquisa em tecnologia e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, mantendo-se ainda ao propósito militar. No entanto, sua expansão inevitável, fez com que muitos pesquisadores destes campos a utilizassem para suas próprias comunicações, tornando o trabalho de pesquisas militares difícil de separar das comunicações internas entre os membros envolvidos. Então, em 1983, houve a separação das pastas, deixando a ARPANET destinada a rede de cientistas, mas ainda se colocando como eixo principal de pesquisa, e sendo criada a MILNET, voltada aos interesses militares. A essa altura, de acordo com Castells (1999), em diversos outros lugares do mundo, outras iniciativas deste mesmo caráter foram sendo criadas a fim de estabelecer uma ligação entre as pesquisas e o acesso à

informação. Sendo assim, em 1990, a ARPANET encerra suas atividades, e o eixo principal passa a ser a NSFNET, operada pela National Science Foundation, que logo também é superada, em 1995, devido ao extenso crescimento de redes privadas.

O crescimento desenfreado dessas redes fez com que muitas delas começassem a ser privatizadas, por empresas e cooperativas, por exemplo, tornando este campo literalmente uma “terra de ninguém”, já que, a princípio, não havia especificamente um órgão que regulamentasse algo que se modificava constantemente e que não mais pertencia somente aos órgãos de defesa e pesquisa. Neste ponto, a capacidade de transmissão era insuficiente para dar conta de diversos centros de pesquisa querendo se conectar, ainda não havia sido estabelecida uma ligação direta e eficaz entre um computador e outro. Para isso, foi necessária a criação de um protocolo de comunicação, no qual fora reunida a cooperação de diversos cientistas da computação, onde foi desenvolvida a linguagem da *internet*.

A distinção da *internet* para outros meios de comunicação pode ser feita a partir da compreensão de sua linguagem que é definida por um protocolo específico, denominado TCP/IP (Transmission Control Protocol/ *Internet* Protocol), linguagem de comunicação onde a informação é lida, transmitida e enviada ao destino estipulado. Desse modo, percebe-se que todo material que se transpõe em seus cabos se constitui em uma rede conectada inicialmente por computadores rudimentares, satélites e outras linhas de comunicação privada, estabelecidas por um usuário.

“Sua flexibilidade permitia a adoção de uma estrutura de camadas múltiplas de links entre redes de computadores, o que demonstrou sua capacidade de adaptar-se a vários sistemas de comunicação e a uma diversidade de códigos” (Castells, 1999, pg. 84).

Apesar da difusão descontrolada destas redes tecnológicas, seus trâmites ainda eram complexos para os leigos nessa nova modalidade, então, um novo salto fez com que a dispersão da *Internet* chegasse até a sociedade em geral. Em 1991, é criado o “www” (*World Wide Web*), serviço oferecido em forma de aplicativo que facilitava a navegação nas redes virtuais de maneira mais clara e rápida, organizando conteúdos por meio de informação no lugar de localização, permitindo que mesmo as pessoas leigas neste novo sistema pudessem interagir com o câmbio de informações. A partir deste marco, inúmeras possibilidades foram criadas por meio do desenvolvimento dos navegadores, o que permitiu que a *Internet* finalmente se estabelecesse como uma rede mundial.

Avançando novamente algumas décadas à frente, sobre os conceitos que se formaram a seguir, é dentro desta esfera que surgem a TI (Tecnologia da Informação) e a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Para além da frequência de uso destes termos nos campos da educação, ambos se caracterizam como um conjunto de atividades e recursos tecnológicos, proporcionadas por recursos da computação moderna geral, agindo de forma integrada, visando o acesso à informação tal qual sua manipulação, armazenamento e segurança. Seu uso remete aos primórdios da *internet*, no entanto, sua popularização só se deu de forma mais concretizada por meio das interações digitais, potencializado pelo seu aspecto formativo e educacional. A importância da ilustração destes dois conceitos se baseia na necessidade de compreender que boa parte das interações digitais, com viés formativo ou casual, estão inseridas na coexistência destas duas formas de conceituação da tecnologia, uma vez que, por meio de sua difusão, são possibilitadas, por exemplo, a atuação das comunidades virtuais, *chats* e grupos *online*. Mesmo que um usuário não esteja familiarizado com estas perspectivas, ele está inserido neste meio e fazendo uso destas ferramentas, portanto, é possível olhar para ambos os conceitos como uma forma de democratização da informação, que nem sempre se relaciona com a produção específica de conhecimento, mas que definitivamente, possibilita que o ser humano se adentre cada vez mais na Era da Informação.

“A lógica do funcionamento de redes, cujo símbolo é a *Internet*, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente” (Castells, 1999, pg. 89)

Tomando os fragmentos do trabalho de Castells (1999) como uma possibilidade para a compreensão do conceito, a cultura digital nasce a partir do momento em que a sociedade vai inserindo gradativamente o uso destas tecnologias digitais ao seu cotidiano, não somente nas relações de trabalho, estabelecidas anteriormente por meio da revolução industrial, por exemplo, mas na medida em que aparatos digitais se introduzem, e logo se tornam substanciais ao funcionamento do dia a dia do indivíduo. Feito que transformou claramente a essência de todas as relações interpessoais entre os sujeitos. Todas as modalidades de interação advindas desta nova prática se prendem firmemente sob a forma com que a vida acaba sendo dirigida socialmente; informação, comunicação, relacionamentos, no sentido literal da palavra, tudo se conecta e passa pela malha fina das tecnologias disponíveis às pessoas.

É possível inferir então, que a cultura digital, designada como uma das ondas das Revoluções Industriais, já estava inserida na vida de milhares de indivíduos, muito antes da disseminação massiva de *apps* e redes sociais. A transformação comportamental, ser, pensar e agir, advinda deste estreito relacionamento, tem modificado as estruturas comportamentais do ser humano no mesmo ritmo em que todo seu revestimento tecnológico também se altera, convertendo suas frequentes atualizações em novos paradigmas culturais a serem apropriados. Significa que todo o complexo conjunto de conhecimentos sobre costumes, artes, aptidões e hábitos estão se organizando numa nova forma de propagação incrivelmente rápida e alcançando um número ainda mais impressionante de territórios.

1.3 Correlações entre Teoria Crítica, cultura digital e educação escolar

Existem muitos momentos, ao longo da contemplação da história da humanidade, em que uma série de estruturas se movimentaram e determinaram mudanças marcantes na comunicação, e em todas as características que a constituem. O conceito de cultura digital pode ser determinado pelo conjunto de costumes e práticas que se moldaram a elementos sociais já existentes, a partir da extensa inserção dos recursos digitais no cotidiano do ser humano e de sua acelerada disseminação nos campos virtuais. Muito além de paradigmas políticos e econômicos, que também se submeteram, e ainda se submetem, a estas transformações, o foco da discussão apresentada neste trabalho se volta para estas impactantes mudanças de padrões culturais e comportamentais na vida e educação do indivíduo, sobretudo entre jovens em idade escolar. É importante destacar que, diante de uma pesquisa voltada à análise social e educacional, bibliográfica, qualitativa e, talvez, exploratória, como é o caso deste texto, tais fatores descritos acima certamente também compõem os desdobramentos de um fenômeno social, no entanto, para a construção desta investigação, elementos que se encontram mais proeminentes e mais próximos à essência do tema principal, serão colocados em maior evidência.

Para muitos autores críticos dos eventos da sociedade contemporânea, aqueles que direcionam suas teorias e estudos sobre os impactos da evolução humana, amparado pelo desenvolvimento tecnológico digital, pelo menos, a máxima de que a informação e seus meios de compartilhamento se tornaram algo vital e de estimado valor, é praticamente um consenso inquestionável. Diversos conteúdos, transmitidos em

segundos fazem com que as noções de tempo e distância sejam repensadas, transpondo barreiras de comunicação e permitindo uma esfera cada vez mais explorável e manipulável, dada a dimensão da interatividade que é possível observar entre o meio digital e o indivíduo, chegando a ser palpável na análise da história moderna.

Antes de aprofundar o conceito de Cultura Digital, e mesclar a Teoria Crítica e a Educação a esta discussão, dois marcos precedentes precisam ser brevemente colocados a fim de alargar a compreensão do primeiro conceito posto. São eles: a Teoria da Informação, que juntamente com o aprimoramento dos computadores básicos deu início a era da informação; e a Revolução Tecnológica Digital.

Meu ponto de partida, e não estou sozinho nesta conjectura, é que no final do século XX vivemos um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa “cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação. (CASTELLS, 1999, p.69)

Retomando Costa (2012), a engenharia e a matemática foram os dois fatores determinantes para o surgimento de todo processamento de dados e informações dentro das máquinas. A Teoria da Informação surge com Claude E. Shannon (1916-2001), renomado matemático, engenheiro e criptógrafo, e se refere basicamente ao estudo que quantifica a capacidade de armazenamento e transmissão da comunicação entre aparelhos. Ainda que pareça bastante abstrato, tratam-se de dados substancialmente sólidos, que se aplicam a inúmeras áreas, como ciência da computação, física e processamento de linguagens. Embora esta passagem pareça ter sido extraída de um artigo das ciências exatas, é relevante observar que por intermédio destes cálculos, toda uma era fora modificada, ou ainda, de acordo com o autor, uma era se encerrou dando lugar a uma nova percepção completamente inovada pelos meios de troca de informações.

A Revolução Tecnológica Digital, ou apenas Revolução Digital, para alguns autores, se junta como o apanhado das Revoluções Industriais, visto que, antes de habitar as casas do cidadão comum, sua primeira fase de expansão dos meios digitais se deu na troca dos maquinários mecânicos analógicos para eletrônicos digitais, entre as décadas de 1950 e 1970, majoritariamente em indústrias. Castells (1999) destaca alguns pontos que referenciam este movimento como uma revolução, sendo: a) a informação como elemento crucial, com uma atuação múltipla entre tecnologia e informação, não apenas para a dominação de um determinado conteúdo, mas permitindo que a

tecnologia aja sobre a informação, e não somente o inverso; b) a flexibilização da lógica entre as redes, que possibilita a manipulação e o ajuste de qualquer sistema nesta linha; c) sistemas que convergem com várias outras formas de tecnologia, seja por meio da comunicação, da eletrônica ou de desenvolvimentos científicos; d) o conceito proposto pelo autor da penetrabilidade, que por meio dos aspectos da informação se integra facilmente a qualquer atividade humana.

Estes dois conceitos, Teoria da Informação e Revolução Digital, servem para tentar exemplificar como chegamos às transmissões imediatas, holográficas, aos aplicativos de mensagens que desobstruem qualquer obstáculo referente a distância e rapidez ao divulgar informações e afins, e ao constante bombardeio visual que consome maior parte dos portadores de microcomputadores ou aparelhos celulares nos dias de hoje.

São descritos também mais três estágios deste processo, segundo Castells (1999): a automatização de tarefas, os aprendizados obtidos por meio do uso constante e a reconfiguração das utilizações. No caso das duas primeiras etapas, segundo o autor, muitos dos processos foram concretizados apenas com a aplicação do material e de seus manuais. A produção de equipamentos, por assim dizer, significava um procedimento restrito e ainda tateava o terreno das transformações que se seguiam. Na terceira etapa, a tecnologia em questão fora aprendida fazendo, no ato de suas designações, o que abria mais um imenso leque de possibilidades sobre a configuração do procedimento e de novas aplicações. O processo que se inicia em uma introdução da nova tecnologia, saltando para o domínio de sua aplicabilidade, permite não somente a rapidez para estabelecer um novo paradigma tecnológico, mas também possibilitam que o usuário assuma seu controle, transformando o indivíduo em força ativa de produção e não apenas em objeto de reprodução.

Para este autor, ainda que estas revoluções tragam certo choque, dada a forma rápida e intensa que se manifestam, é um equívoco pressupor que tais eventos sejam sinalizados como fatos isolados e repentinos. Ainda que sua linearidade seja questionada, existe uma gama de elementos preexistentes, terrenos preparados, motivações sociais, que impulsionam estes acontecimentos denominados de revoluções. Castells (1999) revela que, a partir da segunda metade do século XX, todo um paradigma de comunicação e informação é transformado, e, o que o autor denomina de “cultura material”, é ressignificado para se alojar nos novos moldes da nova revolução

tecnológica. Este processo, para o autor, é cumulativo e constantemente realimentado por novas práticas e concepções.

Assim como o desenvolvimento dos aparelhos relatados anteriormente, Castells (1999) ressalta alguns pontos que foram decisivos para que se estabelecesse a noção de uma cultura digital. A Revolução Tecnológica salta para a Revolução Tecnológica da Informação, informação esta que está presente em todas as sinuosidades percorridas pelo movimento da tecnologia digital. A produção, processamento e transmissão da informação, acompanham o desenvolvimento de alguns eixos históricos importantes.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o boom tecnológico perpassa as estratégias de guerra e troca sigilosa de informações para encabeçar as metodologias de pesquisas acadêmicas e proporcionar novas formas de interação entre as instituições. Para Castells (1999), a Revolução da Tecnologia da Informação inclui, além da radiofusão e telecomunicação, os progressos feitos na engenharia, com a computação e a microeletrônica. Sua principal marca se concentra na inovação constante dos materiais e suas práticas, ou seja, antes que se tornem obsoletos, o material de base da evolução tecnológica fornece instrumentos para as próximas modificações. Processadores, computadores, tecnologias de transmissão e por fim a *internet*, são os principais disparadores para uma reorganização social por meio das novas apropriações tecnológicas.

Sob uma perspectiva social e educativa, é preciso observar que, a revolução tecnológica, apesar de tomar territórios de forma assustadoramente veloz, não se assume necessariamente como um evento inteiramente democrático. É possível, sobretudo em terras brasileiras, destacar locais onde o acesso, tanto à rede quanto aos próprios aparelhos, se mostra bastante limitado dada a ação das desigualdades sociais, por exemplo. Um estudo desenvolvido pelo IBGE, divulgado em 2018², aponta o crescimento de acessos e de usuários da *internet* por todo país. No entanto, ainda que este aumento seja bastante expressivo, áreas rurais, por exemplo, continuam acompanhando este percurso de forma mais lenta e desigual.

Estes dados se tornam relevantes na compreensão do conceito de cultura digital, e também sua inserção no campo educacional, no que se refere ao modo com que a mesma se propaga e atinge a todos de determinada forma. Para além da produção

² Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101705>

cultural por ela disseminada e discutida mais adiante, o que o caráter inclusivo e ao mesmo tempo excludente nos mostra ao analisarmos o modo como esta ação modela uma sociedade?

O fato de países e regiões apresentarem diferenças quanto ao momento oportuno de dotarem seu povo do acesso ao poder da tecnologia representa fonte crucial de desigualdade em nossa sociedade (CASTELLS, 1999, p.70).

Capítulo 2: A presença da cultura digital na escola

Esta seção tem como objetivo explorar alguns elementos presentes na cultura digital, que se articulam com a Teoria Crítica e que se inserem nos contextos escolares, além de apresentar uma contextualização mais aprofundada do conceito norteador.

2.1 Escolas em redes: primórdios e desafios

A aproximação entre a educação escolar e a cultura digital, mais especificamente a informática educativa, tem seu início na década de 1960 (NASCIMENTO, 2007). Uma das primeiras iniciativas foi direcionada aos projetos acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se estendendo posteriormente aos outros núcleos acadêmicos da unidade. Na década seguinte, as resoluções buscaram se ampliar sobre o que era o segundo grau, hoje o ensino médio. A ideia neste seguimento era proporcionar uma atualização do ensino, que diante da expansão tecnológica digital, se encontrava descontextualizada, com problemas curriculares e confinada em parâmetros tradicionais que não mais correspondiam às demandas de seus alunos. A exigência desta atualização não vinha apenas dos outros processos externos de utilização da informática que se atrelavam ao cenário escolar, mas também dos trajetos percorridos historicamente pelas unidades diante da necessidade de rever seu papel neste momento.

Ao final da década de 1970, a experiência passou a buscar a mesma aplicação com crianças do ensino fundamental. Segundo Nascimento (2007), as universidades do país tiveram um papel fundamental na implementação dessa alternativa de ensino, juntando especialistas das áreas da computação e da psicologia educacional na criação de diretrizes que pudessem dar respaldo aos docentes das unidades escolares. Ações integradas entre universidades e escolas inicialmente promoviam a abertura de espaços para alunos da rede pública, no intuito de incentivar a pesquisa e a interação com os equipamentos, além de uma força intensiva na formação continuada dos docentes com viés formativo especificamente neste campo.

Esta iniciativa fica consolidada a partir do I e II Seminário Nacional de Informática na Educação, em 1981 e 1982, criando comissões que pudessem fomentar projetos de sistemas interativos para alunos da rede pública de ensino, oportunizando além da efetivação de grades curriculares aprimoradas nas escolas, uma leva de cursinhos de especialização e capacitação que pudesse abranger uma comunidade inteira.

Em 1997, sob o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é criado o Programa Nacional de Informática na Educação, o ProInfo, que se estabelece seus programas e diretrizes a um nível federal, mas delega parte da autonomia de seus regimentos e coordenação aos desígnios dos municípios. Sua proposta se baseia em promover o uso dos computadores como uma ferramenta de ensino, impulsionando a construção de laboratórios de informática nas unidades, além de manter a constante solicitação da distribuição gratuita de computadores e demais materiais para uso escolar. Em 2008 é criado o programa UCA³, Um Computador Por Aluno, direcionando inicialmente sua fase experimental nas cidades de Brasília, Palmas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Em 2010, é sancionada a lei 12.249, pelo então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, no qual regulamenta a distribuição para os municípios de equipamentos portáteis, e com direcionamento de verba específica para a efetivação destas ações. Todas estas informações se encontram no portal virtual do Ministério da Educação.

Para Nascimento (2007), o desenvolvimento do indivíduo nesta etapa começa a ficar intimamente ligado ao uso de dispositivos tecnológicos, sobretudo os digitais, durante o que chamamos de era da informação, ampliando a potencialidade da comunicação e da informação, de modo que conviver com estes processos exige uma profunda inserção de seus mecanismos no meio educacional, com o intuito de promover, além da instrução no uso dos aparatos, uma democratização do ensino. Neste caso, os computadores dos laboratórios de informática presentes nas escolas são vistos como uma ferramenta pedagógica, auxiliando na construção do conhecimento e possibilitando uma relação igualitária ao se articular com a educação básica.

As diretrizes que embasavam esta proposta, de acordo com o autor, envolviam a melhoria da qualidade do processo de aprendizagem e ensino escolar, possibilitar uma educação direcionada ao encorajamento tecnológico e científico, e reformular os conceitos a respeito de uma sociedade tecnologicamente desenvolvida. No entanto, segundo o autor, ainda que este processo de evolução e inovação seja objeto de empolgação, tanto para alunos quanto para professores, as diretrizes se firmam de modo que esta inserção tecnológica funcione a princípio apenas como uma ferramenta, jamais substituindo os recursos didáticos anteriores ao computador. Para Nascimento (2007),

³ Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34746-um-computador-por-aluno#:~:text=O%20Programa%20Um%20Computador%20por%20Aluno%20teve%20in%C3%ADcio%20em%202008,Pira%C3%AD%20\(RJ\)%20e%20Palmas.](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34746-um-computador-por-aluno#:~:text=O%20Programa%20Um%20Computador%20por%20Aluno%20teve%20in%C3%ADcio%20em%202008,Pira%C3%AD%20(RJ)%20e%20Palmas.)

tanto as unidades escolares, quanto os próprios docentes devem ter cautela com esta aproximação dos materiais, para que o incentivo não seja banalizado e os demais conteúdos e materiais não se percam diante da novidade.

A relação cada vez mais íntima entre Informática e Educação significa, por um lado, que a difusão, em larga escala, de computadores em setores estratégicos da sociedade impõe uma radical mudança na formação de novas competências. Por outro lado, significa que a Informática e, particularmente, o computador, seu maior intérprete, possuem um indubitável valor na construção de uma nova sociedade. (BRANDÃO, 1995, p. 13)

É possível observar, diante de tantas movimentações feitas pela educação e suas bases regulamentares, que a inserção da tecnologia digital nas escolas era um dever de cidadania para com a população, dado que, a inserção de materiais e conteúdos digitais simbolizava a proposta de suprimir completamente a distância e o desequilíbrio diante daqueles que, de alguma forma, eram impedidos de estabelecerem um contato mais próximo com uma cultura digital. No entanto, de acordo com Brandão (1995), compreender a informática, tanto nos ambientes escolares quanto nos demais ambientes sociais, sem dimensionar seus impactos e transformações, atentando-se apenas aos maquinários que se multiplicam aceleradamente, e aos conteúdos que visam diminuir as desigualdades sem o emprego de reflexões críticas acerca de seus impactos eminentes, faz com que seja formulada uma visão reduzida do que representa a cultura digital presente em todos os espaços. Para o autor, a informática educativa pode ser interpretada também como um fenômeno social, amplificador intelectual e fonte inesgotável de recursos instrumentais, além de um dispositivo que também corrobora com as exigências do interesse técnico e econômico-social.

Para além das tramitações políticas acerca da inserção de computadores e suas ementas educacionais nas escolas, é preciso aproximar a discussão à atualidade e falar também dos celulares. Aparelhos de telefonia móvel, celulares, ou os novíssimos *smartphones*, fazem parte, respectivamente, da vida do ser humano desde meados da década de 1980, no entanto, os aperfeiçoamentos de suas funções ganharam seu destaque na década seguinte. Inicialmente com uma proposta que facilitava a via comunicativa, que envolvia somente chamadas de voz e envio de mensagens de texto, atualmente, tais aparelhos têm propriedades de acessar redes sociais, reproduzir conteúdos multimídia, além de transmitir diversos materiais para diversas partes do

mundo em tempo real. Comunicação e informação continuam sendo o principal foco de seu uso, porém, as práticas, e as mudanças que vieram com essas práticas, germinaram um tipo de relação completamente diferente da que se mantinha há trinta anos.

Um estudo feito pelo IBGE⁴ Educa, em 2018, revela que o celular é responsável por 99,2% dos acessos a *internet* por domicílio, e dentro desta estatística, a predominância de uso se inclina firmemente entre jovens de 18 a 24 anos de idade, 90,3% e 91,0%, respectivamente. Este dado destaca claramente um uso que ultrapassa o uso escolar ou profissional por parte de adolescentes e jovens, evidenciando uma relação quase inerente ao cotidiano destes indivíduos.

De acordo com os apontamentos feitos neste estudo, do percentual de jovens em idade escolar, poucos são os que não têm em seus aparelhos acesso a *internet*, e deste acesso, a prioridade pende para o consumo das redes sociais e conteúdos variados de multimídia, como vídeos e músicas. De acordo com os dados expostos acima, pode-se inferir o quão rigoroso é o uso dos aparelhos digitais pelos jovens, mas e a respeito deste uso nos espaços escolares? Qual a influência deste ambiente aos olhos e mentes voltadas para as telas?

Zuin e Zuin (2018) relatam em seu artigo a sanção de uma lei, assinada pelo então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que dispunha da “autorização” dada a alunos, para que os celulares pudessem ser utilizados em sala de aula com a finalidade pedagógica, alterando o inciso da Lei 12.730/2007, que determinava a proibição dos aparelhos, em alguns casos até mesmo nas dependências das escolas. Segundo os autores, a necessidade dessa liberação se deve ao contexto irrefreável dos aparelhos celulares no cotidiano de jovens e adolescentes, e se alinhar à sua linguagem, aplicando a metodologia escolar, poderia desobstruir o canal de comunicação e utilizar o aparato como aliado na educação.

Duas questões importantes, presentes neste artigo, irão compor parte da discussão desta pesquisa. A primeira se refere à atenção e suas alterações diante do uso massivo de aparelhos celulares dentro e fora da escola, e a outra, sobre as alternativas encontradas por docentes para contornar algo que se apresenta inicialmente como um problema.

⁴ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>

O uso de celulares dentro das dependências da escola e, sobretudo, nos momentos de aula, tem acarretado, de acordo com os autores, uma dispersão intensa da atenção tanto por parte dos alunos, que se mantêm vigilantes nas mensagens e notificações das redes sociais, e dos professores, que tentam malabarismos para atrair novamente a atenção e autoridade da sala para si, quando também não sucumbem à “rápida olhadinha” em seus próprios celulares.

Atualmente, é possível localizar diversas faixas etárias nas escolas em posse de um aparelho celular. Com mais incidência em algumas fases do que em outras, cada uma sob diversas peculiaridades dessa posse, é visivelmente uma raridade, como no estudo do IBGE demonstrado anteriormente, encontrar um jovem, adolescente ou até mesmo uma criança que não se familiarize com o aparato digital. A imersão nos conteúdos, principalmente midiáticos, é assustadora, se analisada a quantidade de informações e estímulos visuais que ocorrem durante essa interação.

São diversos os campos que se voltam para a análise detalhada dos impactos que esta relação provoca, com focos que transcendem a base de investigações sociais e educacionais, observando mudanças que se implantam no intelecto. Desde a investigação de práticas sociais que se modificaram, agora intermediadas pelo uso dos celulares, até a perspectiva clínica que aponta grandes transformações cognitivas, e até o vício, no consumo exagerado dos materiais digitais e/ou virtuais.

Neste ponto, é recorrida novamente a obra de Türcke (2010), para exemplificar e questionar brevemente os possíveis efeitos mais centrados no indivíduo, que também são pertinentes aos elementos que contornam o fenômeno da pornografia de vingança. Além do comportamento, que fora transmutado ao passo em que tecnologias digitais passaram a ser mais incisivas nas relações humanas, quais outros aspectos mais próximos ao indivíduo podem ser observados? O que o efeito do brilho nas telas e o rolar frenético da barra de atualizações tem a dizer sobre a percepção e atenção?

Turckë (2010) recorre em seu trabalho, de análise empírica, a autores como Walter Benjamin (1892-1940), membro de uma das gerações de grupos de pesquisas da Escola de Frankfurt, Karl Marx (1818-1883), Sigmund Freud (1856-1939), entre outros. Este último é utilizado, por exemplo, para ilustrar a correlação que Turckë (2010) faz em sua obra com algumas imediações da psicanálise, argumentando que, para além da crítica marxista aos processos de revolução tecnológica que se estampam decisivamente em aspectos sociais e culturais, é preciso combinar outro ramo de conhecimentos, que

analisam mais a fundo, talvez de uma forma até mesmo mais clínica, sobre a mesma transformação cooptada pelas mentes humanas sob diferentes ângulos.

A sensação, descrita por Turckë (2010) neste livro, não se refere ao sentido de perceber, ou simplesmente sentir algo, mas sustenta a proposta de uma sensação encarada como aquilo que chama a atenção, que provoca espanto, que capta a concentração do indivíduo e cria um vício nesta sensação e neste processo repetitivo. O termo de vício destacado pelo autor se fundamenta no sentido puro da palavra, a completa ausência de comedimento e laços firmemente presos ao objeto de adicção.

Ou seja, se tudo o que não está em condições de causar uma sensação tende a desaparecer sob o fluxo de informações, praticamente não sendo mais percebido, então isso quer dizer, inversamente, que o rumo vai na direção de que apenas o que causa uma sensação é percebido. (TÜRCKE, 2010, p. 20).

Exemplificando esse processo de trauma, repetição e vício de forma sucinta, que possa servir de base para a análise dos comportamentos apresentados pelo efeito da cultura digital, Turckë (2010) argumenta sobre a quantidade violenta de estímulos visuais, psíquicos e emocionais provocados pelos mecanismos tecnológicos, associando como o choque de determinado conteúdo provoca a superação do mesmo, e logo após surge a necessidade de um novo estímulo que lhe cause a mesma sensação, resultando na compulsão pela repetição.

"O choque que afeta um organismo é o estranho no mais alto grau: o inesperado, o incomensurável, o avassalador, contra o qual lhe faltam as possibilidades nervosas de assimilação" (TURCKË, 2010, p. 133).

O autor de "*Filosofia da Sensação*" se apóia em bases freudianas ao explicar que, os contatos cada vez mais íntimos com os aparatos digitais e suas inúmeras possibilidades de interação, causaram uma compulsão à repetição, ou seja, de acordo com Turcke (2010), o rolar da barra de atualizações, passar por notícias, fotos e vídeos, se transfere como uma droga a um adicto, causando o choque, ou baque, e imediatamente se submetendo e se conformando a ele, para logo em seguida ser estimulado por um novo conjunto de estímulos. Por exemplo, ao se deparar com uma notícia chocante, é causado o pavor, o espanto, mas, esta notícia é seguida de outra, causando novamente pavor e espanto, mas também a reprodução do sentimento anterior. O indivíduo entra num ciclo de choque e conseqüente banalização de seu raciocínio reflexivo conforme é atingido pela transmissão massiva de informação.

"Liberar-se do acontecimento pavoroso reproduzindo-o, em vez de fugindo dele, é uma forma de dar-lhe seu *benepósito*. Mas dar o benepósito a algo pavoroso significa nada menos que romper com a interpretação animal do mundo" (TURCKE, 2010, p. 141).

Para este processo, Turckë (2010) justifica que os estímulos constantes com os choques de multimídia são um constante movimento de retorno do pensamento, pois, mesmo aquilo que é percebido como novo promove um retorno a concepções mais remotas. Por exemplo, para a análise de um caso de violência, por mais diverso em suas características que este possa ser, a razão, ou solução para ele, remonta a práticas que não consideram seu possível teor subjetivo. Ou ainda, a percepção de que diversos acontecimentos que se agrupam sob um mesmo tema, como política ou educação, se inserem num mesmo campo de discussão, relativizando as especificidades essenciais de diálogo entre ambos os campos. Ou seja, se inserindo na premissa de um comportamento dotado de ações e pensamentos automatizados.

De acordo com o autor, a “sensação” descrita por ele se remete a inúmeros processos que impulsionam o indivíduo a buscar cada vez mais a intensificação das excitações que recebe de todas as formas de tecnologia, sobretudo as virtuais, utilizando estes mecanismos como uma forma de entorpecentes artificiais, de uma consciência cada vez mais distraída e mecanizada. O princípio que conceitua e articula estas reflexões com a pesquisa apresentada é: o ser humano está inteiramente imerso a uma concentração completamente distraída. Para uma possível perspectiva crítica destes acontecimentos, é necessário ter em mente que a sociedade descrita pelo autor se encontra exageradamente dependente dos meios tecnológicos, e que tais meios e suas influências se aproximam á tese colocada por Adorno e Horkheimer (1985) a respeito da constante necessidade de dominação do homem sobre a natureza que se converte em uma dominação de si mesmo.

O ritmo alucinante das distrações que continuamente se alternam, na medida em que nossos olhares são atraídos por estímulos audiovisuais expostos por telas onipresentes, parece estar fazendo que a própria capacidade de concentração seja radicalmente transformada, de tal modo que a dispersão se torna parte de sua constituição (ZUIN, 2017, p. 109).

Tomando novamente a perspectiva de Turcke (2010), a respeito dos efeitos colaterais dos processos digitais, que foram gradativamente se amontoando sobre a sociedade, da estética consumista e violenta, da repetição que causa vícios, do paradoxo

no qual é lançado o discurso da tecnologia progressista frente ao aumento significativo de conflitos sociais, quais caminhos e diálogos seriam possíveis para a educação, especificamente todo espaço e contexto que engloba um viés educativo da situação, conseguir ao menos se colocar neste caminho? Pensando particularmente na geração, que já na primeira infância teve seu contato com telas brilhantes e um sem número de opções para distrações midiáticas, seja pela própria escola ou pela família, como produzir um debate que consiga articular a análise do modelo atual com propostas críticas de instrução para os desdobramentos dessa interação?

A construção de metodologias educacionais se apresenta, de forma bastante breve e sucinta, como uma ferramenta para estar constantemente aprimorando a troca recíproca de saberes entre professor e aluno. Seja por meio das diretrizes formuladas por órgãos governamentais de pesquisa, seja no planejamento de chão de escola, a educação, grosso modo, compreende em uma de suas bases o movimento contínuo de instruir os indivíduos para o mundo. Trazendo este pensamento no que corresponde à inserção dos celulares e demais materiais tecnológicos digitais no ambiente escolar, a proposta vem como um aliado para o professor, uma ferramenta valiosa, que pode ampliar a formação de conhecimento, além de oportunizar e facilitar a estruturação de novos conceitos, habilidades e valores, e também coletivizar as relações elementares entre a educação digital e a comunidade. Ainda que a propaganda seja um tanto atraente, uma vez que visa facilitar o trabalho do professor, esta é uma medida que ainda causa divisões de opiniões e discussões ferrenhas por parte de diversos personagens escolares envolvidos nessa planificação.

O *m-learning*, ou *mobile learning*, assim como as TICs, se insere no contexto escolar com a intenção de ampliar o canal de conhecimentos proporcionados pela *internet*, e ajudar a estabelecer uma ponte entre alunos, professores e conteúdos. De acordo com Batista e Barcelos (2013), esta interação permite, em alguns pontos, o contato com um vasto leque de possibilidades que se adapte a uma realidade mais recente e verdadeiramente experimentada, principalmente pelos alunos, transpondo os limites entre outras culturas, conhecimentos e linguagens. As características deste conceito se concentram nos moldes de sua metodologia, sendo o foco da pesquisa voltado ao dispositivo, à aprendizagem fora do ambiente escolar e a mobilidade dos procedimentos realizados. Historicamente, as autoras apontam a utilização deste

conceito a partir da década de 1990, quando se deu o boom tecnológico digital nas instituições.

Pode-se ponderar que, trazer esta manobra para o cenário educacional não se trata de uma concessão, ou autorização, mas sim de uma necessidade de administrar algo que nitidamente foge ao controle de figuras de autoridade (pais, professores e responsáveis) dentro de qualquer ambiente. A urgência em alocar boa parte dos conteúdos que são disponibilizados pelas redes virtuais, dentro de qualquer contexto social, se faz pertinente ao assumir que equipamentos e suas tecnologias já são considerados extensões humanas, do agir e do pensar. No entanto, mais do que pensar e implementar medidas cativantes do uso virtual nas salas de aula, cabe destacar os percalços envolvidos neste processo.

Ainda que as recomendações teórico pedagógicas acerca da regulamentação dos processos e metodologias educativas possam trazer alívio, e uma luz no fim do túnel para professores que constantemente perdem sua voz para os celulares, é necessário destacar alguns problemas que são acarretados devido a esse uso no ambiente escolar.

Os problemas destacados por Zuin e Zuin (2018), que cabem à reflexão aqui proposta, se apresentam como um fio condutor, onde inicialmente é destacada uma complicação em amplo espectro, como as situações problemáticas em sala de aula, e posteriormente seguindo as complicações advindas da relação do indivíduo com o mundo virtual, no qual atinge diretamente seu desempenho em qualquer ambiente social.

De acordo com os autores, o celular presente na sala de aula, além da “função” de checagem de mensagens e redes sociais, também vem sendo comumente utilizado para flagrar situações de desordem ou de descontrole por parte de todos os membros presentes no mesmo ambiente. O comportamento de professor e alunos, diante de um relato de caso no artigo, faz suscitar a emergência ao notar em qual ponto se encontram as relações estabelecidas entre professor e aluno. Para Zuin e Zuin (2018) existe certo desgaste por parte dos docentes (embora isto não se remeta unicamente à presença das virtualidades em sala) ao ato frequente de ter de repreender alunos com comportamentos que extrapolam a ordem imposta na sala. No caso apresentado, um professor reproduz, conscientemente ou não, seus alunos ao usar o celular durante a aula. Em seguida o mesmo é atacado por um aluno, quase sendo fisicamente agredido.

A simbologia nesta cena, de acordo com os autores, representa o mesmo sentimento do professor sendo transferido para o aluno ao ser ignorado dentro da classe. Este relato demonstra como a situação de inversão de papéis, com toques de desrespeito e desinteresse, vem se intensificando entre os atores escolares. Neste aspecto, pode-se compreender que a cultura digital, sem o devido senso crítico e a instauração eficiente, com a participação efetiva de todos os envolvidos, só está servindo para distanciar cada vez mais as interações pessoais entre alunos e professores.

Nessa reação violentíssima do aluno, desvela-se o seu ressentimento de que o desinteresse do professor consiste, possivelmente, em uma atitude cotidianamente presente na relação que se estabelece entre ambos. Entretanto, na medida em que o professor demonstra sarcasticamente esse desinteresse, o aluno como que se sente no direito de se expor seu ressentimento, que fora retroalimentado em uma reação furiosa (Zuin & Zuin, p. 419-435, 2018)

Na perspectiva que corresponde ao comportamento individual do sujeito, frente às interações virtuais, os autores descrevem que, dadas as modificações sociais e comportamentais acarretadas pela imersão no mundo virtual, a identidade sofre com impulsos de necessidade frequente de se auto reafirmar. A vida não mais se limita a encontros e interações físicas, mas na constante prática de promover a si mesmo e a uma realidade que nem sempre é condizente com aquilo que se relaciona: “Fazer propaganda de si próprio torna-se um imperativo da autoconservação” (TURCKE 2010, p. 37). Este talvez seja um dos principais problemas destacados por professores com o uso da tecnologia digital do celular dentro da sala de aula, já que os alunos estão voltando sua concentração para as redes de relacionamentos virtuais, enquanto que as atividades pedagógicas, ainda que com o esforço e mediação de um docente, acabam passando despercebidas, e conseqüentemente desvalorizadas. Este fio conduz a outros inúmeros problemas, como a banalização do currículo e da atuação profissional do professor, desinteresse dos alunos, desfalque na estruturação e administração das aulas e dos conteúdos.

Desta passagem, dois elementos importantes constituem objetos que embasam esta pesquisa. O primeiro se refere ao malabarismo feito pelas instituições, escolares e de regulamentação de leis e diretrizes, acerca da inserção incontrolável dos celulares, e grande parte sua bagagem tecnológica, dentro de espaços antes geridos por formas diferentes e por intermediários que representariam certa autoridade diante de certas atividades, como a figura do professor para seus alunos. É possível notar que há uma

fenda que separa um sem número de metodologias que constantemente se reinventam e criam possibilidades de um melhor aproveitamento dessa imersão tecnológica nos espaços escolares, trazendo inovação e a transformação de vários conceitos, ao mesmo tempo em que frustra não só professores, mas também alunos, devido ao modo desenfreado que a mesma imersão causa nesta geração que necessita de uma revolução do pensamento crítico para lidar com a onda massiva e apavorante de informações e estímulos descontrolados das telas de seus aparelhos.

O segundo ponto se volta aos exemplos dado por Türcke (2010), para as modificações verdadeiramente fisiológicas na experiência humana com a tecnologia, sobretudo a digital, causando traumas, vícios e um desencadeamento frenético de outras consequências que afetam desde a perspectiva de seu pensamento individual, até as outras relações sociais. Sendo a nova geração, das crianças nascidas durante a revolução tecnológica, a mais íntima com estes mecanismos, o que poderia ser feito de diferente? Quais caminhos a educação, por exemplo, deveria tomar para contornar este problema?

2.2 Teoria Crítica e Indústria Cultural

A Teoria Crítica, em um resumo bastante breve diante de seu vasto conteúdo, pode se caracterizar como uma vertente de pesquisa filosófica que busca discutir e contrapor as perspectivas da chamada Filosofia Tradicional, trazendo reflexões acerca dos impactos de um mundo administrado por mecanismos de homogeneização social, seja pelas vias políticas, econômicas e/ou culturais. De acordo com esta abordagem, a instrumentalização do agir e do pensar acompanha as trajetórias de algumas estruturas sociais, abrindo e ampliando mais caminhos para a dominação social, estabelecendo e perpetuando um agrupamento de desigualdades entre os indivíduos.

De acordo com Vilela (2006), a Teoria Crítica tem suas raízes no pensamento marxista, do qual já denunciava, por volta da segunda metade do século XIX, os meandros de uma sociedade sendo impetuosamente transformada pelos impactos das revoluções industriais, bem como da instauração agressiva do modelo de vida e produção capitalista. Para Moraes Junior (2012), o principal engajamento dos filósofos e demais intelectuais desta época, se concentrava em combater, seja por meio dos estudos publicados, ou da afiliação a movimentos revolucionários, ou os dois ao mesmo tempo, o arquétipo totalitário que se estabelecia diante das desigualdades impostas principalmente à classe trabalhadora, tais como a completa ausência de direitos

trabalhistas, políticas escassas de educação e moradia e privações ao acesso de qualidade de vida urbana. De acordo com o autor, a teoria, inicialmente elaborada nos primeiros estudos da perspectiva de Karl Marx (1818-1883), e seu companheiro de exílio, Friedrich Engels (1820-1895), se voltava a análise crítica sobre os novos formatos de economia, cultura de massa e política que despontavam nos primórdios da Revolução Industrial, buscando meios de promover a emancipação do povo operário, unindo a filosofia com a dialética das classes. O modelo de teoria descrita aqui se refere a um modelo que procura reconstruir a tradição filosófica de modo que não se resumisse a uma formulação ideológica definitiva ao analisar os caminhos sociais, ou seja, promover diagnósticos a respeito de um novo formato social requeria uma reformulação do próprio pensamento.

Enquanto que na cultura intelectual burguesa a reconciliação dos opostos significava somente uma proposta política segundo as exigências do pensamento puramente teórico, para Marx era necessária uma nova forma de filosofia que impulsionasse esses ideais a "partir de" e o direcionasse "para a" própria existência política. Marx é um pensador não só da sociedade, mas também do próprio pensamento, pois, não é possível revolucionar a sociedade (práxis política) sem revolucionar as possibilidades políticas do pensamento (teoria). (MORAES JUNIOR, 2012, p. 124)

A Teoria Crítica se consolida, e se populariza definitivamente, quase que paralelamente com a criação de sua academia, a Escola de Frankfurt, na Alemanha, no ano de 1924. O prédio fora construído na intenção de agregar mais um instituto ao cenário acadêmico da cidade, que na época, de acordo com Mogendorff (2012), estava bastante engajado nos estudos sociais com viés socialistas e comunistas, aproveitando o fôlego das últimas manifestações revolucionárias em prol das classes operárias. Carl Grünberg (1861-1940), economista, advogado e sociólogo foi o primeiro diretor da escola, sendo sucedido por Max Horkheimer (1895-1973) em 1930.

A Escola de Frankfurt incluía em seu corpo de pesquisa psicólogos, filósofos e cientistas sociais inclinados à vertente marxista, no entanto com algumas perspectivas diferentes de aplicação a respeito das teorias já formuladas. Como aponta Mogendorff (2012), a maioria dos pesquisadores se embasava no marxismo histórico, no entanto acreditavam que a teoria tradicional não seria suficiente para observar e explicar uma sociedade que ainda carregava sequelas de uma grande guerra, além dos impactos dos moldes agressivos do capitalismo que abocanhava a classe trabalhadora no alvorecer do século XX. Cabe destacar, que apesar da forte inclinação aos estudos de Karl Marx e às

vertentes comunistas e/ou socialistas, a crítica feita pelos membros da Escola de Frankfurt se voltava e denunciava a qualquer tipo de regime totalitário, independente da vertente ideológica ao qual simpatizasse. Como menciona Moraes Junior (2012), a consolidação da sociedade russa pelas mãos de Stalin, por exemplo, marcado pelo isolamento nacionalista e o totalitarismo, causou repúdio aos que se uniram para defender a causa do proletariado. Neste caso, é importante esclarecer que a função primordial da Teoria Crítica se concentra em unir a teoria com a prática, unir a filosofia com a ação, pontuando sistemas que se elevam sobre a sociedade de forma dominadora, ressaltando algumas das manobras para tais fins e lançar análises e possibilidades de críticas a respeito.

Devido às ameaças nazistas, a partir do ano de 1933, muitos pesquisadores da escola se afastaram ou foram perseguidos pelo regime de Adolf Hitler. Max Horkheimer então transfere o instituto para Nova York, integrando nos anos seguintes outros nomes ilustres, como Hebert Marcuse (1898-1979), Friedrich Pollok (1894-1970) e Theodor W. Adorno (1903-1969).

Para embasar brevemente esta faceta da Teoria Crítica, e posteriormente alinhá-la com a proposta deste trabalho, a obra “*Dialética do Esclarecimento*”, escrita por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, lançada em 1947, será referenciada a fim de ampliar as percepções a respeito da crítica à sociedade contemporânea, à barbárie que anda pelos caminhos do progresso e das políticas e culturas de massa que agem em favor da dominação social.

Para Vilela (2006), a Teoria Crítica se embasa numa análise materialista e interdisciplinar, compilando diversas vertentes da ciência social para abordar os acontecimentos que remetem desde as revoluções industriais. Os direcionamentos propostos pela Escola de Frankfurt e seu grupo de pesquisadores se aprofundam no que é chamado de “mundo administrado”, do qual política, economia e cultura, associados aos aparatos da tecnologia, e também às outras diversas formas de desenvolvimento, condicionam a um modelo social padronizado, obediente e, sobretudo, inerte aos desmandos provocados por essa junção. Para a autora, a identidade epistemológica da teoria vem como uma forma de contrapor a teoria tradicional, considerada positivista e neutra, promovendo uma contextualização menos fetichista do mundo e das ações dos indivíduos sobre ele.

Segundo Adorno e Horkheimer, a Teoria Tradicional, de fundamentação positivista, pretensamente neutra, fornecia

uma análise descontextualizada e com pretensão de universalidade, reproduzindo uma imagem fetichista do mundo, tal como ele era numa categoria de aparentemente dado (das ist), assim o justificava e o reproduzia. Como contraponto, uma Teoria Crítica, tal como era formulada no ISF de Frankfurt, fundava uma ciência contextualizada, não neutra, engajada na transformação do mundo. A Teoria Crítica visava apreender a sociedade e suas instituições na totalidade da vida social concreta, buscando desvendar as relações dos acontecimentos sociais na dialética das relações sociais historicamente determinadas. (VILELA, 2006, p. 13)

Portanto, a Teoria Crítica se caracteriza como um modelo teórico de diagnóstico social, do qual analisa cenários, destacando criticamente seus pontos de involução, e proporciona elementos de superação aos problemas destacados, colocando o mundo como ele é e o mundo como ele pode ser. A crítica se coloca como ponto crucial ao sinalizar a necessidade do desenvolvimento de uma crítica esclarecedora, que possibilita a orientação para a autonomia e para o comportamento crítico das relações com o ser e com o mundo.

Um dos braços da Teoria Crítica se une ao conceito de Tecnologia com a intenção de, basicamente, discutir seu poder de influência sobre os acontecimentos sociais. No entanto, a discussão se faz muito mais profunda do que esta breve síntese. Diversos autores se dedicaram a análise da tecnologia, como elemento determinista de eventos na sociedade, pressupondo seus fatores de neutralidade, bem como questionando a sua possível posse e consequente utilização como objeto de dominação. Para os teóricos ditos da Primeira Geração da Escola de Frankfurt, com a base marxista menos abalada, a teoria crítica da tecnologia invariavelmente leva aos sistemas de dominação. Não existe neutralidade, muito menos igualdade na disseminação de aparatos que visam “simplificar” a vida do indivíduo, para que este inevitavelmente tenha mais tempo de vender sua força de trabalho, e se homogeneizar aos demais trabalhadores, tornando-se dócil aos olhos do capitalismo. O outro grupo de teóricos e intelectuais defende que a tecnologia pode sim simbolizar um avanço em termos de equidade social, desde que seja conduzida com a criticidade emancipadora necessária para a superação das desigualdades, abolindo por completo os caminhos que levam à dominação e ao totalitarismo.

O proprietário não tem meramente um interesse econômico que o motiva a manter e melhorar sua fábrica; há também um interesse tecnológico. Pela reorganização do processo de trabalho, ele pode aumentar a produção e os lucros.

O controle do processo do trabalho conduz a novas ideias na implementação de novas máquinas e à aceleração da mecanização da indústria que, por sua vez, acelera os processos de produção. (FEENBERG, 2010, p. 133)

Para fundamentar esta parte da discussão, a obra de Andrew Feenberg, *Racionalização Democrática, Poder e Tecnologia*, organizada por Ricardo Toledo Neder, servirá de estrutura, somada a outros materiais de apoio que abordam a mesma perspectiva temática.

De acordo com os apontamentos de Feenberg (2010), a Filosofia da Tecnologia acompanha os desdobramentos das reflexões filosóficas desde os primórdios da filosofia ocidental na Grécia. Alguns intelectuais defendiam que a tecnologia acontecia em paralelo com a natureza, imitando-a. Outros supunham que ela se inseria como complemento da natureza, ao alicerçar a vida do ser humano, sendo criada por ele e, podendo inclusive, superar os “poderes” naturais. As reflexões se aprofundaram na medida em que os avanços tecnológicos se sobrepunham à simples observação dos fenômenos naturais, adentrando no campo do conhecimento científico e dando poder aos seres humanos não só de explicá-los, mas também de manipulá-los. O controle progressivo do indivíduo sobre diversos eventos se embasa na constante expansão de reflexões acerca do que o autor chama de filosofia natural.

A partir da segunda metade do século XIX, a perspectiva da filosofia da tecnologia, vista como algo natural, passa a se modificar, associada aos eventos e consequências que acompanharam as Revoluções Industriais, começam a ser apontados os efeitos nocivos das condições de vida humana em paralelo aos desenvolvimentos tecnológicos. Até então, o ponto de vista acerca do progresso tecnológico era visto como puramente determinista, o seguimento de um projeto que deu certo, se resumindo numa análise rasa das transformações que não paravam de acontecer. Entretanto, ao fim deste século, e no início do século XX, a abordagem filosófica com vistas à manipulação humana, coagindo o direcionamento da ciência, arte, cultura, economia e política, faz com que diversos autores, políticos e membros de movimentos sociais, denunciem a tecnologia como uma ferramenta de controle social. Esta concepção ganha ainda mais força nas análises pós-guerra, onde de forma clara e explícita, boa parte das tecnologias a serem desenvolvidas andavam de mãos dadas aos interesses bélicos e militares.

A tecnologia é um fenômeno de dois lados – de um, o operador, de outro, o objeto –, em que ambos, operador e objeto, são seres humanos; a ação técnica é um exercício de poder. Aliás, a sociedade é organizada ao redor da tecnologia, o poder tecnológico é a sua fonte de poder. (FEENBERG, 2010, p. 129)

Para Feenberg (2010) uma das principais questões colocadas acerca da filosofia da tecnologia se refere sobre a capacidade dos indivíduos e suas coletividades administrarem tal tecnologia de forma democrática, ou se além da falta de democratização, tal processo envolveria uma autonomia por parte dos mecanismos tecnológicos. Cria-se um pequeno paradoxo, sobre quem realmente está no controle desta relação, visto que, ainda que haja uma mediação humana presente nos procedimentos da tecnologia, segundo o autor, existe um estranhamento presente nas realidades experienciadas, entre a realidade cotidiana e a realidade do mundo das tecnologias. O mesmo ocorre com o sentimento de pessimismo com relação à tecnologia, profetizada pelos intelectuais, principalmente os veteranos da Escola de Frankfurt, sobre o implacável sistema de dominação social, pois, de acordo com Feenberg (2010), nas últimas décadas do século XX, houve um “relaxamento” quanto às questões mais críticas dos impactos sociais, para serem observados e aproveitados os benefícios que o boom tecnológico digital trazia consigo.

De acordo com o autor, a ambivalência destes dois pontos de vista se deve ao fato de que, a emergência de uma observação empírica do fenômeno, atrelada aos estudos acadêmicos científicos, precisa estar focada na diversidade do desenvolvimento e dos usos das tecnologias, pois estes processos estão intrínsecos às estruturas socioculturais de seus espaços. A realização desta observação permite que seja deslocada parte da visão determinista do fenômeno geral da tecnologia e de seus desdobramentos.

A fim de basear este pensamento, da dualidade da tecnologia nas vidas humanas, Adorno e Horkheimer (1985) trazem a perspectiva da constante submissão do indivíduo ao processo de esclarecimento. A *“Dialética do Esclarecimento”*, escrita no ano de 1947, representa uma das obras de reflexão crítica fundamentais da primeira geração da Escola de Frankfurt, explorando um panorama da sociedade contemporânea que, como citado anteriormente, mal se recuperava de uma guerra e já lidava com as sequelas de outra mais recente, permeando tanto entre o progresso acelerado do capitalismo, quanto refletindo sobre a racionalização conduzida pelo Iluminismo. A crítica aponta seu foco

na racionalização como uma ideologia que congrega costumes e reproduz essa ideologia como forma de controle social, transmitindo a aparente democratização coletiva por meio da homogeneização das massas.

Enquanto a palavra “dialética” simboliza um movimento constante de transformações, processo de debate de indivíduos e princípios teóricos, fundamentado nas ideias e na possibilidade de sua discussão, “esclarecimento”, como tratado pelos autores, figura inicialmente o próprio conjunto que representa o Iluminismo, ou aquilo que é efetivamente ilustrado, algo colocado como pensamento concretizado e racionalizado, enquanto outras ideologias afloram ao redor. Para Adorno e Horkheimer (1985), o conceito simboliza o processo de ruptura entre humanos e o medo do desconhecido, o receio com os poderes naturais, a necessidade de se valer de fantasias e ocultismos para explicar fenômenos e demais eventos.

O conceito de esclarecimento é utilizado pelos autores nesta obra para destacar uma série de eventos contemporâneos, pontuando o dito processo de racionalização, que provoca uma série de comportamentos orientados pela mecanização do pensar e agir, como se diversos processos estivessem sempre propensos a um resultado imaginável, sem subjetividades. É relatado por Adorno e Horkheimer (1985) que a ruptura com o mito, faz com que o indivíduo se desprenda de suas crenças, lançando-se por completo à razão, validando categoricamente a verdade proposta pela lógica moderna. Para os autores, este movimento não configura nenhum crime, no entanto, o problema se concentra na forma como é empregada esta lógica moderna, quando o saber se torna um aparato de dominação, quando conhecimento e poder se vinculam ao ponto de se inserirem nas esferas políticas, econômicas e socioculturais na intenção de causar alienação ao modelo de tecnicidade racional. De acordo com estes autores, estar entregue a um modelo que burocratiza processos a fim de obter sempre os mesmos resultados, incluir-se numa aparência utópica, seja por meio do narcisismo ou pela massificação generalizada, a fim de perpetuar a universalização de ser, configura como movimentos que levam à dominação social e conseqüentemente ao totalitarismo.

Para ilustrar este ponto de vista, os autores recorrem à passagem de Ulisses (A Ilíada, sec. VIII a.C) no momento em que a embarcação do herói precisa atravessar o caminho das sereias, criaturas dotadas de belíssimos cantos e assassinas dos marujos que se aventuram por esse trajeto. Ulisses ordena que todos na embarcação tapem seus ouvidos com cera, enquanto ele é amarrado a um dos mastros para poder ouvir o canto

dos seres fantásticos. É possível destacar dois simbolismos nesta passagem; a ruptura com o mito, entre o homem e o mundo fantástico, e as divisões hierárquicas que detém e empregam o poder através do conhecimento. No primeiro exemplo, para além da fantasia empregada no relato, é descrito pelos autores o processo em que o homem não mais se identifica com o mundo, se posicionando com negação ao mesmo, permitindo que se estabeleça uma nova relação, longe do medo do desconhecido e do oculto, ou seja, existe certo domínio sobre aquilo que passa a ser conhecido. No segundo caso, sob forte influência do marxismo histórico, existe a explanação das relações de poder presentes nessa cena; Ulisses, que comandava a embarcação, assume a posição dominadora, mesmo sem estar junto aos remadores, ainda era detentor das decisões e consequentemente dos meios de produção neste espaço. A divisão do trabalho e a perspectiva de hierarquização social são evidenciadas neste exemplo.

A perspectiva de esclarecimento, segundo Adorno e Horkheimer (1985), deriva da chamada Razão Instrumental, que se resume a uma mecanização do pensamento. A mecanização do pensamento ocorre, supostamente, quando não existe mais tempo para pensar, e alternativas imediatistas são as mais viáveis para a “solução” de problemas, o que inevitavelmente, segundo os autores, se reflete no modelo capitalista que emergia a partir dos eventos das Revoluções Industriais, e que acabaram por se perpetuar. Para os autores, isto ocorre quando os efeitos da modernidade afetam de todas as formas o modo de vida do indivíduo; o imediatismo toma conta de toda criticidade possível, desvalorizando a possibilidade de pensar subjetividades, de desprendimento às experiências, tradições e tudo aquilo que não se encaixa ao novo tipo de racionalidade mantida pelo sistema social e por este indivíduo. Este movimento acompanha a troca de centralidade da razão, antes voltada para Deus, agora voltada ao homem, que não mais pertence á natureza, mas sim a domina, manipula e a transforma. Numa época onde o industrialismo marca o progresso como embasamento de emancipação, o enfraquecimento do pensamento acaba sendo uma consequência, levando á mecanização das relações de trabalho, interpessoais e ao conformismo. A culpa que recai ao Iluminismo pelos autores se refere então ao excessivo esforço de tornar o conhecimento como um bloco universalizado.

De antemão, o esclarecimento só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 6)

O que ocorre então, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985) é um processo de desmistificação, produto incutido na racionalização da técnica. Cálculos exatos, resultados puramente sólidos, domínio completo sobre a natureza se sobrepõem a conhecimentos passíveis de interpretações subjetivas e o desencantamento dos mitos se torna irrefreável. Longe do leque de interpretações para as experiências da vida social e dos fenômenos, já não há mais obstáculos para a dominação do homem sobre o homem. A concepção hierárquica descrita acima, se dá com a noção de que o outro, sendo parte de uma natureza já dominada, é suscetível também à dominação. Daí a crítica a todo e qualquer sistema totalitário, independente de seu braço ideológico.

Para os autores, o esclarecimento se torna uma ferramenta do totalitarismo, ao ser inserido radicalmente nas esferas sociais, produzindo sujeitos em constante negação com o mundo externo e com ideologias que não empregam a viabilidade da homogeneização imediata, produzindo indivíduos que se adaptam ao autoritarismo, conduzidos por “porta-vozes” da liberdade e dos valores sociais.

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 5)

A pergunta norteadora da obra se resume em questionar como a barbárie, germinada em algumas percepções de opressão social, até moldes mais explícitos do fascismo, está sempre à espreita nos acontecimentos contemporâneos, mesmo com toda evolução e progresso acompanhando esses momentos.

2.3 A indústria cultural e a cultura digital

Ao longo das reflexões apresentadas pelos autores, são apontados filosoficamente os perigos que derivam dos avanços tecnológicos, colocando em cheque as atividades massivas no campo do conhecimento científico, no entanto destacando que o problema se volta a outra ação, inserida nesta atividade, a prática que transforma o saber em poder, dominação e mercadoria. Em termos mais precisos, o controle técnico agressivo sobre os homens e a natureza, no lugar de uma elevação social igualitária, faria sobressair ainda mais as desigualdades sociais e a barbárie.

Assim, segundo os autores, a racionalização técnica se embute ao pacote capitalista, determinando os moldes das relações sociais e irremediavelmente as de

consumo. Neste ponto é apresentado o conceito da Indústria Cultural, do qual promove por meio do emprego da necessidade de consumo, uma vasta bagagem de conceitos e produtos a serem absorvidos, desde a infinidade de produtos à disposição no mercado, até o roteiro padronizado de uso e sentimentos a serem originados dessa interação.

O conceito de Indústria Cultural foi desenvolvido e utilizado ao final do século XIX pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, veteranos da Escola de Frankfurt, para explorarem os efeitos decorrentes da Revolução Industrial somado ao avanço do capitalismo nas diversas parcelas sociais. É fundamentado pela idéia da produção massiva de produtos, de objetos a produções artísticas, como a música, por exemplo, moldando a produção do saber aos paradigmas capitalistas.

Adorno e Horkheimer (1985) designam o conceito como um mecanismo que instrui e modela o pensamento do indivíduo, para que este esteja constantemente submerso nas bases dos paradigmas capitalistas. Por exemplo, produtos e notícias se incutem ao cotidiano das classes de modo que este se encontra quase que permanentemente soterrado de reações e atitudes pré-estipuladas, onde até mesmo o intervalo de trabalho e o lazer são regidos por estas sistematizações. Ao se deparar com uma manchete impactante, o indivíduo dificilmente consegue um tempo hábil, ou mesmo um período para reflexão a respeito do que acabou de ver. A notícia chocante é seguida por um comentário esportivo, uma fofoca sobre celebridades, e logo a necessidade de refletir criticamente sobre os acontecimentos sociais vai sendo ofuscada por mais insumos que o distraem daquilo que deveria ser mais relevante. É pertinente neste ponto cruzar tais aspectos com a proposta da distração concentrada apresentada por Türcke (2010), ao identificar que o bombardeio de notícias, imagens e demais estímulos cumprem as mesmas funções que são apontadas por Adorno e Horkheimer (1985), quando se voltam à intenção da alienação do indivíduo às questões mais importantes.

Para Adorno e Horkheimer (1985), o princípio de uma cultura de massa teria como propósito agregar uma consciência coletiva aos indivíduos, por meio da transmissão de valores, do respeito às tradições, no entanto, a difusão da Indústria Cultural se coloca como um rol infinito de produtos, que possuem apenas uma faísca de duração, sendo, quase que imediatamente, substituídos por novos produtos ou atualizações, demandando um consumo desenfreado e causando uma compensação passageira ao serem adquiridos. Dentro da época de lançamento da obra *“Dialética do*

Esclarecimento”, os exemplos do “ópio do povo”, discutidos pelos autores, se direcionam ao repentino e massivo bloco de componentes artísticos que foram se reproduzindo, criando uma atmosfera que conseguisse agrupar as classes sociais sob um mesmo sentimento. A música e o cinema são os principais elementos destacados pelos autores, endossando como até mesmo estes componentes de distração e descanso embutiam o sistema de consumismo e acriticidade. Este processo, segundo os autores, é o que motiva a monopolização da sociedade, provocando o comportamento acrítico e mecanizado. A magia presente nos romances dos filmes, nos comerciais de automóveis corrobora não somente para despertar a necessidade do consumismo, mas também para a anestesia necessária de um mundo onde não são incentivadas as forças para a reflexão dos problemas reais, e sim da busca incontrolável daquilo que não obrigue o sujeito a lidar com tais problemas.

A título de curiosidade, para embasar este pensamento, bem como fornecer um comentário levemente cômico a análise, Theodor Adorno (1903-1969), já exilado nos Estados Unidos, logo no início da década de 1940 devido à ameaça nazista, ao trocar correspondências com outros membros da Escola de Frankfurt, menciona Walt Disney como o “homem mais perigoso da América”, devido aos impactantes desenhos animados que despontam nessa época, representando magia e superação de seus personagens como um modelo a ser copiado. A julgar pela atuação dos Estados Unidos na política mundial até então, tratava-se novamente de um exemplo ao que fora ~~determinados~~ denominado pelos autores como o “ópio do povo”. Este pensamento pode ser mais bem explorado no artigo “*Whos afraid of Mickey Mouse?: Revisiting the Benjamin-Adorno debate on Disney from a psychoanalytic perspective*”⁵.

De acordo com os autores, não basta apenas a massificação de elementos a serem amplamente difundidos como material de consumo, a lógica perversa por trás dessa manobra se situa no pensamento dominante que orienta e influencia seus consumidores. O indivíduo que se ambienta neste sistema se torna um mero peão de consumo e venda de sua força de trabalho, um simples objeto que fetichiza toda mercadoria oferecida pelo sistema capitalista na busca da felicidade plena através daquilo que consome, sem nunca conseguir alcançar os moldes exatos daquilo que almeja diante das propagandas nas telas. É estabelecido o ciclo eterno de consumo e frustração diante da promessa de satisfação e bem estar.

⁵ Disponível em: http://freudians.org/wp-content/uploads/2014/09/Adorno_Letters_to_Benjamin.pdf

Portanto, é importante vincular o conceito da Indústria Cultural aos debates colocados nesta pesquisa como uma forma de compreender por onde jovens estão se enveredando ao manterem um contato tão íntimo com aparatos digitais e todo o acervo frenético que estes objetos proporcionam à sua formação no cotidiano. Para além de toda lógica consumista colocada como foco por alguns autores ao conceito de Indústria Cultural, quais outros comportamentos puramente associados às condutas humanas se adaptam aos conteúdos que viajam pelas músicas, imagens e redes sociais?

Capítulo 3 – A cibercultura e a violência no contexto digital

Nesta seção, é buscada a exposição sobre o conceito de violência e sua ação dentro da cultura digital. Esta apresentação servirá de princípio para a discussão com relação às violências presentes na escola, na juventude e no contexto virtual que contorna esta geração.

3.1 As práticas de cyberbullying, a escola e os linchamentos virtuais

Observando um pouco dos círculos profissionais e sociais atualmente, qualquer indivíduo, de adultos a adolescentes, consegue listar ao menos cinco atividades cotidianas em que o celular está diretamente presente. Como demonstrado anteriormente, pelo estudo do IBGE de 2018, o contato, não só da juventude, mas de uma maneira geral entre todos os sujeitos, vem se intensificando na medida em que se amplia o aumento tanto na disseminação dos aparelhos físicos, adquiridos em lojas, ou pela própria *internet*, quanto da expansão da acessibilidade na conexão das redes e aquisição facilitada, que se estende cada vez mais e em locais mais distantes.

A forma como tais aparelhos foram se encaixando nas tarefas rotineiras, nas relações de trabalho, nas comunicações interpessoais e nas alternativas ao lazer, faz com que seja difícil imaginar outro estilo de executar todo este roteiro sem um celular nas mãos. Como destacou Costa (2012), automatizar atividades, principalmente as repetitivas, valendo-se de mecanismos tecnológicos, é um processo que acompanha o homem desde suas origens. Na medida em que, “favoravelmente”, o mercado disponibiliza mais uma variedade de modelos e funções novos, que se vangloriam de fornecer exatamente tudo aquilo que um ser humano precisa, para dormir, para acordar, comer, trabalhar e se divertir, não só se expande a idéia do consumismo como forma de alcançar os objetivos, até mesmo em classes mais pobres, como também se estreita ainda mais as relações individualistas com os aparelhos. Informação, comunicação e entretenimento se abrigam, literalmente, na palma das mãos.

Desta forma, é possível visualizar nas profundezas como a cultura digital se formou e como continua se formando. Como destacado por Castells (1999), é inevitável que se incorporem, tanto aos aspectos dos aparelhos, quanto aos demais aspectos comportamentais humanos, como numa relação de troca, traços culturais na forma como são designados seus usos e os hábitos decorrentes desse vínculo.

Pensando na construção da cultura como um processo constante e híbrido, Lemos (2009) descreve o fenômeno da cibercultura como uma forma de atualizações contínuas, que ao mesmo tempo em que busca se reafirmar, também procura se ajustar e absorver novos paradigmas. Como destacado pelo autor, a preocupação não está nesse movimento de assimilação, que acontece desde o início da humanidade, mas sim na velocidade de sua expansão.

A esta altura, é importante destacar uma diferenciação nos termos, de cibercultura e cultura digital, a fim de evitar confusão entre as conceituações, pois não basta que sejam historicamente recentes, elas também se alteram e se reinventam no exato momento em que esta pesquisa está sendo redigida. Em uma busca simples nas próprias bases virtuais, com a palavra “cultura digital” é possível levantar em alguns sites educativos, e outros artigos acadêmicos, que descrevem a cultura digital como um termo precedente a cibercultura. Isto se deve a sugestão da atribuição deste conceito ter se dado logo nas primeiras análises feitas a respeito das Revoluções Industriais Tecnológicas, muito antes das redes sociais fazerem o indivíduo mergulhar por completo em um mundo virtual. Este critério de análise se coloca desde as primeiras experiências com a televisão, com os radares utilizados durante e pós-guerra, e com todas as interações advindas destes processos, por exemplo. Enquanto cibercultura se apresenta como mais uma ramificação dentro do conceito da cultura digital, se inserindo predominantemente nos nichos virtuais.

Cibercultura, assim como destacado por Lévy (1999), se coloca como o conjunto de práticas, pensamentos, técnicas e atividades reproduzidas já dentro de um espaço inteiramente virtual, contribuindo para seu crescimento. Ciberespaço, portanto, simboliza toda essa construção acerca da incorporação da cultura dentro dos ambientes virtuais.

Lévy (1999) desenvolve em sua obra uma riquíssima teoria epistêmica acerca das separações e semelhanças que flutuam entre a concepção de real e virtual, buscando uma conceituação definitiva para o conceito, que se acomode dentro da constante revolução tecnológica. Para o autor, a separação entre realidade e virtualidade deve ser feita de forma muito cautelosa, e ainda assim seria bastante complexo desvincular elementos que compõem a um e outro conceito. Neste caso, é proposta a idéia de que o virtual não se contrapõe ao que é tido como realidade, mas se emulam de forma a se tornarem tanto reproduções como complementações um do outro. O universo virtual é

concebido por possibilidades, por aspectos que já se destacam no ambiente supostamente real, projetando então sombras nos espaços que se constituem virtualmente. Este detalhe se faz pertinente no que concerne a reflexão a respeito da pornografia da vingança, pois permite que se façam destaques na forma como tal fenômeno ocorre. É fato que, a disseminação criminosa de imagens íntimas não passou a existir juntamente ao advento da *internet*, tratava-se de uma prática ainda bastante presa aos mecanismos analógicos, que ganhava espaço entre agressores e membros da indústria de pornografia por meio de correspondências, por exemplo. A pornografia de vingança como é conhecida atualmente é, historicamente bastante recente. No entanto, ao observar os eixos que sustentam tal prática, como a vingança pelo término de um relacionamento, exposição vexatória do corpo e da sexualidade e a ameaça, é possível estabelecer uma ligação direta aos paradigmas impostos pelo machismo, que se faz presente na história das mulheres há muito tempo.

Deixando de pensar nos fatores econômicos, a respeito da acessibilidade pelas vias financeiras para todas as classes, Lemos (2009) defende que a cibercultura busca em sua totalidade uma inclusão social, uma amplificação “democrática” que permita, englobando comunicação e informação, reproduzir todos os espaços e relações que “existiam antes” para as redes e telas vibrantes dos aparelhos digitais para todas as pessoas. De acordo com o autor, são recriadas diversas formas de relacionamentos, pessoais ou não, como forma de assimilar antigas relações e incorporar novas formas de interação, ao que ele nomeia um conceito como territórios recombinantes.

Estes territórios, que se multiplicam aceleradamente, são criados com a intenção de reunir indivíduos que compartilham do mesmo interesse, e podem abordar os mais diversos assuntos. O conceito de recombinante, neste caso, se coloca como o movimento de agrupar as novas informações recebidas e adaptá-las ao contexto vigente, integrando “novas” formas de pensar e agir aos paradigmas existentes. Descreve também em parte a velocidade do conceito em sua aplicação social, já que o autor destaca por diversas vezes em seu texto que a preocupação com os impactos não se dá pela evolução em si, já que esta perdura nas relações humanas desde que há o conceito de humanidade, mas sim pela rapidez que tomam estas transformações, nos quais se concentram os efeitos que repercutem nos indivíduos.

Pensando na sistematização, na construção estrutural, não só da cultura digital de maneira geral, mas também nos campos mais específicos da cibercultura, Lemos (2009)

destaca que o cerne desta movimentação, de assimilar e encaixar conteúdos, encontra-se no poder e na autonomia da emissão destes conteúdos, que de certa forma podem ser consideradas livres para todo e qualquer usuário das redes virtuais. O excesso, ou acúmulo de ideias e informações são os grandes propulsores dos nichos virtuais, que aglomeram usuários em busca de um ideal com o qual se identificam. De acordo com o autor, nos primórdios das relações digitais, a mediação destes conteúdos era feita pelos seus próprios emissores, um grupo menor de pessoas, com relações profissionais, responsáveis pelas formas que tais conteúdos iriam tomar, ou seja, indústrias de música e cinema, editoras de revistas e jornais, por exemplo, no entanto, com a abrangência dos mecanismos de compartilhamento, a evolução tecnológica concedeu o poder para que qualquer criatura, sabendo manejar aparelhos digitais e redes de conectividade, pudesse ser autora de seus próprios materiais e disseminá-los como bem quisesse.

A intenção de trazer alguns detalhes desta interação é permitir a percepção de como todo tipo de hábito, tradição ou costume humano fora de certa forma transferido para os meandros digitais ao passo das atualizações de computadores e *smartphones*, ao longo das décadas em que a Revolução Digital escalou, e ainda escala, até o seu ápice. São aplicativos de lembretes diários, memorandos, auxílio ao tráfego urbano e relacionamentos, com o diferencial de alguns regimes mais ou menos autoritários, do qual impõem um garimpo aos conteúdos disseminados, praticamente todo resto da atividade humana está intimamente atrelada aos trilhos virtuais.

Esta reflexão é pertinente no sentido de observar como uma imensa parte dos sentimentos humanos cruzou a fronteira do “cara a cara” para residir no pacote de dados virtuais, e as redes sociais, que, atualmente, têm sido uma das responsáveis por essa propagação, sendo agente dos depósitos de sentimentos, representa somente uma das pequenas pontas do iceberg. Em algumas teorias, suas raízes vêm sendo detalhadamente construídas desde a premissa da Indústria Cultural, por exemplo, como apontaram Adorno e Horkheimer (1985). A massificação de temas, ideias e informações seria apenas um instrumento no reforço de alguns comportamentos pré-existentes na sociedade, e, de acordo com os autores, muito provavelmente tendendo aos comportamentos fascistas. E assim como também define Lemos (2009), o indivíduo sente a necessidade de recombinar tudo aquilo que é de seu prévio conhecimento dentro de um espaço inteiramente novo e absurdamente propulsor de suas ideias.

Retomando um dos apontamentos desta pesquisa, que busca analisar alguns comportamentos específicos das relações geradas neste meio digital, é presumido então, que algumas das atitudes comportamentais, vindas do pensamento moral, político, social e cultural do indivíduo, representem sua imagem e postura conforme este se insere nos nichos de seu interesse virtualmente. É possível pensar tanto num espelho, que reflita explicitamente alguns paradigmas mais íntimos de sua personalidade ou atuação social, quanto num escudo, no qual são lançados todos os tipos de opiniões, enquanto um muro cibernético se coloca diante de sua figura física, mantendo assim, um mínimo de seguridade para expressar temas que vão desde o caráter conscientizador até as barbaridades mais violentas.

Assim como os estudos que buscam compreender e administrar toda a bagagem produzida pela Cultura Digital se atualizam constantemente, também os acontecimentos e padrões que regem o ciberespaço se movimentam sempre com novidades que vão sendo absorvidas pelos mundos “reais” e virtuais. A violência, característica do ser humano também desde suas primeiras manifestações e convivências, não poderia deixar de ser incluída nesta nova esfera. O rol de crimes cometidos no ciberespaço, desde os primeiros passos da *internet* no convívio com o ser humano, é profundamente extenso. Torna-se difícil, em alguns momentos, diferenciar os aspectos daquilo que fora assimilado dos costumes antigos, daquilo que definitivamente germinou e ganhou corpo dentro do ambiente virtual.

Analisando rapidamente, a violência se configura como um conceito flutuante dentro de inúmeras esferas. Dependendo de sua perspectiva, ela pode ser encarada com um grau de menor ou maior gravidade, quando aplicada em diferenciados contextos. Em alguns esportes, por exemplo, ela pode ser vista como uma manifestação natural, dependendo, é claro, das formas como sua expressão se enquadra nas regras destes mesmos esportes, mas de qualquer forma podendo ser encarada como um comportamento esperado. Ao mesmo passo em que é considerada pela Organização Mundial de Saúde como um problema de saúde pública, devido ao seu caráter pandêmico e que se abriga em inúmeras divisões dos problemas sociais. Um dossiê⁶ publicado pela organização em 2002, com foco na saúde da mulher e na violência doméstica, reafirma que todas as formas de violências cabíveis se enquadravam num problema muito grave, pois além das novas incorporações, o nível das anteriores se

⁶ Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OMS_estudiomultipais_resumendelinforme1.pdf

agravava conforme o crescimento da desigualdade social e de outros fatores adjacentes. Resumidamente, de acordo com a organização, sua definição se baseia no uso de força física ou psicológica, contra um indivíduo ou grupo, que possa resultar em danos ao alvo escolhido.

Para Paviani (2016), a violência pode se apresentar de duas maneiras socialmente; a primeira, pensada como natural, remete a um sentimento intrínseco da natureza humana, algo que independente do ambiente e das formas de desenvolvimento, está presente no interior do indivíduo e precisa de certo incentivo para ser despertada; a segunda se refere aos meios artificiais, onde ela se baseia em fatores externos para ser pensada e/ou concretizada. Sua definição pode expressar o ato de produzir danos à vítima, como morte, ameaças e humilhações.

Além do conceito de violência, há o problema das formas de violência. Sua classificação depende dos critérios escolhidos, das evidências da realidade empírica, dos modos de combater a violência e de outras modalidades. O conceito de violência é tão amplo que dificilmente as classificações abrangem todas as formas. Apesar disso, a tipologia de violência pode ser útil para visualizar suas modalidades. (PAVIANI, 2016, p. 11)

De acordo com Zaluar (1992), a violência pode ser resumida em um processo de anulação do outro, por meio da força física, negação de direitos, ameaças pessoais ou ações agressivas a espaços e comunidades. Tratada como um fenômeno social pela maioria dos autores, a discussão do conceito, apesar de bastante suscitada, se encontra sempre submersa em seu caráter subjetivo, devido à enorme diversidade de seus acontecimentos e das esferas que abrange. Para ambos os autores, Paviani (2016) e Zaluar (1992), as formas de violências compreendidas e estudadas pelos humanos vão desde sua manifestação mais explícita, resultando em danos maiores, como morte, tortura, mutilação, até as formas mais sutis e até mesmo normatizadas socialmente, através de tradições e culturas, como preconceito, racismo e machismo.

Dentro da cultura digital e da cibercultura, a violência encontrou um território extenso e bastante fértil, que não somente viabilizou a disseminação de algumas formas de violências, como também se apropriou de alguns formatos dos quais conseguiram melhor se estruturar por meio das redes de compartilhamento. Como exemplificado por Adorno e Horkheimer (1985), a Indústria Cultural, especificamente sua influência nos recursos audiovisuais, se torna grande responsável pela propagação de pensamentos e sentimentos imediatos para lidar com aquilo que está sendo absorvido. Pressupondo que

o comando de tais distribuições esteja nas mãos de governantes ou responsáveis com vieses violentos, é possível idealizar alguns exemplares de filmes, músicas, slogans, que têm o poder de se inserir ao pensamento e alienar a concepção de quem os recebe. Para além de toda bagagem cultural aproveitável nos filmes de guerra, nos comerciais de margarina e, atualmente, até nas músicas tidas como depreciativas, é necessário ver além, destrinchar sua real mensagem e perceber com quem realmente aquelas imagens e palavras estão se comunicando.

Seja por meio da literatura, ou das demais veiculações de comunicação e informação, é simples observar a quantidade de expressões e conceitos que são criados para dar conta de nomear e analisar a inserção crescente dos crimes virtuais. *Cyberbullying*, discursos de ódio, xenofobia, racismo, machismo, linchamento virtual são alguns dos diversos componentes que precisaram ser precisamente definidos de acordo com sua categorização, para fundamentar as bases de enfrentamento destes tipos diversos de violência inseridos no ciberespaço. Assim como as modalidades aplicadas nas relações fora deste espaço, tais situações de violências também sofrem com a dificuldade dos campos científicos em classificarem o extenso grupo de práticas que percorrem as redes de relacionamento e de compartilhamento, portanto, assim como os percursos realizados pela cibercultura seguem em transformação, assim também seguem as novas e velhas formas de violência assimiladas ao contexto virtual.

Para além da máxima de que a violência contra o outro não é um ato justificável, é necessário evidenciar que para cada uma das categorias citadas, existe um “pretexto” ou uma “justificativa” para a realização de tais práticas. O linchamento virtual, por exemplo, pode ser aplicado tanto por motivações xenofóbicas, quanto impulsionada contra uma atitude xenofóbica. Um exemplo mais ilustrativo, e talvez o mais famoso, do caso pode ser o de Justine Sacco⁷, que usou seu Twitter para fazer uma declaração bastante desagradável sobre a África, local para onde estava prestes a viajar. Para além do teor de seu comentário, o que se seguiu após sua publicação pode ser descrito como um enxame de respostas igualmente agressivas, e até mesmo preconceituosas, com respostas misóginas, por exemplo, que levaram não somente ao seu escrachamento público, como também à sua demissão do emprego e ao isolamento social devido aos ataques que sofrera em outros locais.

⁷ Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150312_tuites_difamacao_jon_ronson_pai

Estas especificações se fazem necessárias, dada a necessidade de serem separadas claramente dos conceitos expostos nesta pesquisa, a fim de obter uma melhor apuração do tema da pornografia de vingança, que, apesar de suas características pontuais, pode facilmente ser mesclada aos contextos e justificativas dadas pelos agressores ou por um grupo geral de pessoas.

3.2 Cyberbullying e linchamento virtual.

São considerados crimes virtuais toda e qualquer atividade realizada ilegalmente com o auxílio da tecnologia virtual, com a intenção de causar danos e prejuízos a uma pessoa, aparelhos digitais, ambientes ou os mais diversificados tipos de alvo, como pensamentos, ideologias, leis e demais aparatos sociais. Os criminosos desta esfera vão desde pessoas comuns, amparadas por impulsos violentos, a grupos organizados, escorados por instituições maiores, como o próprio Estado, por exemplo.

Pode ser presumível que, junto com os primeiros passos da *internet*, e toda sua assimilação com o ser humano, logo todo tipo de comportamento, bom ou ruim, fosse migrado para os círculos virtuais. Em uma perspectiva menos trágica, é possível destacar o roubo de dados, estelionatos e golpes financeiros, que foram bastante relatados logo na primeira década de convivência dos indivíduos com o ciberespaço. No entanto, apesar de ser razoavelmente velada, seja pelo conjunto de tabus e/ou falta de perícia em tratar assuntos tão graves, existe outra face de crimes virtuais que beiram as mais críticas das barbáries imagináveis, que vão desde o linchamento virtual até a transmissão de conteúdos violentos explícitos.

No site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é descrito como crime virtual todo tipo de ação que visa prejudicar uma vítima por vias digitais, por meio de celulares, *smartphones* e computadores. A tipificação detalha a invasão de aparelhos pessoais, disseminação de vírus e roubos de senhas individuais, sejam elas de acessos a contas pessoais nas redes sociais ou de cartões de crédito e bancos. A Lei dos Crimes Cibernéticos (12.737/2012) foi sancionada pela então presidenta vigente, Dilma Rousseff, alterando e acrescentando incisos à lei de 1940, no qual previa multas e punições aos crimes cometidos direcionados aos serviços telefônicos e de comunicação pública. Na ocasião, em 2012, a infração que impulsionou tal medida do Estado foi um

crime cibernético contra a atriz brasileira Carolina Dieckmann⁸, que batiza a lei vigente, onde teve dados e fotos íntimas de seu computador pessoal invadidos e distribuídos por um técnico de informática. Também são enunciadas pela página do CNJ outras especificidades de crimes virtuais, tais como injúria, calúnia, ameaça, difamação e falsa identidade.

Este caso em particular, apesar de não ilustrar caracteristicamente a base desta pesquisa, demonstra em um dos seus detalhes o tipo de violência que pretende ser analisada neste texto. Para além de toda uma lista de dados pessoais da atriz que foram expostos, o reforço midiático sobre o caso se concentrou nas fotos íntimas da atriz, reproduzindo-as posteriormente em programas televisivos e demais sites de notícias, inclusive. É neste ponto que se encontra um dos elementos mais cruéis e decisivos da pornografia de vingança como violência contra mulheres, o ato de reviver a violência praticada devido à exposição de seu corpo e de sua sexualidade.

Além desta resolução, outra medida foi despachada pelo Estado, no ano de 2015, pela mesma presidenta em questão, sobre o respaldo para a criação de políticas públicas contra o *bullying*, denominado Programa de Combate à Intimidação Sistemática⁹. Os desígnios dessa lei se direcionam ao fomento de medidas geradas pelo Ministério da Educação, trazendo formações sobre o tema para equipes pedagógicas, impulsionando campanhas publicitárias que buscassem orientar e conscientizar sobre a prática, além de viabilizar a assistência social, psicológica e jurídica aos envolvidos na ação. No que se resume a esta época das ações do governo, era entendido que o *bullying*, e todas as suas sub-práticas, deveriam ser tomadas como um problema coletivo, que apesar de ter seu exercício mais proeminente entre as classes mais jovens, sobretudo aquelas em idade escolar, deveria ser enfrentado por todos.

Recorrendo a uma rápida pesquisa na base virtual do Google Acadêmico, a fim de elencar a incidência do conceito nos estudos acadêmicos, é possível notar alguns artigos que destacam as primeiras aparições do termo *Cyberbullying* como objeto de pesquisa. Inicialmente, saltam alguns textos que remetem às bases jurídicas, às propostas políticas e ao ramo da saúde, principalmente da psicologia, no qual enquadram o fenômeno como um problema social. Mais adiante, surgem os textos voltados para o campo da Educação. De maneira geral, e superficial, os apanhados de

⁸ Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61325/crimes-ciberneticos-e-invasao-de-privacidade-a-luz-da-lei-carolina-dieckmann>

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm

links acessados demonstram como existe um movimento incessante neste tema, a fim de preencher as lacunas que vão aparecendo a cada novo caso. Independente do campo específico de pesquisa, é demonstrada uma preocupação em tentar identificar as raízes do problema, como se a intenção de encarar suas causas fornecesse respostas e ferramentas para o enfrentamento do problema enquanto o mesmo acontece.

Voltando às formas de análise de violência, Paviani (2016) apresenta um paralelo de comparações, citando inclusive outros autores como Hannah Arendt (1906-1975), Erich Fromm (1900-1980) e Sigmund Freud (1856-1939), no intuito de estabelecer panoramas possíveis para compreender a violência e suas atuações. De acordo com o autor, tendo em mente que a violência se trata de um fenômeno social, que se introduz em diversos ambientes com causas e consequências variadas, é necessário cogitar que suas raízes também se apresentem como as mais variadas possíveis, desde a possibilidade biológica, no qual é defendido que seres humanos ainda carregam seus instintos primitivos, em situações de luta pela sobrevivência, por exemplo, até suas expressões mais complexas, como as que se inclinam na direção do poder abusivo, da dominação e da anulação.

Transferindo este pensamento ao contexto digital, é possível considerar que uma grande parcela de crimes cometidos nos ambientes virtuais tem sua estrutura cravada nos princípios de violência, que se consolida nos prejuízos morais e psicológicos da vítima, provocados intencionalmente, assimilados a algumas posturas já existentes. Observando alguns comportamentos que se acomodaram nas redes de compartilhamento, atualmente tais redes desempenham, além da função de retratar a vida cotidiana do indivíduo, expressar denúncias e acusações e também proferir um sem número de opiniões de condutas e costumes. É neste contexto que surge o conceito de *cyberbullying*, ou *bullying* virtual, ou linchamento virtual. É interessante observar que ao mesmo tempo em que esses três termos se unem para descrever a espécie de um mesmo fenômeno, ao mesmo tempo em que são aplicados, por diversos autores diferentes, também são utilizados para descrever inúmeras subdivisões dos acontecidos analisados separadamente.

O *cyberbullying* se expressa então como uma nova ferramenta de agressão, provocação e ameaça, caracterizado pela sua atuação repetitiva dentro dos ambientes virtuais e repercutindo fora deles também. Apesar dos estudos serem relativamente recentes, muitos casos servem como base para enunciar este mal estar que afeta diversas

camadas sociais que estão em contato bastante próximo com aparatos digitais e suas redes de compartilhamento. A importância de seu estudo se evidencia devido a forma problemática como esta ação age na vida de suas vítimas, e também na dos agressores, causando em muitos casos consequências que beiram o irreversível. São desencadeadas doenças psicológicas, isolamento social e atitudes repentinas que podem acarretar em desfechos trágicos.

As extensões do *cyberbullying*, suas raízes, sua atuação, suas incorporações e inovações, são estudadas desde o início dos anos 2000, com a popularização das redes sociais, ou seja, as redes de compartilhamento de interesses que agregavam um número ilimitado de indivíduos trocando informações sobre um determinado assunto. Desde a criação destas “comunidades”, diversos tipos de mensagens e tópicos foram criados para atacar outros usuários. De acordo com Zuin (2017), a principal característica que marca a crueldade deste tipo de prática se concentra na relação com o tempo e o espaço que são estabelecidas conforme seus eventos vão acontecendo. Nesta questão, as agressões acontecem em qualquer horário e praticamente em qualquer ambiente virtual, marcando a superação de algumas barreiras e reafirmando a posição de outras. Outro aspecto destacado pelo autor, é que, assim como pontuado pela teoria de Turkç (2010), as ações do *cyberbullying* se inserem na esquematização repetitiva dos estímulos virtuais, transcendendo novamente a barreira entre tempo e espaço, criando, de acordo com o autor, uma espécie de memória que se correlaciona especificamente com estes ambientes.

No que corresponde à observação do espaço onde acontecem tais violências, a facilidade com que a distribuição de determinada informação se alastra é um fator crucial para ser observado como tal assunto se insere mesmo em espaços que não abordem o seu tema em específico, criando uma marca atemporal neste assunto e, geralmente, também na vítima em questão. Já no que diz respeito ao tempo, este acaba ficando como um elemento desprendido, decisivo, mas ao mesmo tempo flutuante, pois, ao passo em que, em alguns casos, os alvos das agressões mudam, estes também podem ficar marcados por um bom tempo devido às consequências dos ataques sofridos.

Neste ponto, é interessante colocar o que Adorno e Horkheimer (1985) propuseram ao determinar os elementos que foram concebidos dentro da Indústria Cultural, e logo em seguida passando à Cultura Digital, como uma ferramenta que se torna intrínseca ao cotidiano e à formação humana se transforma em mais uma

ferramenta para a barbárie, para o constrangimento, para a violência. Sobretudo no campo da educação, inúmeras metodologias buscam a melhor forma de integrar tecnologia digital e o restante de sua inovadora bagagem, a fim de administrar a transição impetuosa que algumas gerações ainda estão tendo que enfrentar, seja pela pouca familiaridade com as novas revoluções, seja pelo movimento acelerado pelo qual tais elementos se transformam, ou ainda pelo desfalque de reflexões críticas acerca do uso de tais aparatos e seus desdobramentos.

Pensando na considerável abrangência desse fenômeno em diversas esferas sociais, esta pesquisa coloca como um de seus objetivos pensar a prática da pornografia de vingança não apenas como uma das ramificações do *cyberbullying*, mas indo mais longe ainda, pretendendo destacar esta prática violenta como uma forma específica de violência contra meninas e mulheres, se enquadrando como uma violência de gênero. Trata-se de uma tarefa árdua, abrir tantos guarda-chuvas, para transitar tanto dentro de um conceito, mas a necessidade de categorizar cada um destes aspectos é o que revela a necessidade de diálogo tanto com quem o observa e estuda, quanto para auxílio daqueles que são vitimados.

3.3 Cyberbullying e a escola:

Conforme vem sendo enunciado neste texto, é possível constatar a extensa cadeia de ações, sentimentos e comportamentos que foram absorvidos pela transformação advinda da cultura digital conforme o contato dos indivíduos com os aparatos tecnológicos foi se estreitando. Assim como as iniciativas e movimentos engajados com propósitos conscientizadores, também foram assimilados os comportamentos violentos e criminosos que acompanham a trajetória do ser humano inserido no ciberespaço e nos processos da mais atual revolução tecnológica.

Zuin (2017) propõe que o *cyberbullying* se configura de certa forma como um evento irrestrito; dadas as circunstâncias sobre a acessibilidade dos aparatos digitais e das redes de compartilhamento, qualquer indivíduo está sujeito a ser vítima de provocações, ameaças e demais constrangimentos. No entanto, apontando os exemplos dados pelo autor, e alimentando o propósito desta pesquisa, será observada a grande incidência deste evento entre jovens no ambiente escolar.

Como citado anteriormente, celulares e *smartphones* invadiram todos os espaços possíveis, e sendo os adolescentes os principais usuários e vetores desta tecnologia,

como aponta o estudo do IBGE de 2018¹⁰, é evidente que tais aparelhos e todo restante de sua atuação e influência também se infiltrassem nas salas, pátios e corredores escolares. Em terras brasileiras, houve uma grande movimentação do Estado e das unidades escolares no intuito de administrar tal invasão. A princípio, devido ao choque da novidade, e também com uma ponta de negação a respeito desta mesma novidade, muitas discussões sobre o uso dos aparelhos foram bem discordantes, tanto pelo Estado, quanto pelos próprios atores educacionais. Na opinião de algumas equipes escolares, aparelhos celulares poderiam desviar o foco das aulas e dos conteúdos, além de tirar parte da autoridade de professores, como menciona Zuin (2017), ao relatar que, tendo “todas” as respostas na palma da mão, alunos tenderiam a desvalorizar cada vez mais a figura do professor em sala de aula, tanto sobre o conteúdo, quanto sobre sua figura de poder sobre os alunos.

A primeira medida colocada pelas figuras de autoridade, professores e governantes, aos educandos, como apontam Zuin e Zuin (2018), foi a proibição dos aparelhos, tanto durante as aulas, como, às vezes em medidas mais extremas, seu uso nas dependências das escolas. Após diversos conflitos, entre todas as partes que se envolviam na tentativa de abolir o uso de aparelhos celulares nas escolas, e ao verem que este processo de invasão seria irrefreável, tanto Estado, quanto agentes educacionais, buscaram se mobilizar para flexibilizar o uso dos aparelhos, e de alguma forma tentar torná-los seus aliados das metodologias educativas.

É importante ressaltar que, muito antes da proibição expressa, já haviam diversas políticas e iniciativas, tanto das escolas, quanto as governamentais, a respeito da inserção das TICs no cotidiano escolar. Diversos programas visavam a inserção do campo digital aliado à educação desde o início dos anos 1990, no entanto, pode-se dizer que se tratava de uma medida que avançava timidamente nos territórios públicos, enquanto se inseria facilmente nos campos privados. Iniciativas do Estado, a partir do final da década de 1990, começam a se inclinar com um ânimo maior ao introduzirem computadores e demais aparatos digitais, numa tentativa de concretizá-los nas metodologias educacionais.

Pensar na chegada das tecnologias no campo educacional significa pensar nos problemas e desafios que envolvem tempos e espaços mediante as metodologias

¹⁰ Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101705>

convencionais. É necessário tempo para absorver, entender e superar as possíveis desavenças entre os novos e antigos métodos, para enfim poder reconhecer o potencial dos programas digitais no trabalho pedagógico que abrangem todo o corpo escolar. No escopo destas diretrizes, no qual se incorporam novas tecnologias ao currículo escolar, a pretensão de seus critérios, segundo o Guia de tecnologias da educação básica¹¹, remete ao aprimoramento da qualidade de ensino, à inovação das metodologias já existentes e criação de novas facetas, à democratização do acesso ao conhecimento e à inclusão social por meio da tecnologia.

No entanto, mais do que pensar a administração bem sucedida da tecnologia na sua inserção massiva no campo das metodologias educacionais, é necessário tender também ao viés crítico que aponta a intervenção de todo tipo de perspectiva e paradigma dentro deste leque de opções. Para além de todo benefício trazido de tais diretrizes, é de se esperar pelo menos uma margem de incidentes, projetos não correspondidos, além é claro de uma gama de comportamentos sociais reproduzidos no ciberespaço, independente da faixa etária que é direcionada tal demanda.

Diante disso, tocando diretamente no centro de uma das questões que fundamentam esta pesquisa, como pensar as estruturas de violências que já se enraízam nas escolas, e como o cyberbullying ajuda aumentando a desigualdade e a violência nos relacionamentos entre todos os atores escolares?

3.4 Excurso sobre a presença da violência nas escolas

Tendo em mente de que a violência se caracteriza como um fenômeno social, tanto pelas deliberações da Organização Mundial de Saúde, quanto pela extensa bibliografia de autores que dissecam tal fenômeno, é necessário situá-la em determinados contextos, para que seja aplicada uma melhor compreensão, compreendendo-a fora dos aspectos isolados. Entender tais aspectos possibilita que sejam analisadas sua atuação e o modo como se estrutura nas relações coletivas.

Buscando a palavra violência em qualquer dicionário, físico ou virtual, sua conceituação descritiva gira em torno do ato ou efeito de violar, por meio da força física, outrem ou a si mesmo, além de elencar alguns exemplos como a tortura, crueldade e intimidação. Pensando na amplitude de possibilidades, é possível inferir que

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/guia-de-tecnologias>

a violência ultrapassa a noção de manifestações físicas ou explícitas, se inserindo em campos e aspectos mais específicos.

Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. (PAVIANI, 2016, p. 8).

A fim de separar brevemente a aplicação de conceitos, e traçar mais uma linha de compreensão sobre tal fenômeno, é pertinente destacar uma diferenciação entre a violência e a agressividade. Em alguns casos, ambos os conceitos são entregues juntos, como indissociáveis na forma como são apresentados a sociedade, no entanto, seus aspectos mais profundos, sua análise mais atenciosa, demonstram que, apesar de bastante próximos, as categorizações permeiam por um extenso rol de exemplos e aplicações.

Zaluar (2001) descreve que a violência está presente em diversos tipos de interações, entre todos os seres vivos, no entanto, nos moldes humanos, é acrescida com uma carga de sentimentos, de compreensões distintas nos atos de infligir danos a outros. A autora relata que existem inúmeros tipos de manifestações que perpassam todas as esferas que se resumem à condição humana, que propagam ações consideradas violentas, diretas ou indiretas, dispersas ou concentradas, que tem como intuito prejudicar a integridade de outrem, de forma física, moral, patrimonial e cultural. Para cada uma destas frações descritas, existe um sem número de estudos e diálogos a respeito, boa parte intencionada a não somente explorar, mas sim buscar alternativas de administrar o problema.

Já a agressividade, segundo Fromm (1982), é também uma característica dos seres humanos que se assemelha aos instintos dos animais, que são dotados do impulso natural, altamente necessário para a sobrevivência das espécies. Sem nenhuma pretensão de dar justificativa à barbárie, Fromm (1982) relata que a agressividade é um componente emocional que faz parte da condição humana, portanto adaptativo, e pode e deve ser compreendido como uma ação simbólica que pode construir e desconstruir diversos aspectos sociais. Neste caso, o autor eleva o conceito da agressividade ao seu potencial de elemento de socialização primária, onde tal sentimento é canalizado,

efetivamente direcionado, como é o caso de algumas expressões artísticas ou dos esportes, por exemplo. Para além de todo conjunto de fatores ao qual a agressividade está atrelada, é compreendido pelo autor que se trata de uma forma de expressão, e deve ser primordialmente compreendida pelos motivos que antecedem sua execução.

Compreender o fenômeno da violência na sociedade significa observar o modo como ela é tratada entre os indivíduos. Com a propagação de veículos de informação e uma variedade imensa de programas que tratam das notícias cotidianas, a veiculação destas adquire um caráter de venda, a violência se torna um produto, e no campo midiático, ganha mais visibilidade, e também dinheiro, aquele que consegue chocar mais a atenção de quem o assiste. Ao expor a violência, tornando-a mais chocante, e sem o devido debate sobre suas causas e consequências, as mídias de forma geral enaltecem os acontecimentos bárbaros, colocando o medo, o perigo, o violador em destaque, mas como figura corriqueira. O sujeito aprende a temer a violência, mas encara sua disseminação e magnitude com certa indiferença.

(...) diversos atos se entranham pelo cotidiano, tomando a forma ora de conflito, ora de alterações que acercam do fatal e que provocam dor, mas que se naturalizam em comportamentos e práticas sociais que muitas vezes passam despercebidos (ABRAMOVAY, 2005, p. 54).

Abramovay (2005) relata que a violência acompanha os movimentos históricos da sociedade, estando intimamente vinculada aos abalos econômicos e no modo de vida dos indivíduos. Para a autora, o individualismo está presente em uma das raízes para as ações exacerbadas da violência, devido à perda de sensibilidade e falta de senso crítico ao lidar com a diversidade e a efemeridade dos contextos sociais atuais. A extensa produção de estudos sobre o tema também é pontuado pela autora, que descreve a infinidade de nuances de violências que permeiam as esferas sociais, embasando o foco de sua obra sobre a violência escolar. Este também é um dos temas que amparam esta pesquisa, ao se direcionar para a observação de algumas práticas entre jovens e adolescentes nos espaços escolares.

Assim como as diversas tentativas de se compreender o fenômeno da violência, e das violências, o mesmo é feito com sua investigação dentro de espaços específicos, como é o caso das escolas. Tentar pressupor qual fora o momento exato em que a violência entrou nas dependências escolares é uma tarefa tão difícil quanto imaginar quando aconteceu a primeira manifestação de violência entre seres humanos

conscientes. Desde que as relações humanas se constituem sendo repletas de interações, dos mais distintos aspectos, é praticamente impossível determinar uma gênese sólida, mesmo que o estudo acerca de suas ocorrências seja bastante vasto.

Compreendendo a violência como um produto que se desenvolveu ao longo da história, se modificando, e se estruturando conforme as demandas sociais, é possível constatar que com a escola e toda sua estrutura não seria diferente. As perspectivas dos atores educacionais, docentes, discentes e demais membros da gestão, são variadas conforme seu papel dentro deste espaço. As noções variam desde o descumprimento de normas, depredação de patrimônio, até as agressões físicas entre membros escolares. Então, desde que estas relações começaram a ser firmadas dentro de um espaço que se fundamenta em regras, transmissão de conhecimento e organizações hierárquicas, houve o conflito.

Antes de chegar às vias de fato, e discorrer sobre a violência do qual se pretende observar com esta pesquisa, é necessário fazer um percurso nas bordas do problema, numa tentativa de embasar e compreender como se dão os desfechos de tais relações. Dentro do espaço escolar são estabelecidas inúmeras formas de relações interpessoais, que são baseadas tanto na convivência quanto na hierarquia, e na multiplicidade de contextos individuais e coletivos.

A violência que está presente fora das escolas e a que está dentro do espaço escolar encontram-se num pequeno paradoxo ao se combinarem em sua reprodução, e ao se tornarem díspares ao analisar suas causas e origens. Para Zaluar (2001) existe uma dificuldade em classificá-las como díspares, pois, para além de toda especificidade em cada uma delas, muitos aspectos intercorrem entre ambas as análises, ou seja, por mais específicas que sejam, existem elementos de reprodução muito fortes, que atuam de fora para dentro, e vice versa. Observar as violências que se incorporam ao contexto escolar, assim como aquelas que germinam dentro deste espaço, segundo a autora é o que sustenta a diferenciação dos eventos, num movimento de comparar suas abrangências e o modo como desenrolam as medidas pensadas para conter e administrar o problema.

Apresentar um conceito de violência requer uma certa cautela, isso porque ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe

atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais (ABRAMOVAY, 2005, p. 53).

Num relato em outra obra, ainda sobre a análise dos parâmetros da violência escolar, Abramovay (2002) comenta que a violência sempre fez parte do cotidiano escolar, quando ainda assumia uma posição arcaica de punição, algumas vezes física, de professores para alunos, e muito depois este evento começou a ser investigado e banido pela formação de um novo sistema educacional. A punição era vista como uma forma de controlar o comportamento dos alunos, como também para reafirmar as posições de autoridade dentro do ambiente. No entanto, como descreve a autora, os processos de desenvolvimento histórico e social trouxeram uma nova dimensão para a violência escolar, tornando-os maiores e mais complexos.

Considerando essa multiplicidade de abordagens ao tema, é possível recorrer a uma grande quantidade de autores que buscaram construir uma análise dos elementos que constituem as facetas das violências escolares; suas incidências, seu desenvolvimento e as possibilidades de suas origens. Um destes autores é Charlot (2002), que propõe a observação de três divisões de análise que se separam em: violência na escola; violência à escola; e violência da escola. De acordo com o autor, é de grande importância que sejam considerados os detalhes mais profundos dessas observações, dos mais enraizados aos relativamente mais recentes, para a elaboração de uma visão mais completa do tema, diante do caos que se impõe sobre algumas unidades, e também para viabilização de enfrentamento do problema.

Por violência na escola, o autor sugere que sejam eventos que acontecem independente da influência de seu espaço, mas no seu interior, ou seja, ainda que fora do contexto geral do conflito, a escola tem o papel de cenário, portanto, fatores externos também podem se sobressair. Como por exemplo, uma briga entre estudantes, ela pode surgir tanto pelo lado de fora quanto no interior do ambiente. De acordo com Charlot (2002), para compor esta avaliação, são observadas informações a respeito da relação do espaço do entorno da escola somada a ação da mesma sobre as pessoas que moram ali e são usuárias daquele sistema educacional. Sem o anseio de colocar julgamentos precipitados, rasos às críticas mais profundas que envolvem a esquematização da violência como fenômeno social, o autor descreve que, se um bairro é violento, não é uma regra que alunos, professores e funcionários também sejam, no entanto, a tendência

observada por ele é de que algumas violências possam agregar reproduções de contextos externos.

A violência à escola se refere àquela praticada no interior da escola e intimamente relacionada com indivíduos, espaços, atividades, transgressão a normas e tudo que busca prejudicar a representação que o local transmite. Briga entre professores, alunos e professores, depredação do espaço são algumas das possibilidades destacadas pelo autor. Para Charlot (2002) parte da justificativa anterior pode ser levada em consideração, pois como é pensada a possibilidade de uma reprodução de comportamentos, como a agressividade, por exemplo, algumas condutas podem se fixar no ambiente escolar, de forma que se assimilem tanto a este contexto ao ponto de se tornarem um problema particular dos espaços escolares.

Já a violência da escola remete a uma observação mais profunda da perspectiva anterior. Sua incidência se baseia na cultura escolar para fundamentar alguns episódios de violência. Estes episódios são pensados principalmente na estruturação da imagem da escola e sua atuação diante desta construção. Charlot (2002) exemplifica com o caso das hierarquizações, que integram algumas práticas dentro da escola, algumas mais antigas, fundamentadas em modelos retrógrados, mas que ainda influenciam a ação de todos os indivíduos neste espaço. O abuso de poder por parte de figuras de maior autoridade, como equipe gestora e professores sobre os alunos e o restante da comunidade escolar, corrupção de normas, falta de comprometimento com algumas condutas e a exclusão são alguns exemplos expostos.

Compreender a violência escolar, como arcabouço de outras violências presentes neste mesmo espaço, significa encarar definitivamente que o fenômeno da violência acompanhou os trajetos da história até a atualidade, assumindo novas formas e tornando-se um problema de proporções complicadas de serem determinadas. Assim como fatores externos se incorporam ao contexto escolar, muitas expressões deste evento também se reformulam, assumindo nova roupagem, trazendo sempre a necessidade de uma nova análise e abordagem para a contenção do problema.

Para o autor, a necessidade de serem compreendidos os múltiplos conflitos dentro do espaço escolar se deve às proporções preocupantes que suas consequências provocam. É notada certa dificuldade das unidades, e a ação de algumas de suas diretrizes, para conseguirem lidar com o acesso em massa, defasagem de metodologias mais direcionadas ao currículo, desfalque nas formações voltadas para a mediação de

conflito observado últimos anos, por exemplo, e devido a isso, a percepção que é transmitida é de que as instituições não só não tiveram fôlego para acompanhar a transformação de toda uma geração diante da história, como também, mesmo com tantas previsões e diagnósticos teóricos, também não especulou sobre os problemas e consequências que eventualmente apareceriam num ambiente de relações humanas.

Outro autor que propõe a investigação da violência no contexto escolar, integrando em seus estudos também o tema do bullying, é Éric Debarbieux, filósofo e pedagogo francês, com diversas obras que se projetam a este foco de investigação. O autor, em sua obra *“Violência na escola: um desafio mundial?”* (2006), reforça o argumento apresentado de que as instituições não encararam, a princípio, o tema com a devida importância, tendo ignorado alguns eventos até que consequências mais graves tomassem proporções gigantescas e, conseqüentemente, a mídia. Tanto o *bullying*, quanto o espectro geral da violência escolar, só foram levados em consideração, de acordo com o autor, depois de tragédias, majoritariamente norte americanas¹², explodirem nos noticiários depois de desfechos desastrosos.

A respeito das violências externas que influenciam o espaço escolar, Abramovay (2005) cita a carga de diversos problemas sociais que se infiltram no ambiente, mesclando divergências e tornando o fenômeno cada vez mais gritante e desenfreado, tais como racismo, narcotráfico, questões socioeconômicas, exclusão social e os preconceitos de gênero.

De acordo com a autora, a escola acaba por ficar numa posição delicada, ao tentar ser mediadora de alguns conflitos, enquanto também estabelece que não seja de sua inteira responsabilidade lidar com tantos problemas e tantos deles sendo externos ao seu contexto. A percepção geral de tais problemas, tanto da equipe escolar, quanto da comunidade, é a de enxergar dois pontos conflituosos: o primeiro sobre a influência de um bairro violento, com a dificuldade em movimentar pautas sobre diversidade e da dificuldade de diálogo com a comunidade, prevalecendo, nas palavras da autora, “a lei do mais forte”; enquanto o segundo se remete à visão que o entrono tem da escola, como propulsora da transformação total da realidade, capaz de amenizar as violências de dentro pra fora, isentando a responsabilidade dos tutores, e conseqüentemente, estabelecendo seu papel de redentora social. Para Charlot (2002) em ambos os casos,

¹² Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/521659037/columbine-o-massacre-que-apresentou-o-bullying-ao-mundo>

tratam-se de visões estabelecidas em estigmas, tanto para as instituições quanto para a comunidade, prejudicando ambas as vias de diálogo.

De maneira geral, muita especulação, e muitas teorias mais sérias também, são feitas com o intuito de trazer uma justificativa plausível para o fenômeno da violência e da violência escolar, seja por parte da comunidade escolar como um todo, seja por parte dos autores e acadêmicos que se dedicam ao aprofundamento no tema. Para os autores referidos nesta parte da pesquisa, a noção de enfraquecimento das unidades escolares para lidar com estes eventos se deve a diversos fatores, como as impactantes transformações sociais, a ocupação massiva e a estrutura defasada, sendo alguns dos exemplos mais recorrentes. Muitas políticas públicas se voltaram à ampliação do acesso e permanência, deixando de lado em alguns casos a exploração mais focada na qualidade do ensino e nas medidas que visam confrontar conflitos mais sérios. No entanto, é injusto pressupor que os envolvidos neste problema não estejam se movimentando para encará-lo e tentar remediá-lo.

Logo na primeira década dos anos 2000, algumas linhas de estudantes da pedagogia, bem como professores já atuantes, propuseram a criação de uma figura que pudesse atuar diretamente na solução de conflitos dentro do ambiente escolar, são os PMECs¹³, ou professores mediadores de conflitos. A mediação pedagógica, por meio do diálogo, da motivação e da escuta ativa, busca atuar na mediação e prevenção dos conflitos citados acima por Charlot (2002), assessorando tanto os alunos, quanto a equipe gestora e a comunidade escolar, promovendo os objetivos básicos da unidade e assegurando os direitos da mesma e de seus participantes, além de descentralizar e melhor acomodar algumas funções cabíveis do grupo de gestão escolar.

De sorte que fica logo bem claro que a questão da violência na escola não deve ser enunciada somente em relação aos alunos: o que está em jogo é também a capacidade de a escola e seus agentes suportarem e gerarem situações conflituosas, sem esmagar os alunos sob o peso da violência institucional e simbólica (CHARLOT, 2002, p. 436).

No que corresponde a visão específica dos discentes, principais personagens, tanto das consequências gerais, quanto do direcionamento desta pesquisa, Abramovay (2005) relata que grande parte dos alunos não correlacionam a violência de seus bairros e demais ambientes interpessoais com a escola. Para a autora, o coeficiente apontado

¹³ Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/spec/programa-mediacao-escolar-e-comunitaria/>

por alguns estudantes se destina a outras motivações, talvez por superficialmente terem as violências externas como referência ao cenário. Portanto, é necessário refletir sobre a hipótese do quanto a escola consegue se demonstrar como ambiente protegido, ou não, de algumas ações violentas, o quanto esta unidade se mostra eficiente em suas medidas e qual tipo de acompanhamento direciona aos tipos de violências que se mobilizam dentro dela.

3.5 Violência e Juventude

Para conseguir correlacionar a conceituação da violência presente na juventude atual, é necessário retroceder alguns passos, ponderando sobre a concepção do que é ser jovem dentro das transformações históricas e sociais. Pensar a juventude significa primordialmente enxergá-la como uma esfera bastante heterogênea, pois existe uma pluralidade imensa de juventudes se for levado em consideração as diversas realidades diferentes e a construção individual e coletiva desta perspectiva. Nesta etapa serão trazidas algumas reflexões acerca do conceito de juventude e como a violência tem feito parte da vida do jovem.

Adolescência e juventude são termos utilizados normalmente para ilustrar a transição da criança em um ser mais “evoluído”, física e psicologicamente. Ariés (1986) relata em sua obra, que em tempos mais antigos até a idade média, tal transição sequer era percebida como uma etapa de desenvolvimento, já que o crescimento de um indivíduo estava estritamente ligado à projeção da sua vida adulta. Para Bock (2007), a adolescência em alguns casos se coloca como pouco observada por ser determinada e resumida puramente como algo natural. O desenvolvimento do corpo, as instabilidades emocionais acabam por se aglomerarem num único bloco que desconsidera, como pontua a autora, as relações que interferem diretamente neste processo.

As relações com o mundo social e adulto aparecem somente como interferência; interferem mas não constituem. As diferenças existentes entre os adolescentes se dão devido às influências do meio que facilitam ou dificultam o desabrochar daquilo que é potencial. (BOCK, 2007, p. 73)

Ariés (1986) destaca que a idéia de fases de maturação e desenvolvimento presentes no crescimento da criança fora concebida séculos depois, enfatizando que movimentos históricos e econômicos inseriram esta perspectiva na sociedade, apagando

aos poucos as concepções mais arcaicas. Para o autor, aquém das inúmeras concepções culturais acerca da transição para juventude ou adolescência, trata-se de uma etapa repleta de necessidades sociais e até fisiológicas para os indivíduos que atravessam este período. Além das mudanças físicas, existe uma constante busca pela auto-afirmação, consolidação de identidade e o confronto com novas habilidades e responsabilidades. É destacado também pelo autor que alguns elementos sociais, como a exclusão e a vulnerabilidade, por exemplo, podem despertar algumas suposições de que isso pode se manifestar apenas como o que é conhecida como rebeldia juvenil, bastante associada aos aspectos do fenômeno da violência.

O ponto de vista defendido por Bock (2007) relata que a transição para a adolescência, de maneira generalizada, se caracteriza, primeiramente, pelo conjunto de processos neurológicos, biológicos, que se inserem na percepção social, mas que não dependem desta inserção para acontecer, pois a natureza desempenha estas transformações na medida em que a criança vai crescendo e se desenvolvendo. No entanto, é necessário frisar que diversas condições externas influem diretamente no modo de percepção dessa transição. De acordo com a autora, de certa forma o processo de se tornar jovem ou adolescente é tido usualmente como uma construção social na medida em que vão sendo acrescentadas mais descobertas relativas a este processo. São pontuados, por exemplo, a percepção do acontecimento da adolescência por visões de diferentes grupos sociais, nos quais existem diferentes planejamentos e ações para este momento em especial.

Bock (2007) descreve, por exemplo, a discrepância entre o processo da adolescência para um jovem numa cultura branca ocidental, e um jovem de alguma tribo ou grupo em algum lugar do mundo oriental, enquanto no primeiro caso os acontecimentos são vistos apenas como excessos, drama e vitimização, no segundo existe todo um suporte cultural, ritualístico inclusive, que dará o auxílio para este jovem compreender e aceitar seu novo papel dentro daquele círculo. A autora pontua que a naturalização de alguns comportamentos, como os violentos, por exemplo, desfalca uma observação mais detalhada dos dilemas e contratempos desta fase, fazendo com que a naturalização se amplie para além do círculo familiar, criando outros problemas em escala muito maior. Enquanto em determinadas culturas este processo é amparado, compreendido e dialogado, em outras perspectivas a canalização para toda explosão de

sentimentos e conhecimentos toma um rumo clínico, causando a medicalização da adolescência.

A figura do jovem e adolescente no momento histórico atual possui múltiplas faces, no entanto, para estreitar a visão que interessa a esta pesquisa, é preciso visualizar a aluna ou aluno das escolas de educação básica, majoritariamente do ensino médio, que se encontra bombardeado por telas cintilantes, imagens e informações instantâneas, que nem sempre condizem com sua realidade, contido num espaço que lhe exige uma lista de cobranças, ainda sendo lançado ao limbo do “nem criança e nem adulto”, e que se expressa de maneira impetuosa ao que é colocado, por vezes de forma arbitrária, em seu caminho.

No que diz respeito à interação do jovem e adolescente com o fenômeno da violência, Zaluar (1992) busca algumas propostas para que tal relação seja mais bem compreendida. Para a autora, durante a fase da adolescência, são comuns as formações de grupos sociais, que buscam incansavelmente assumir identidades e deixar, naquele momento, sua marca no mundo. Trata-se da construção de pontos importantes para a formação da identidade, da representação social e do poder de autonomia que, segundo a autora, são os principais fatores que marcam algumas transições entre os grupos dos quais jovens se aproximam. São vários exemplos destes grupos, que vêm na contraposição às normas uma fuga para o autoritarismo dos adultos e uma forma de expressar o descontentamento com algumas situações. A formação destes grupos não remete necessariamente à formação de gangues, como pontuado pela autora em alguns momentos do texto, mas como um conjunto de ideias e opiniões que possibilitam a formação deste possível conglomerado entre as juventudes.

O problema da relação entre a violência e a juventude, para Zaluar (1992) é a proporção desmedida que está tomando tal fenômeno. Para a autora, dados que remetem à época de sua pesquisa, apontam que além do protagonismo de adolescentes nos atos de violência, há também uma onda crescente de vitimização dos mesmos, ou seja, quanto mais eles se inserem em contextos de crimes, agressões e aliciamentos, também se tornam as principais vítimas, mais do que aqueles já considerados adultos com a mesma participação. Cabe destacar que esta perspectiva trata-se de uma pequena fatia do enorme problema social que se lança à juventude há muito tempo, no entanto, é necessário construir alguns caminhos, entre velhos e novos pontos de vista, que possam levar às hipóteses mais prováveis para uma observação justa e realística dos fatos.

No documento do Mapa da Violência¹⁴, organizado no ano de 2013, por Julio Jacobo Waaiselfisz, durante o governo da então presidenta Dilma Rousseff, são encontrados alguns elementos significantes para alguns apontamentos nesta pesquisa, para que haja uma visão mais clara da interação mencionada, observada de maneira breve, para resumir um documento extenso em detalhes técnicos, destacando alguns dos pontos mais relevantes.

O primeiro ponto levantado se refere ao aumento do contingente de adolescentes e jovens nas estatísticas a partir do ano de 2011, dado que segundo o autor está intimamente ligado aos contextos que se reformulavam sobre a modernização, educação e urbanização dos espaços. Com censos mais apurados sobre alguns mapeamentos, acrescidos com a grande profusão da educação e da qualidade de vida, o número que correspondia a esta parcela da população saltou em poucos anos. O segundo aspecto analisa o panorama geral da evolução das mortes na juventude, sendo pontuados o homicídio, o suicídio e os acidentes de trânsito principalmente. Neste ângulo, estes três tópicos são observados como mortes violentas, representando não a contextualização da violência provocada em si, mas sim os eventos graves e repentinos. Em todos eles o aumento foi bastante significativo, não somente pelas notificações mais evidenciadas, mas pelo alastramento do fenômeno de forma proporcional ao conjunto observado.

Para Zaluar (2001) dois pontos são cruciais para o entendimento da interação de jovens com o fenômeno da violência: o primeiro, de forma mais abrangente, se coloca como a concepção sobre violência que foi se alargando ao longo do tempo; novas peculiaridades foram descritas, novos nomes surgiram, assim como formas antigas que sempre fizeram parte do paradigma social passaram a se enquadrar como atitudes violentas; o segundo ponto ressalta o comportamento tempestivo, sem a devida orientação, que induz aos atos violentos como forma de resolução de problemas, a banalização destes atos, bem como de suas consequências, e as justificativas que também se fazem presentes. São crimes de honra, acertos de contas, *bullying*, entre outras causas que expandem cada vez mais as tentativas de análise e contenção destes problemas.

No documento do Mapa da Violência descrito acima, o sexo de autores e vítimas também é levado em consideração, apontando que dentre os homicídios existe uma preponderância massiva entre vítimas do sexo masculino, que apontam para diversos

¹⁴ Disponível em: https://oglobo.globo.com/arquivos/mapa_2013_jovens.pdf

tipos de causa e demais fatores de origem externa. Na tentativa de afunilar as concepções de violências destacadas, e traçando o rumo desta pesquisa, a violência de gênero será levantada como um dos pontos de reflexão acerca do tema.

Compreendendo a violência e adolescência como dois fenômenos complexos, com fortes alicerces culturais e sociológicos, ambos devem ser entendidos com base nas práticas humanas que empregam sentido ao vasto sistema simbólico de interações entre os indivíduos. Para além das manifestações mais explícitas e chocantes de violência, existe uma imensa lista de possibilidades de análises feitas a partir de práticas e paradigmas sociais que empregam a violência simbólica em suas ações, como forma de dominação ou de “regulamentação” de uma determinada ordem social.

Para Bourdieu (1989), a violência simbólica age silenciosamente por meio de imposições, inferiorização e anulação de um indivíduo, causando estigmas e a perpetuação de comportamentos que se tornam difíceis de serem reconhecidos como violência propriamente dita. Para o autor, este tipo de violência se encontra fundamentado em crenças e demais paradigmas sociais, intimamente ligados a discursos que fomentam as relações de poder.

Antes de chegar ao ponto principal desta pesquisa, o da pornografia de vingança, que se concretiza com um ato de violência, mas que se respalda em outras violências para se consolidar, alguns princípios adjacentes precisam ser pontuados para abrir caminho por entre os demais conceitos apresentados.

O conceito de violência simbólica foi definido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) para designar violências que são cometidas sem a presença de agressões físicas, ou aquelas mais evidenciadas, como as agressões verbais. Na obra, “*O Poder Simbólico*”, lançado inicialmente em 1989, ganhando novas publicações posteriormente, é descrito como o autor deu sua perspectiva aos poderes de discurso que moldam paradigmas que se transformam em paradigmas de violência, que estão cravados e ao mesmo tempo invisíveis na sociedade, que em alguns casos atuam com a cumplicidade de suas vítimas, e seguem preservados graças às reproduções que se moldam à contemporaneidade.

Buscando aproximar alguns dos conceitos pontuados anteriormente, como os propostos por Adorno e Horkheimer (1985), Bourdieu (1989) inicia apresentando, segundo sua pesquisa, quais são os principais meios de perpetuação dos discursos que alimentam o poder e a violência simbólica na sociedade, designando a religião, como

principal coluna de sustentação, seguida por componentes presentes na teoria da indústria cultural, como as artes, a música, a linguagem, e os demais elementos que o autor nomeia de estruturas estruturantes, ou seja, bases sólidas e muito antigas, que são responsáveis pela orientação de civilizações inteiras, e que de certa forma seguem por alguns caminhos por muito tempo como inquestionáveis. De acordo com o autor, a efetividade de tais processos é bem sucedida, pois suas ferramentas, seus modos de agir na sociedade, são tidos como alicerces do conhecimento, logo, alguns paradigmas são vistos como regra, como obrigação. Um dos exemplos levantados pelo autor constantemente em sua obra remete aos relacionamentos entre homens e mulheres, abordando relações amorosas ou não. Dentro da perspectiva de Bourdieu (1989) existem comportamentos que são replicados sem a necessidade de um aviso prévio, ou de ações mais manifestas, como a necessidade da submissão da esposa para com o marido, por exemplo. Qualquer comportamento que atravessasse esta linha estabelecida é tido como uma transgressão, portanto, passível de repreensão diante do restante. Portanto, de acordo com o autor, o sentido das coisas se concretiza diante de uma sensação de consentimento das partes que estruturam pensamentos e paradigmas, o senso se torna consenso.

Bourdieu (1989) defende que os mecanismos da violência simbólica estão constantemente em reprodução nas relações sociais, através da normatização de alguns comportamentos que banalizam os atos de violação, e destaca o caráter transgeracional, no qual são repassados de forma cultural e até familiar, determinadas condutas que mais adiante serão reproduzidas. Dentre todos os tipos de paradigmas reproduzidos, o autor pontua que, socialmente, os maiores estigmas presentes na sociedade se embasam nos preconceitos sobre classe social, raça e gênero. Deste modo, com o que foi pontuado até o momento, a chuva de possibilidades permite que se criem caminhos para o entendimento de como as diversas formas de violência chegam até jovens e adolescentes, e por eles são internalizadas e reproduzidas, principalmente entre seus grupos. Portanto, um dos pontos que definem a normatização da violência, simbólica ou não, é a legitimação de atos violentos como forma de regulação social, seja em pequenos grupos, como grupos de jovens, seja em dimensão coletiva, como concepções ideológicas globais.

No que corresponde ao papel das instituições escolares dentro deste tema, é preciso considerar que, de acordo com seus princípios básicos, elas se configuram como

espaços que empregam a disciplina, a socialização e o conhecimento, no entanto, estão longe de assumirem uma postura neutra diante da gama de paradigmas e multiplicidades sociais. Como pontuado anteriormente, diante de sua estrutura que agrega uma infinidade de subjetividades, seja pelos momentos históricos que vão transformando seu cenário, seja pelas legislações que impõem a escolarização como direito básico, ela também é propulsora de diversos mecanismos e discursos de poder. Seu espaço, ao agrupar várias ideologias, também se torna um espaço político. Portanto, é essencial enxergar na educação e nas escolas uma importante via de discussão acerca das violências sociais, a fim de promover comportamentos que enfrentem a violência ao invés de propagá-las.

Um ponto que se faz pertinente ao direcionamento desta pesquisa corresponde ao elemento observado no artigo de Campos e Guimarães (2007), a respeito da influência das questões de gênero na percepção da violência entre adolescentes. A pesquisa dos autores, realizada em escolas públicas de Goiânia, delimitando os formatos e desfechos de atos violentos praticados neste ambiente, denotam certa disparidade na forma como os jovens do sexo masculino e feminino enxergam a violência. Em meio às justificativas e possíveis origens, os autores relatam que, na concepção das meninas, a violência simboliza uma parte inerente ao ser humano, diante das experiências que expuseram nas suas entrevistas. Para elas, a violência simboliza o último “recurso” na resolução de um problema, ou um desfecho esperado e justificável diante de alguma consequência, ressaltando os relacionamentos familiares e afetivos como exemplos. Já para os meninos, as justificativas vêm primeiro, sendo embasadas com uma perspectiva mais social do fenômeno, como o a violência policial, o envolvimento com drogas, a pobreza e relações familiares.

Comparando esse discurso ao discurso feminino, nota-se que há uma diferença de foco. Enquanto os sujeitos de sexo feminino têm uma percepção da violência mais ligada às microrrelações de poder e aos conflitos interpessoais, o discurso dos sujeitos de sexo masculino destaca as macrorrelações de poder, apresentando uma visão socialmente mais ampla da violência.

(GUIMARÃES e CAMPOS, 2007, p. 195)

Diante destes exemplos, pela ótica dos autores mencionados, juventude e violência ainda encontram-se presos a uma perspectiva clínica, no qual a justificativa para a interação de ambos se concentra apenas ao “processo de adolescência”, onde alguns comportamentos são relativizados, a rebeldia é embrulhada e compactada no

jargão de “apenas uma fase”, negligenciando o diálogo necessário sobre valores, transformações e embates sociais que ocorrem durante esta transição. Tratam-se de jovens soterrados numa era de transformações repentinas e violentas, que a todo o momento tem sua estrutura abalada. Portanto, é de extrema importância que sejam levantadas as especificidades das violências que permeiam o cotidiano escolar, sejam nos aportes feitos pela educação, sejam pelas pesquisas nos estudos sociais, pois a escola tem um enorme potencial de se fixar como uma das principais vias de articulação no enfrentamento das desigualdades e do preconceito.

Capítulo 4: Violência de gênero

Nesta seção, serão abordadas algumas linhas teóricas que discursam sobre a violência de gênero e a violência contra a mulher, correlacionando os conceitos na tentativa de expor um pouco mais deste problema social e aproximá-las do núcleo desta pesquisa. A principal teoria defendida é a de que a pornografia de vingança tenha um peso diferente para homens e mulheres, para sua imagem, para sua rotina, para seus círculos pessoais e profissionais. Portanto, pontuar esta questão se faz como um dos elementos chave para o respaldo da análise deste texto.

4.1 Gênero, violência de gênero e a violência contra a mulher

Atualmente, a discussão sobre o que é gênero se difunde para um sem número de apontamentos teóricos, dos acadêmicos aos militantes, atravessando discursos contra e a favor da ampliação dos conceitos de diversidade, e logicamente causando marcas e polêmicas nos diálogos, nas representações e nas medidas públicas, já que o aparato do Estado, seja para conceder perspectivas positivas ou não, se insere como uma “ferramenta” crítica sobre o tema. Para exemplificar esta passagem, podem ser observadas algumas medidas políticas, por exemplo, acerca das perspectivas de ampliação da percepção de diversidade sobre diversos temas. A própria Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) dispõe em sua ementa a especificação de uma violência sofrida especificamente por uma mulher, assim como a Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015) também destaca em suas linhas a condição de ser mulher para estruturar as características do crime.

Diante do vasto leque de conceitos, siglas e nomenclaturas, uma diferenciação simples pode facilitar a compreensão de alguns leigos, e também servir como uma ferramenta de memória para aqueles que já possuem algum contato ou conhecimento prévios com algumas das categorizações. A distinção de sexo e gênero, discutida há muito tempo, amplia bastante o caminho para o entendimento destas definições.

Nas lições básicas de biologia, sexo se resume a uma condição orgânica, um agrupado de elementos fisiológicos que separam, dentro de algumas espécies, machos e fêmeas, e também se aplica ao designar o sexo biológico de seres humanos. No dicionário, gênero significa um conjunto de objetos, ou seres, que compartilham das mesmas características, ou possuem a mesma origem. Na superfície de alguns estudos em ciências sociais, gênero simboliza a categorização de um indivíduo com base em seu

sexo biológico, onde são atribuídas características que geralmente se polarizam entre masculino e feminino, homens e mulheres, respectivamente. Muitas destas atribuições emergem de diversas vertentes ideológicas, tendo acompanhado através da história os discursos que impunham uma organização social, que distribuíam papéis a serem cumpridos. Neste caso, é possível encarar o gênero como uma construção identitária independente de sua relação com o sexo biológico ou com a sexualidade do indivíduo. Enquanto a sexualidade pode remeter brevemente ao que cerca às opções sobre relacionamentos íntimos e afetivos, gênero, de acordo com Scott (1989), constitui uma terminologia de cunho descritivo, no qual relaciona determinadas construções de condutas e comportamentos.

Joan Scott é uma historiadora e professora estadunidense, referenciada como pioneira contemporânea dos estudos de gênero, do qual buscou por meio de suas pesquisas destrinchar a dualidade que era mantida entre sexo e gênero, principalmente a partir da década de 80. Seu artigo, “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, originalmente publicado em 1986, fez com que fossem ainda mais intensificados os debates acerca de paradigmas sexuais, no qual ressalta que o entendimento majoritariamente ocidental acerca das categorizações de gênero, atuam como uma influência sobre os saberes sobre as diferenças sexuais, criando relações de poder que hierarquizam todas as estruturas sociais vigentes.

De acordo com a autora, à época da publicação de seu artigo, as discussões do que vem a ser gênero numa perspectiva menos clínica da conceituação, tem sido feitas de forma superficial e dispersa, visto que diversos seguimentos educacionais deveriam ter tomado a tarefa da desconstrução de um paradigma a respeito da construção de gênero dos indivíduos de maneira menos parcial e ideológica, a fim de proporcionar uma série de apontamentos sérios e produtivos no que corresponde ao entendimento da edificação da própria identidade do indivíduo.

Para a autora, a forma despretensiosa como algumas pesquisas foram realizadas acerca do conceito abrem margem para a perpetuação das relações de poder que se embasam na desigualdade sexual, que conferem a manutenção de uma estrutura hegemônica, na maioria das vezes machista, do qual há uma divisão estrita entre beneficiados e prejudicados. Scott (1989) indaga se a participação da história nesta estruturação, que envolvem as relações de gênero, tem contribuído para o alargamento das concepções que se amontoam acerca do conceito, ou tem servido apenas como uma

cartilha de saberes que atua como uma organização dos sujeitos de forma hierárquica, desigual e totalitária. Segundo a autora, o conhecimento que é disseminado historicamente não se trata apenas de um fichamento de acontecimentos e mudanças na forma como a sociedade se organiza, mas sim um importante instrumento que agrega e consolida as produções do saber, que são passadas adiante e emolduram todo um comportamento a ser “seguido”.

Scott (1989) evidencia que os debates mais fervorosos e recorrentes sobre gênero se devem aos impulsos dados por movimentos feministas, ao final do século XIX, que visavam aprofundar os estudos que envolviam as organizações sociais das relações entre as diferenciações dos sexos. Por estas relações, é destacada a constante inferiorização da mulher em diversas atuações de sua vida, principalmente as profissionais e civis, daí a importância, de acordo com a autora, de transformar esse diálogo em algo que seja essencialmente crítico das estruturas e paradigmas disciplinares, para que seja pontuado, por exemplo, o destaque histórico das mulheres na construção política e cultural.

Já para Saffioti (2001), a construção do conceito se encontra completamente subordinado aos meandros das relações de poder, independente de qual vertente este caminho se proponha a seguir. Para a autora, ainda que seja necessário um critério para a análise, buscando a expansão da diversidade e do enfrentamento ao preconceito, sua determinação ainda está em posse e influência de costumes repressivos e autoritários, pois continuam cercados por um sistema que se sustenta e se beneficia de estruturas desiguais.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934-2010) foi professora, socióloga e militante feminista brasileira. Desde a década de 1970 tida como referência nos estudos de gênero no Brasil, com ênfase neste campo e nas condições femininas no país. Sua obra, *“Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”*, busca evidenciar a forma como alguns estudos são direcionados para ditar não somente as relações entre homens e mulheres, mas também entre seus pares, reforçando a noção de organização e regulamentação social proposta por diversos autores.

É no contexto desta obra citada, que Saffioti (2001) apresenta as especificidades das violências cometidas contra o gênero como fator determinante de tais atos. A violência de gênero, de acordo com a autora, se caracteriza com um fenômeno bastante amplo, enraizada nas relações de poder construídas em diversas esferas, contemplando

relações de homens para mulheres, ou vice versa, e também entre homens e entre mulheres; a violência de gênero contra as mulheres se baseia na violência que se volta para a violência doméstica, a violência sexual, física e psicológica, por exemplo, e demais elementos que fundamentam o papel da mulher socialmente. No primeiro caso, a autora expõe que, para além da dualidade entre feminino e masculino como construções sociais, há dentro destes dois aspectos mais um conjunto de características que também são ditados por paradigmas tradicionais, como os diversos exemplos de masculinidades que também se organizam de forma hierárquica. Homofobia e demais preconceitos entre homens podem ilustrar parcialmente como ocorrem tais violências. Porém, quando é voltada a atenção para a violência contra a mulher, é possível perceber que esta violência se coloca como uma tática que exhibe as manifestações de poder dos homens enquanto ajusta a dominação das mulheres ao mesmo nível, transformando todo este engodo em algo completamente normatizado.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência [...] (SAFFIOTI, 2001, p.115)

Outra autora brasileira, que possui interessantes obras e destaques na concepção da construção de gênero é Guacira Lopes Louro. Professora e historiadora, é fundadora do grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo em seu currículo uma vasta pesquisa sobre educação, relações de gênero e sexualidade. Apesar de sua ênfase nos estudos da educação, suas obras servem de referência para vários outros campos, como a saúde, a psicologia e o direito.

Para Louro (2014), o conceito de gênero se coloca como elemento representativo de identidades que são socialmente construídas, ressaltando que o conceito possui características amplamente variáveis e em constante mudança ao longo do tempo. Definir com exatidão, ou tentar fixar algo que determine permanentemente as construções de gênero, para a autora, representa uma prática superficial, pois:

O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e - o que é ainda mais complicado - admitir que o lugar social no qual

alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2014, p. 21).

É possível observar, historicamente, como a violência faz parte da vida das mulheres muito antes de sequer ser considerada como uma conduta condenável e desumana. Das inquisições até o linchamento coletivo, mesmo com diversas transformações sugestivamente progressistas, a discriminação, a violência doméstica, a desigualdade estrutural, o feminicídio, são vistos como componentes constantes há muito tempo e em qualquer lugar do mundo. É fato que, estatisticamente, homens morrem muito mais, por uma quantidade de motivações igualmente enorme, no entanto, como pontuado em relatórios e mapeamentos oficiais, as causas dessas mortes partem de princípios completamente diferentes. As mortes analisadas pelos documentos do Mapa da Violência, por exemplo, elencam aos dados acidentes de trânsito, suicídio, mortes naturais, no entanto, são nas motivações e circunstâncias que se identificam as bases estruturais dos crimes. Recorrendo a uma breve ilustração, são diferentes os componentes de uma briga de trânsito, com dois indivíduos do sexo masculino, e um feminicídio, por exemplo. Algo que possa parecer adjacente a uma questão como esta é exatamente o que impulsiona os estudos acerca da violência.

Ao longo do tempo, diante do aumento dos casos, da crueldade acentuada e das tipificações necessárias, foram criados diversos dossiês e relatórios de estudos que visavam quantificar e categorizar adequadamente a abrangência deste evento, além de propor medidas ao governo e à população para o combate e possível erradicação de algumas das formas de violência contra a mulher. Organizações de saúde, dispositivos da justiça, coletivos de militância feminista, entre outros promotores dos direitos humanos, os principais agentes de denúncia, monitoramento e registro destes fatos, são os responsáveis pela publicação insistente nesse assunto, seja por meio do fluxo constante de estudos e artigos, seja pelas movimentações judiciais e populares, a fim de munir cada vez mais as ações coletivas no combate ao preconceito, às desigualdades e às violências, alçando o tema inclusive nas pautas de interesses internacionais.

É preciso considerar que, apesar da quantidade inesgotável de exemplos infelizes que se arrastam pela história a respeito destes atos, a conceituação definitiva de violência contra a mulher, bem como a infinidade de propostas e congressos a seu respeito, são relativamente recentes. Internacionalmente, a pauta começou a fazer parte

da Organização das Nações Unidas¹⁵, a ONU, no ano de 1993, quando foi reconhecido que as manifestações dessa violência representavam a materialização das desigualdades entre homens e mulheres, ameaçando seriamente o desenvolvimento e a igualdade social.

No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde lançou um dossiê onde se pronunciava sobre os vários tipos de violências, e como estas se colocavam socialmente como um problema de saúde coletiva, onde a dificuldade de sua contenção se encontrava em diversas brechas culturais, políticas e até econômicas. No documento, é destacado que o fenômeno da violência contra a mulher é bastante abrangente, pois a violência perpetrada pelos relacionamentos íntimos, por exemplo, ocorre em todos os países, em todas as classes, em todas as etnias, e que, apesar da margem para mulheres também serem violentas com os homens, e a observação dos relacionamentos homoafetivos também possuem este fator, existe uma carga bastante superior de análise sobre os relacionamentos entre homens e mulheres, onde homens são majoritariamente responsáveis pela violência infligida. Inicialmente colocada como tópico a ser apreciado pelas comissões de direitos humanos, cada vez mais este fenômeno é encarado como problema de saúde pública.

Em relações afetivas, a violência de gênero se caracteriza por qualquer comportamento que tenha a intenção de causar dano à pessoa, seja fisicamente, sexualmente ou psicologicamente. O documento relata que, diante das pesquisas realizadas com mulheres do mundo inteiro, dificilmente as agressões acontecem do “nada”, em casos mais comuns tais rompantes de agressão acompanham padrões de comportamentos, que se repetem em ciclos, e que fazem parte de uma espécie de roteiro abusivo, no qual a vítima está constantemente sendo manipulada, seja para aceitar aquele tipo de relação, ou sendo explicitamente silenciada.

A título de informação, é interessante destacar um conceito de violência, ou pelo menos um dos muitos, com grande apelo ideológico, que circunda a violência contra a mulher atravessando todos os tipos de relações que esta enfrenta durante sua vida. O machismo é considerado, em suma, a subjugação da mulher exclusivamente pelo fato de ser mulher. Não pode desobedecer ao marido, não pode andar na rua sozinha, são apenas uma fração dos exemplos deploráveis dessa ideologia opressiva que legitima o massacre da autonomia feminina, delegando papéis sociais, permitindo recriminações

¹⁵ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf

infundadas e consentindo e normatizando uma diversidade de violências cometidas contra mulheres.

Drumont (1980) descreve o machismo como um sistema de representações simbólicas, que atribui elementos identitários, pertencimento social e normatização de comportamentos de correção por meio da imposição aos indivíduos. A autora sinaliza que esta ideologia atua por meio de discursos que mistificam as diferenças sexuais, perpetuando paradigmas que se fundamentam na objetificação, anulação e dominação da mulher. A objetificação pode ser exemplificada com a relação que o machismo estabelece com o corpo e a sexualidade da mulher: este propósito deve estar absolutamente atrelado aos interesses de homens, e qualquer passo fora desta linha se torna uma justificativa para punição ou anulação da pessoa. A autora destaca ainda a reflexão necessária sobre as instituições que tem como função ajustar este tipo de pensamento no nível de ideologia social, como as escolas, as famílias, as relações profissionais, causando estigmas. Para Drumont (1980), o estigma social remete ao pertencimento social imposto de maneira desigual e infundada, ou fundado com bases preconceituosas, racistas e sexistas. Para a atribuição deste estigma não há necessidade de nenhum ato prévio da vítima, basta que esta nasça com a “marca”.

Minayo (2005) também inscreve ao machismo a subjugação e objetificação da mulher, com forte apelo ao controle da sua sexualidade. Segundo a autora, a mulher simboliza o objeto extremo de posse de um homem, dando a este total liberdade para controlar quaisquer desvios que não correspondam à sua vontade ou à norma imposta. Ao longo de seu texto, a autora traça um panorama das relações violentas, atreladas aos crimes cometidos contra mulheres estabelecendo uma relação direta do machismo com violências mais graves.

Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não são obedecidos, “batem” (MINAYO, 2005 p. 24).

A violência de gênero é destacada então como um problema mais grave para as mulheres, dadas as diferentes formas como as consequências recaem sobre estas, bem como a diversidade de motivos que são utilizados para justificar tais eventos. Obviamente a violência de gênero também abrange elementos como a homofobia e a transfobia, por exemplo, mas, além da análise sobre as mulheres representar o impulso

inicial para a observação destes outros aspectos, o enfoque desta pesquisa se direciona a parcela feminina, vítima de violências específicas.

O problema da violência de gênero se coloca como algo bastante complexo de ser resolvido, pois, assim como pontuado por Bourdieu (1989), diversos paradigmas forma colocados como bases essenciais da sociedade, as ditas estruturas estruturantes, no qual não existe lógica ou comprovação que justifique a violência e subjugação de um indivíduo simplesmente pela designação de seu sexo biológico, no entanto, tais paradigmas são dificilmente abalados pela discussão do tema e de uma forma ou de outra, permanecem inabaláveis na maioria das condutas humanas. Para Louro (2014) é de uma perversidade extrema que gênero seja utilizado para este tipo de categorização, onde para aqueles que sofrem com a discriminação e a violência, viver se torna cruel e perigoso.

É possível compreender, então, que o conceito de gênero é um elemento de análise que agrupa e delimita aspectos, semelhanças e disparidades entre papéis sociais entre homens e mulheres, isso se for considerado apenas o binarismo desta concepção. Ao longo do tempo diversos sentidos foram acrescentados a esta conceituação na tentativa de abarcar os infinitos processos de socialização e construção de identidade das pessoas, e, categorizando, buscar certo domínio das “novas” identidades que passaram a emergir num contexto mais globalizado de mundo.

Explorar brevemente as raízes do conceito de gênero nesta pesquisa significa, além de abordar e dialogar com a perspectiva de alguns autores sobre o tema, ajustar as noções de diferenças sexuais, relações de poder devido às diferenças sexuais e como elas aterrissam no cotidiano de jovens e adolescentes e na sua convivência, ao cenário da era da informação exposto anteriormente. Sabendo que praticamente todos os espaços, familiares ou escolares, promovem à sua forma, a diferenciação de papéis sociais por meio da designação de gênero, como é possível encarar as violências cometidas neste campo, bem como reformular as condutas de todos os indivíduos que participam da construção de valores e caráter, diante do tráfego acelerado de informações?

Louro (2014) destaca que, pelo menos no campo educacional, a escola se coloca como um importante agente das diferenças sexistas, que acabam por ser reproduzidas além dos muros. A autora exemplifica, através dos exemplos históricos das instituições escolares, a disparidade que é mantida pela cultura escolar entre meninos e meninas, e

que pode fomentar ainda mais as desigualdades entre os alunos. Primeiro, é ressaltado o modo como a educação se organizava há algumas décadas atrás e ainda mantém neste formato em algumas instituições, separando meninos e meninas não somente nos espaços físicos, mas também em alguns pontos das grades curriculares. Além da diferenciação entre espaços, também são reforçadas algumas expectativas quanto ao comportamento dos alunos, como a fragilidade e paciência das meninas e o comportamento agitado dos meninos. Louro (2014) comenta ainda que, quando estes papéis são trocados, não só entram em cena as justificativas que visam colocar estes comportamentos de volta no “lugar”, como também são acionados outros tipos de controle, como a mobilização dos tutores e da equipe pedagógica. É também pontuada pela autora, a ironia de se observar a forma com um espaço que promove a emancipação social por meio do conhecimento e da tentativa de harmonização das diversidades, ainda alimentar paradigmas antiquados que já não servem mais para uma geração completamente transformada pelos eventos recentes, seja pela tecnologia, seja pelos demais acontecimentos contemporâneos. Por mais que algumas atitudes fujam ao controle de professores e professoras, como qualquer relação baseada em conflitos, ainda é muito problemática a situação em que um docente cria uma circunstância agravante com uma menina que fala alto demais, enquanto normatiza o menino que exhibe comportamentos agressivos durante o recreio.

Compreender a dinâmica destas relações dentro do tema da pornografia de vingança se faz importante, primeiro para tentar acompanhar o ritmo da mentalidade de um adolescente que consome avidamente todo tipo de material disponível em aparatos digitais e a correlação destes dois pontos de análise, e segundo, para buscar entendimento também das consequências esmagadoras sobre as meninas que são vítimas de tal violência, propondo vias de enfrentamento a esta prática torturante e ofensiva.

4.2 Apontamentos sobre a Pornografia: conceituação e contextualização correlatas

Buscando em alguns dicionários virtuais, para que se possa empreender, por meio da etimologia da palavra, o contato inicial com a conceituação de pornografia, foi percebida uma leve dificuldade, em algumas das bases consultadas, estimar a gênese

concreta, bem como seus primeiros usos e registros no tempo, trazendo algumas possibilidades, inclusive, de interpretação na forma como pode se estruturar o conceito.

No grego, “pornos” remete, basicamente, às prostitutas, abrangendo algumas variações na mesma palavra que podem indicar tanto a prostituição como ato, permeado de seus significados já embutidos, como também a percepção deste ofício como um todo, referenciando algumas vezes a atribuição de escravização em seu sentido. “Grafia” representa o ato de gravar, registrar, escrever.

De acordo com o Michaelis, a pornografia simboliza qualquer material, artístico, visual e/ou literário, que tem a intenção de “explorar o sexo de maneira vulgar e obscena”¹⁶, além de agrupar noções que levam a pensar em pudores, imoralidades e certo encobrimento do tema em nome de um decoro.

Relegando, a princípio, os debates morais colocados acima do conceito de pornografia, é possível notar que a palavra está definitivamente ligada ao sexo e à sexualidade, compreendendo as nuances de suas formas de representação a um direcionamento exclusivo de causar excitação, também de aceitação sexual, em quem a consome. Este é um detalhe que pontua distinções importantes na estruturação do conceito, já que, o caráter primordial da pornografia, ao contrário do que se imagina, não se concentra no ato sexual em si, mas na sua exibição com finalidade explícita. Por exemplo, não remete à pornografia a utilização de imagens de órgãos sexuais na abordagem científica e educacional, mas sim em uma sala de cinema adulto. Ao mesmo passo em que imagens sexuais também podem estar presentes nas manifestações da arte, sem necessariamente direcionar seu foco à provocação do desejo sexual.

Ainda dispensando o teor ideológico, talvez até mais emocional do conceito, é importante destacar que, ao longo da história, as diversas formas de expressão da pornografia tiveram diversos rumos, estando mais ou menos em foco, assumindo o movimento de ser vastamente abordado ao mesmo tempo em que fica imputado como tema velado. Tocar neste assunto pode, em muitos casos, levar o leitor a entender que qualquer coisa que remeta à pornografia, necessariamente estará intimamente ligada ao conceito de sexo, no sentido de sua distribuição como produto, como algo a ser apossado, no entanto, assim como o impasse em sua determinação histórica, também seus significados transitam quando observada sua inscrição na história.

¹⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pornografia>

A fim de criar um princípio de reflexão que seja consistente, porém não se embrenhe demais no conceito base, a obra de Hunt (1999), será pinçada para que sejam compreendidas as perspectivas sociais da pornografia, no intuito de separar sua atuação como arte, produto e, no caso da presente pesquisa, ferramenta de violência.

Hunt (1999) parte do destaque de que a pornografia pode ser, como mencionado acima, subdividida em alguns gêneros; literário, visual, gráfico, e que suas primeiras aparições e classificação, propriamente ditas, podem ser observadas por volta do século XIX. A autora destaca a fragilidade de ser pensada a inexistência de uma manifestação como estas antes que fosse devidamente nomeada, pois a representação do sexo acompanha a humanidade por suas diversas eras, seja nas representações pré-históricas nas paredes das cavernas, com ênfase em atos sexuais e órgãos genitais exagerados, ou nas representações explícitas de templos, como na China, Grécia e Índia, por exemplo. Há ainda, mais uma ramificação, de veia filosófica e sociológica, que vai destrinchar as concepções em busca da separação da percepção da pornografia e do erotismo. No entanto, para não correr o risco de perambular na aprazível apreensão de tais noções do conhecimento, o foco a respeito da pornografia nesta pesquisa se limitará em pincelar a sua assimilação no nível social.

Num contexto mais etimológico, Hunt (1999) aponta que a palavra “pornografia” oscilou em diversos departamentos com a finalidade não somente de categorizar as representações sexuais, mas de utilizá-las também como ferramenta de descrição para inúmeros materiais. Cronologicamente, para além de representar rituais e se comunicar com deuses e, principalmente, deusas, e andar ao lado da bagagem de ilustração das prostitutas, a pornografia era utilizada para dar teor às descrições de materiais que recorriam ao seu recurso visual; debates, sátiras e abordagens cômicas nestas direções, recebiam tal palavra como adjetivo. Por isso, “seu significado político e cultural não pode ser separado de seu aparecimento como categoria de pensamento, representação e regulamentação” (HUNT, 1999, p. 11).

Portanto, é possível projetar a pornografia como produto de um processo social e também histórico, se deslocando de um elemento de análise que compreendia abertamente o sexo e a sexualidade sem a carga pejorativa e censurada, depois caindo no proibicionismo vigoroso do cristianismo, para assumir a forma como é percebida atualmente, delegada à representação de material explícito. A autora menciona que, a partir do marco religioso na história, cada vez mais a concepção de pornografia é

empurrada para os cantos encobertos, sobretudo na cultura ocidental. Os sistemas de valores se fundamentam em sua cultura fundadora, logo, a maneira de lidar com o sexo e a sexualidade está intimamente ligada às crenças estruturantes de uma sociedade.

Saltando para a produção da pornografia, como material de consumo, com ou sem a análise da interferência do capitalismo em seus meandros de execução, Hunt (1999) perpassa pelas observações de como esta categoria resvala nas questões de gênero e também, dada a alta discussão de censura e pudor, sobre suas demonstrações de sugestionar as dimensões do que seria coletivo ou privado. Ao encontrar quesitos como a moralidade, são isoladas duas vertentes, tendenciosas, desiguais e preconceituosas, no que concerne a aplicação das relações de gênero: primeiramente o corpo, geralmente feminino, que serve a interesses e se adéqua a um roteiro específico, “feito” para aquilo; por outro lado, outro corpo que se insere no mesmo contexto, mas que recebe a pecha de destoante do comportamento esperado. Por exemplo, a atriz de filmes adultos é relevada moralmente até determinado nível em virtude de sua atuação, a vítima de pornografia de vingança passa ao largo deste crivo de aceitação em ter sido exposta performando sua sexualidade.

No primeiro caso, são feitas algumas considerações sobre a relação díspar de homens, mulheres e pornografia. Isolando a difusão da permissão ou censura para o contato com este tipo de material entre os indivíduos, a autora relata que são inúmeras as justificativas que demonstram o maior interesse de homens pelo material pornográfico em geral. Começando com a idéia de que um fragmento desta justificativa remonta à biologia, quando, na natureza, o macho inevitavelmente é atraído instintivamente pela cópula massiva, enquanto fêmeas têm o instinto oposto, de seleção dentro da procura dos machos. Partindo deste pressuposto, é necessário ter em mente que, ainda que evoluídos numa cadeia social, tecnológica, filosófica, entre outras, ainda está intrínseco nos seres humanos a parcela que se conecta ao instinto mais primitivo, instintivo, assim como as projeções feitas acerca da agressividade anteriormente. Para a autora, esta perspectiva é interessante e não se invalida completamente, mas se demonstra demasiadamente simplista ao menosprezar que o comportamento humano há muito se baseia nas interações sociais, de acordos e diálogos, e, tendo a percepção da pornografia nascido dentro destes moldes, seria um erro não pensar sua existência como manifestação puramente social.

A outra possibilidade pensada por Hunt (1999) é a da perspectiva majoritariamente masculina adotada na disseminação da pornografia. Tendo os homens se deparado cada vez mais com seus espaços se ajustando ao discurso de igualdade entre os sexos, bradados por movimentos feministas ou não, este encontra em boa parte do material pornográfico amparo para seu saudosismo em relação à completa submissão da mulher. Dentro dos debates feministas, a pornografia se destaca como elemento fronteiro; observando estritamente os pólos de discussão, uma parte defende que, dada a “verdadeira” veia artística ao material, representando o prazer feminino, alheio à violências, explícitas ou não, a pornografia pode ser dirigida e apreciada por mulheres, enquanto o outro extremo prega que a pornografia é feita por homens e para homens, mesmo aquela produção preenchida de efeitos que simbolizam uma emancipação feminina, está permanentemente atada ao consumo masculino dentro de interpretações machistas.

No que diz respeito às noções da pornografia ao conceito de propriedade, Hunt (1999) indica que este processo está entrelaçado aos movimentos de censura, pudor e proibicionismo das imagens ao longo da história, bem como sua transição de elemento descritivo para instrumento comercial. Na medida em que cresceram as restrições, o consumo se transformou numa prática velada, mas ao mesmo tempo massiva, por isso, se encontra longe de especular que fora arrefecida a demanda sobre o material, muito pelo contrário, quanto mais se proibia, mais se queria saber sobre, no entanto, todo contato era feito longe das instituições que condenavam tal atitude, geralmente as igrejas. Este ponto, abordado pela autora, remete a um ponto crucial na análise da pornografia de vingança, a de que, dentro da gênese da pornografia, comportando todas as características descritas até aqui, tal material, ainda que íntimo, fora feito para ser espalhado, mais do que isso, se somado à perspectiva de dominação da mulher, o vídeo de uma mulher mantendo relações sexuais pertence, de maneira geral, a um índice de pessoas exceto a ela mesma.

Antes de afunilar mais ainda o direcionamento desta pesquisa, a fim de chegar até o tema principal, é necessário ponderar algumas proposições feitas ao longo do texto. Tais proposições são baseadas em dados de pesquisas acadêmicas científicas que exploram preponderantemente as relações entre ciências sociais, filosofia e educação. Dito isto, é possível conceber num panorama geral, acerca dos diversos debates e diagnósticos sobre a construção da história, dos saltos e comparações entre passado,

presente e futuro, que generalizar, em qualquer direção, os dados abordados até este momento, representa uma conduta descuidada e ingênua. Apesar de todo texto se voltar para a perspectiva dos materiais oferecidos a jovens para estimular o conhecimento sobre a pornografia de vingança, sua essência vai pontuar por diversas vezes sobre como este fenômeno tende a acarretar mais prejuízos para meninas do que para meninos, em como o peso do acontecimento está abarrotado de peculiaridades que prejudicam muito mais a um do que a outro, ainda assim, é imprescindível afirmar que todos os gêneros podem ser acometidos por esta violência. Fazendo uma divisão simplista, porém justa sobre a discussão do tema, é verdade que boa parte dos estudos em vários campos também vai trazer esta característica, assinalando gênero e violência em sua composição. Isto pôde ser constatado nos levantamentos iniciais da pesquisa, sobre sua abrangência e relevância. Mas, distanciando-se completamente da idéia de segregar a gravidade do evento por todos, assinala também a sustentação permeada de conceitos ideológicos estruturantes da sociedade. Machismo, patriarcalismo, violência de gênero, violência contra meninas e adolescentes são alguns dos conceitos base para uma série de estudos que abarcam a pornografia de vingança. Portanto, nunca é demais informar, que não somente o aparato da justiça tem o dever de resguardar a todos, mas também os próprios estudos que enfocam nos apontamentos de problemas sociais que envolvem diretamente as mulheres, como é o caso, também corroboram para a construção de superação de grandes desafios que vitimas a todos.

No dicionário virtual Michaelis, a palavra “vingança” se refere ao “ato lesivo praticado em nome próprio ou alheio, contra uma pessoa, para vingar-se de dano ou ofensa por ela causada; desforço, desforra, represália, revanche, vendeta.”¹⁷, sugerindo assim qualquer evento que seja uma consequência, uma punição por algo cometido antes contra uma primeira figura já imaginada na ação da palavra. O termo pornografia de vingança, assim como seu precursor e equivalente em inglês, *revenge porn*, denota nitidamente esta característica de consequência em razão de algo que precede a disseminação de materiais íntimos não consensualmente. Ponderando um pouco sobre terminologias, pode-se inclusive supor que, dada a concepção de vingança culturalmente assumida em determinados costumes, pode se tratar de uma forma de desfecho justa, correta.

¹⁷ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vingan%C3%A7a/>

A palavra é somada ao conceito de pornografia na tentativa de recorrer ao que aconteceu antes da divulgação imprópria do material íntimo. Esta associação acontece devido ao comum fato de as reais vítimas do evento, num exemplo abrangente, mas também generalizado, terem terminado um relacionamento afetivo com os divulgadores. A chantagem, a ameaça e a pressão psicológica são elementos inerentes desta prática.¹⁸

A mulher, para todos os efeitos, não existe por si própria: sua existência é subordinada à existência masculina; seus desejos são condicionados pelos desejos masculinos; sua sexualidade está a serviço da sexualidade masculina (BUZZI, 2015, pg. 29).

Antes de tocar no nervo histórico do conceito temático, sobre como foram percebidos seus padrões para enfim nomeá-lo e aplicá-lo, é necessário ainda estabelecer mais uma articulação entre as perspectivas, superando a noção apresentada da pornografia como expressão artística e talvez inócua, para sua inserção dentro da violência, ou vice versa.

Buzzi (2015), assim como Hunt (1999), assinala a ideologia de dominação da mulher, hegemônica e muito bem construída e mantida por inúmeros âmbitos sociais ao longo da história, como principal justificativa para a inserção massiva, porém dissimulada, da violência não só no que concerne aos materiais gráficos da pornografia, mas também nas esferas da sexualidade privada dos indivíduos. Em filmes, curtas e demais materiais do gênero não é raro deparar-se com o peso da simbologia de mulheres ajoelhadas, agredidas, ofendidas dentro dos mais diversos enredos disponíveis. Para além dos gêneros dentro do gênero, mais específicos, que abertamente oferecem a apreciação de tais práticas, o mais enfadonho e reduzido dos vídeos pode facilmente trazer aspectos que beiram a agressão nítida.

Embora seja instigante e enriquecedor discursar sobre, não é de pretensão alguma desta pesquisa adentrar nas subjetividades, sobretudo àquelas que remetem à psique da construção da sexualidade, do qual também se encontra carregada de preceitos culturais, para designar um limite entre o que é ou do que é feito o sexo para as pessoas. Para resistir à curiosidade do momento, bem como estabelecer uma importante chave de compreensão para o tema da pornografia de vingança, pode-se

¹⁸ Disponível em: <https://acontecebotucatu.com.br/regiao/morador-de-bauru-confessa-que-ameacou-ex-com-nudes-por-3-anos/>

resumir a separação do fenômeno e das predileções subjetivas em uma única palavra: consentimento.

Entrelaçando as perspectivas de construções sociais, acerca da violência de gênero contra a mulher e toda sua bagagem, com as noções presentes no campo do Direito, Buzzi (2015) relata que a divulgação da pornografia não consentida na *internet* fere, constitucionalmente, a imagem das vítimas. Tida como elemento constante nos códigos jurídicos, a imagem remete a um leque abrangente de percepções do indivíduo e de sua atuação social, se mesclando inclusive com a própria conceituação de honra. A divulgação de imagens íntimas sem consentimento tem, claramente, a intenção de causar prejuízos à vítima, e tais prejuízos abarcam todas as esferas de sua vida: profissional, familiar, escolar e afetiva.

Portanto, a violência estrutural que envolve o conceito de pornografia da vingança se encontra, predominantemente, nas ações de opressão por parte de homens contra mulheres, sob a premissa de, caso elas não cumpram com ordens e desejos pré estabelecidos de forma individual ou coletiva, sejam “punidas” com a exposição de seu corpo e sexualidade. Tal pensamento e aceitação da punição são tão bem aceitos, por todas as partes, que, de acordo com um estudo realizado pelo Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas (GECC), apenas 18% das 141 vítimas ouvidas levaram o caso judicialmente adiante. De acordo com a pesquisa, está injetada na mentalidade de vítimas e agressores, que ao “assumirem o risco” de se deixar gravar, não têm o direito de se indignar depois que aquele material se espalha. Boa parte destas situações acontecem, inicialmente, sob comum acordo dos envolvidos nos vídeos, o que em nenhum momento justifica a violência de serem disseminados sem consentimento e na clara intenção de prejudicarem a vítima.

4.3 A pornografia de vingança no contexto da cultura digital

Até este ponto, é possível constatar que a *internet*, e toda possibilidade de interação, com mundos palpáveis ou não, se expandiu de tal maneira que não somente agregou paradigmas sociais há muito impostos e mantidos, mas também reinventou suas formas de reprodução, de modo que ao passo da evolução da história não perdesse completamente sua força, mas se fortalecesse na medida em que coleciona novos aspectos em torno de seu núcleo sólido.

Ao contrário de sua conceituação mais histórica, que percorreu as artes e as ciências antes de ser encerrada pela censura, a pornografia na *internet* se instalou de forma mais acelerada, inclusive dentro dos mesmos institutos de pesquisa que utilizavam a rede para assuntos militares. O caráter “sigiloso” da *internet*, ao ter telas e um vasto mundo virtual entre publicações e seus autores, permitia uma extensa disseminação de material, já consolidadamente pornográfico, mesmo sob o moralismo individual de cada cultura. Apesar de toda uma indústria voltada a esse gênero que cresceu de mãos dadas com a evolução da *internet*, diversos atos criminosos registrados compuseram um pedaço da gênese da pornografia de vingança da forma como é observada atualmente.

A pornografia de vingança, pornografia de revanche, ou *revenge porn*, em inglês, é um conceito relativamente novo para descrever o ato de expor e disseminar materiais íntimos, sem o consentimento das vítimas, através de redes virtuais de compartilhamento, seja por meio das redes sociais, seja “postando” em bases de vídeos e afins. Ao contrário do que se imagina, talvez pela terminologia que logo faz associar com os vídeos explícitos, a pornografia de vingança não se resume apenas à divulgação de materiais com este teor, mas também abarca a divulgação de imagens, mensagens, vídeos, montagens, áudios e demais detalhes íntimos da vítima, com a clara intenção de causar constrangimento e prejudicar de alguma forma a imagem daquela pessoa. A posse destes materiais pode incluir desde a gravação sem o consentimento da vítima, como também pode ser uma prática consentida dentro de um relacionamento entre os indivíduos, neste último caso, a violência não se justifica pela posse de um dos responsáveis pelo vídeo, mas sim na sua propagação indevida, criminosa e desautorizada.

“este gênero inclui desde fotos/vídeos registrados originalmente sem o consentimento da pessoa envolvida – como gravações escondidas ou gravações de agressões sexuais –, bem como fotos/vídeos registrados com consentimento, geralmente no contexto de um relacionamento privado ou até mesmo secreto – como gravações disponibilizadas consensualmente a um parceiro que, mais tarde, distribui-as sem o consenso do outro envolvido. É este último caso que se convencionou chamar pornografia de vingança” (BUZZI, 2015. Pg.30).

Como mencionado, pela perspectiva histórica, o termo e boa parte de sua conceituação se apresentam como uma discussão atual. Alguns dos primeiros indícios de registro, e provável criminalização, desta prática específica são relatados, de acordo

com a revista norte americana, New York Magazine¹⁹, na década de 1980, quando fotos entre outros materiais íntimos eram enviados a revistas pornográficas em troca de dinheiro, através do contexto de material “amador”, e que também se disseminavam timidamente nos veículos digitais que, nesta fase, se encontravam ainda em sua gênese.

Assim como os diversos tipos de violências tratados aqui, a pornografia de vingança é passível de ser usada contra qualquer pessoa. Por meio de veículos de notícias, no qual usualmente casos como estes estampam suas páginas, é possível recolher um interessante número de incidências onde meninos e meninas, homens e mulheres, criminalmente têm sua intimidade exposta. É importante salientar, constante e severamente, do local exato do crime, bem como do problema principal no ato: as imagens não são violentas. Caso sejam consentidas todas as ações gravadas, não existe violência na expressão da sexualidade, mas sim na sua divulgação indevida, e nisto, todos os gêneros podem ser alcançados. No entanto, esta prática não só pesa mais para um dos lados da balança, como também difunde tipos diferentes de consequências para suas vítimas. A questão do gênero neste tema tem um peso excruciante, quando as características das vítimas são olhadas mais de perto.

Um dos pontos para a reflexão sobre esta prática vai um pouco além da análise do crime de violação da privacidade das vítimas, se concentrando em indagar quais são os paradigmas que alimentam e legitimam este ato, que além do apoderamento de detalhes íntimos da vida alheia, ainda condena a sexualidade e a liberdade feminina. Isto é dito, pois, pensando em alguns casos que ganharam a mídia, que foram apenas mencionados em notícias, ou exaustivamente abordados pelos meios de comunicação, muito se fala a respeito de quem foi exposto e pouco sobre o agressor responsável pelo vazamento do material. A vida da vítima é completamente revirada, em todos os sentidos, quando é apontado seu local de trabalho, o local onde estuda, as circunstâncias em que o material foi gravado, como se o apanhado de informações que nada tem a ver com o caso servisse de justificativa para o linchamento moral que acontece após a violência.

De todas as instancias sociais que são investigadas, a fim de averiguar os possíveis nichos quem impõem padrões de comportamento, reprodução de paradigmas e afins, infelizmente a escola desempenha um papel fundamental no que corresponde à forma como os corpos são educados, bem como as condutas e expectativas acerca dos

¹⁹ Disponível em: <https://nymag.com/news/features/sex/venge-porn-2013-7/>

mesmos. Louro (2014) aponta que, tanto dentro quanto fora das escolas, o fator que educa esses corpos, que designa quem pode se mostrar e quem não pode, emerge como um dos mecanismos de controle e opressão que nutrem as desigualdades sociais, sobretudo às que se voltam para as questões de gênero. As normatizações de alguns comportamentos de jovens nas escolas apontam diretamente para este aspecto.

Na realidade, diversos padrões e imposições acompanham a vida do ser humano muito antes do seu nascimento. Para além de toda expectativa familiar, é uma situação digna de questionamento quando meninos são incentivados a não terem vergonha de seus corpos, podendo mostrá-los deliberadamente sob uma leva de risos, enquanto as meninas estão sob a constante vigia de não mostrarem demais as pernas, ou sob o controle intenso de não chamarem a atenção de meninos e homens, como se a outra perspectiva não fosse tão problemática quanto. Na adolescência, com a puberdade e toda a avalanche de transformações físicas e psicológicas, este comando se intensifica, para meninos e meninas, com a anuência de repreensões e punições, caso seus comportamentos se desviem daquilo que lhes são projetados. Exemplo disso são os relacionamentos afetivos e íntimos entre jovens, cada vez mais precoce e a repetição das violências que são normatizadas.

De maneira geral, o evento mais corriqueiro que provoca a pornografia de vingança, são os términos de relacionamento. Quando isto ocorre, de forma discordante entre as partes, um dos indivíduos divulga fotos, vídeos e mensagens íntimas da outra parte na intenção de se vingar pelo rompimento da relação. Alguns estudos de caso buscam descobrir qual a real intenção das pessoas que divulgam e compartilham este tipo de material na rede, para além do primeiro sentimento de vingar-se, no entanto, mesmo acumulando casos e vítimas, as verdadeiras causas são dispersas enquanto sobra um aglomerado de razões baseadas puramente no machismo e na violência proposital contra as vítimas. Poucas vezes a exposição do agressor é nivelada à exposição que a vítima recebe por diversas vezes, sendo a primeira na divulgação do material e a outra durante a acareação dos fatos, quando é levada adiante a ação de punir o responsável pela divulgação não consentida. Ou seja, o processo de penalização da vítima ocorre logo depois da “viralização” do conteúdo exposto, quando são perseguidas, assediadas e prejudicadas em outros departamentos de sua vida e precisam lidar com a humilhação e vulnerabilidade ao buscarem apoio para a resolução do caso.

No site *Cyber Civil Rights*²⁰, uma das seções da página descreve que um melhor termo para a prática mais geral de divulgação desautorizada destes materiais seria pornografia não consensual, ou *nonconsensual pornography*. Além da tentativa de unificar a percepção do ato junto com um conjunto de práticas efetivas para seu enfrentamento, o site destaca que, muitos infratores que cometem este tipo de violência não necessariamente são motivados pela vingança ou sentimentos pessoais contra as vítimas, participando do crime somente ao que cabe á viralização do conteúdo e da banalização da gravidade deste ato.

Este se torna, talvez, um exemplo contraditório, visto que, para além da banalização do ato, e dos agentes secundários, responsáveis pela propagação do conteúdo e que nem sempre tem ligação direta com as vítimas, faz-se necessário indagar primeiramente como tal material foi parar nestes meios de divulgação e sua justificativa primeira, juntamente com o responsável pelo primeiro compartilhamento. Neste caso, é possível ilustrar ambas as perspectivas com casos reais, na tentativa de estimular uma reflexão que leve a ponderar se a pornografia de vingança pode ser vista como um crime de ódio, ou não.

Primeiramente, um caso que ganhou destaque na mídia, por seu desfecho trágico e a lentidão das investigações e das medidas tomadas contra o agressor e as bases virtuais que armazenaram o material em questão. Júlia Rebeca dos Santos²¹ tinha 17 anos quando cometeu suicídio, em novembro de 2013, na cidade de Parnaíba, no Piauí, após ter um vídeo, onde mantinha relações sexuais com o então namorado e mais uma adolescente, “vazado” em redes sociais e aplicativos de comunicação. Antes de tirar a própria vida, a adolescente publicou em suas redes sociais alguns comentários sobre estar sendo perseguida e difamada, no entanto, após o triste resultado da violência sofrida, a família relata que não fora informada pela jovem sobre o que estaria acontecendo. Diante disto, familiares especularam que a jovem estaria envergonhada demais para relatar o ocorrido, bem como buscar ajuda por ter sua intimidade exposta e ter se sentido tão vulnerável. No intervalo de dias entre a divulgação do vídeo e o suicídio, foram feitas diversas montagens e piadas a respeito da jovem, majoritariamente pelos alunos do mesmo colégio que ela frequentava.

²⁰ Disponível em : <https://www.cybercivilrights.org/>

²¹ Disponível em: <[HTTP://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/11/um-ano-depois-investigacao-sobre-morte-de-julia-rebeca-continua-no-pi.html](http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/11/um-ano-depois-investigacao-sobre-morte-de-julia-rebeca-continua-no-pi.html)>

No segundo caso, talvez o que mais se aproxime da perspectiva colocada pelo site *Cyber Civil Rights*, a situação ocorrida com a atriz carioca, Carolina Dieckmann²², que teve diversas fotos íntimas divulgadas em vários sites diferentes após ter sua conta de e-mail hackeada. Na ocasião, a atriz foi chantageada antes de tornar o acontecimento público, apesar das fotos estarem rodando pelos sites já há alguns dias. Além das fotos íntimas e da tentativa de extorsão, fotos do filho da vítima, na época com quatro anos de idade, também foram veiculadas. De acordo com a notícia, a Polícia Federal conseguiu chegar aos autores do crime e foram aplicadas as medidas pertinentes ao caso. Nesta situação, vítima e agressores não se conheciam, fora o fato da fama da atriz, não havia nenhuma relação entre os envolvidos no crime de divulgação e chantagem, portanto, legalmente, as motivações não tinham cunho passionais.

A semelhança entre os dois eventos se resume basicamente à violação explícita de privacidade das vítimas. No entanto, um dos fatores que foge ao tratamento dado à ambos os casos, que vem a ser discutido muito depois, em trabalhos acadêmicos, mobilizações feministas e afins, é a condenação e ridicularização da sexualidade feminina. Mais do que se deixar gravar durante o ato e ser exposta posteriormente, estando completamente vulnerável, a sexualidade da mulher é exibida como uma degradação, uma desonra. E é neste ponto que toca um dos nervos mais frágeis da prática da pornografia de vingança, quando o ato filmado, a exposição da imagem e vulnerabilidade da vítima ofusca o ato perverso da divulgação não consentida.

Lançando a palavra chave em bases de buscas virtuais, se torna uma tarefa bastante complexa determinar um marco zero para esta prática, pois, como mencionado anteriormente, assim que a *internet* passou a fazer parte da vida doméstica dos indivíduos, inevitavelmente diversos crimes também migraram para o ciberespaço, encontrando um terreno bastante fértil para a propagação rápida e a sensação de impunidade que as telas permitiam. O que se pode observar, como um possível início da prática antes da conceituação apropriada para o crime, são os vídeos amadores entre casais, as gravações escondidas em locais públicos como banheiros e ônibus, além das formas mais graves, onde estupros são filmados e colocados nas bases de compartilhamento. A partir disto emergem, não somente nestas bases de compartilhamento mais famosas, mas também em novos blogs e sites direcionados à divulgação de material não consensual, a construção de algo tido como um novo tipo de

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/suspeitos-do-roubo-das-fotos-de-carolina-dieckmann-sao-descobertos.html>

pornografia a ser consumida, a razão da criação destes espaços está explicitamente ligado ao ato criminoso e indevido.

Ao longo dos anos, o tema da pornografia de vingança foi ganhando espaço nos veículos de informação, sendo conduzido e combatido principalmente pela ala feminista, que discutiu constantemente a respeito das brechas em sites de compartilhamento e aplicativos de relacionamentos sobre as falhas em serem impedidas tais violações de direitos e privacidade. Muitos sítios virtuais tiveram de reestruturar sua política de compartilhamento, inicialmente não pela noção de crime que tais atos provocavam, mas pelas medidas tomadas por algumas vítimas após terem sido expostas, ao processarem os serviços que deliberadamente continuavam veiculando materiais íntimos.

4.4 Pornografia de vingança como violência contra a mulher

Como pontuado anteriormente, gênero se aplica como um conceito para caracterizar as relações sociais entre homens e mulheres, indicando uma gama de construções culturais, baseadas em ideais de papéis que se adequam a cada indivíduo, fortemente influenciadas pela estruturação cultural, política e religiosa. Beauvoir (1970), em sua obra clássica e pioneira dos estudos de gênero, *“O Segundo Sexo”*, pontua que gênero se desenvolve socialmente como uma categoria que se coloca fixamente sobre os papéis sexuais, que ressalta a prática sexual como uma forma de categorização para todo o restante, enfatizando um sistema que se baseia nestas diferenças para construir e reproduzir paradigmas. Deste modo, segundo a autora, são abertos diversos caminhos que viabilizam a propagação de discursos e relações de poder que asseguram algumas violências cometidas principalmente contra mulheres.

No que concerne ao conceito de violência, com já fora destacado, pode ser concebido como a anulação de algo ou alguém, seja por meio da força, da agressão, da retirada de direitos, da exploração e da dominação, por exemplo. No caso da violência de gênero, esta pode ser compreendida pela relação de desigualdade influenciada pela dominação e opressão imposta por uma hierarquização socialmente estruturada.

Para Bourdieu (1989) esta relação pode ser encarada como uma sistematização de símbolos, que fazem com que as relações de dominação sejam vistas como naturais. Diversas categorias são aplicadas a partir de um ponto de vista imposto por uma parcela hegemônica, mas que é facilmente transmitido, ou até mesmo permanece invisível. Este

poder simbólico consegue ser legitimado devido a falta de discussão sobre sua atuação, sua existência é vista com pouca importância, ou propositalmente mantido longe dos debates, pois suas bases movimentam uma série de outros poderes.

O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Já o conceito de violência de gênero, atualmente se expande para atos que não necessariamente envolvam apenas mulheres. Pensando que gênero é construído para além do sexo e da sexualidade de alguém, pessoas transexuais e não binárias, por exemplo, também podem ser vítimas deste tipo de violência. Nos documentos da Organização das Nações Unidas, tal violência se define como “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte em, ou é passível de resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico”. É preciso ressaltar que, durante muito tempo a violência de gênero remeteu diretamente à conceituação de violência contra mulheres, já que estas elencam com destaque o fenômeno, seus estudos e todas as medidas que o cercam, no entanto, como mencionado, o aprofundamento no conceito de gênero se ampliou de tal forma que resumir o fenômeno, somente a mulheres se faz superficial e infrutífero.

Portanto, tal violência pode se manifestar de inúmeras formas, desde que fomenta a perspectiva de estigmatização de um indivíduo por ter nascido diferente da ala hegemônica que emprega a desigualdade. No caso das mulheres, tais atos podem remeter desde os casos mais sérios de agressões e feminicídios, até as humilhações sobre suas condutas e, como foco desta pesquisa, de sua sexualidade. Compreender a pornografia de vingança como uma violência que atinge principalmente mulheres e adolescentes do sexo feminino significa colocar todos os eventos em cheque e indagar o que foi que estas pessoas fizeram de errado. Muitas perdem o emprego, precisam se mudar de cidade, são perseguidas por meses ou anos a fio até que a memória virtual permita o esquecimento de suas imagens, correndo sempre o risco de voltarem à tona e terem de recomeçar o processo de adequar sua vida sob a exposição e o retaliação.

Os dados que embasam esta perspectiva se encontram em diversos sites que tem como objetivo auxiliar vítimas desta violência e mediar algumas ações junto aos sistemas jurídicos, na intenção de não somente oferecer suporte, mas também de permitir o conhecimento das leis vigentes e promover o enfrentamento direto à prática.

A SaferNet é uma organização não governamental (ONG) que monitora uma lista ampla de crimes que ocorrem no meio virtual. Foi fundada no ano de 2005, por cientistas da computação e pesquisadores e professores de direito, que inicialmente se mobilizaram para coibir a disseminação da pornografia infantil. Paralela a vínculos políticos, religiosos ou culturais, a mobilização se deu pela urgência do enfrentamento aos crimes virtuais que iam diretamente contra aos Direitos Humanos na *internet* estabelecendo uma parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público.

Assim que fora criada uma cartilha de procedimentos sobre a pornografia de vingança²³, inúmeras denúncias tomaram conta da base virtual. No ano de 2018, as denúncias de exposições íntimas não consentidas tiveram seu ápice, do número total de vítimas, 699, 440 eram mulheres. Tais dados fornecem uma dimensão de que os materiais de pornografia disseminados sem consentimento estão fortemente atrelados às diferenças de gênero que permeiam a sociedade.

Sob uma ótica mais teórica, a violência de gênero empregada pela pornografia de vingança reforça o poder sobre os corpos das mulheres, sobretudo pela perspectiva masculina. O corpo que não está condicionado ao prazer masculino, a serviço dos interesses masculinos, em tese, é passível de punição. A mulher exibida em atos íntimos é exposta para que sua conduta seja depreciada, para que seja punida por ter rompido um relacionamento, para que seja penalizada por performar sua sexualidade e não mais estar se submetendo àquele que em teoria detém a autoridade sobre o seu corpo. Este poder que reside sobre os corpos das mulheres é bem perceptível quando são observadas as culpabilizações de mulheres que não se encaixam no padrão puritano e recatado que ainda são disseminados e reforçados na atualidade. É preciso destacar também, que tal poder não se aplica somente em relações íntimas e afetivas, já que, como pontuado por Bourdieu (1989), tal sistematização de poderes confere aos homens de maneira geral pressupor que tenham autoridade sobre qualquer corpo, feminino ou não.

A liberdade sexual constitui um direito, de poder performar e decidir como bem entender qualquer indivíduo desde que suas escolhas não computem em crime ou dano a outrem. Um dos discursos vigentes se direciona às vítimas, para terem cautela ao compartilharem detalhes íntimos de sua vida pessoal, no entanto, acordos e preferências devem ser mantidos na esfera dos relacionamentos íntimos, e ao invés de resguardo à

²³ <https://new.SaferNet.org.br/content/pornografia-de-revanche#mobile>

liberdade sexual, mais conscientização e punição deveriam ser cobradas daqueles que tratam corpos e sexualidades como material de troca ou munição para a humilhação.

4.5 Pornografia de vingança e legislação

O crescimento do fenômeno da pornografia de vingança teve de ser prescrito no direito penal, dada sua massiva relevância e poder de impacto social na vida principalmente das vítimas. No Brasil, a disseminação de materiais com teor sexual ou íntimo, de forma desautorizada, é considerada crime, com penas que vão desde indenizações morais até a reclusão. No entanto, não há uma lei específica que englobe a pornografia de vingança e todas as suas especificidades, mas sim incisos em leis de importunação sexual, invasão de material digital, difamação e injúria. Diante de algumas peculiaridades, como a vítima ser menor de idade, e/ou ter mantido um relacionamento íntimo comprovado com o agressor, os incisos recaem em outras leis previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou na Lei Maria da Penha, por exemplo.

É importante frisar que, muitos destes incisos, na maioria das vezes conseguem incorporar as medidas cabíveis de punição, ou até mesmo fornecer um suporte razoável às vítimas, no entanto, a falta de especificidade no trato com os crimes, sobretudo com as questões de gênero flutuantes no ato desta violência, demonstra a falta de comprometimento em quebrar alguns paradigmas que permanecem oprimindo mulheres e que servem de subsídio para a prática, ou seja, as consequências para agressores, quando eficientes, entram num campo de repressão e punição, enquanto as medidas paliativas ficam em desfalque. A pornografia de vingança se encontra entranhada aos desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, no entanto, encontra respaldo nas violências morais e psicológicas, e por isso consegue ao menos tocar, juridicamente, nas questões que violam os direitos humanos, dos quais viabilizam uma tipificação de crime que se adéque à situação. Porém, as penas computadas, de acordo com o Código Penal, remetem a infrações de menor potencial ofensivo, portanto, são tratadas como uma reparação após o ocorrido, uma tentativa de compensação à vítima depois de terem sido expostas. Dado o intenso dano observado nos exemplos citados anteriormente, pode-se presumir que medidas pós ocorrido não são tão eficazes num combate mais incisivo sobre a prática, considerando também o volume de denúncias registradas pelas bases virtuais de apoio e dos desfechos que ganham notoriedade.

Como mencionado anteriormente, dada a expansão desenfreada da *internet*, nos lares e nas mãos de indivíduos convencionais, não tardou para a necessidade de se criarem amparos legais para regulamentar a esfera virtual, que absorveu e reinventou um leque de crimes dentro de seus moldes.

Crimes virtuais, ou crimes cibernéticos englobam toda atividade criminosa que possa envolver computadores, redes de compartilhamento ou dispositivos pessoais. As ações mais comumente aplicadas são aquelas que visam obter lucro de suas vítimas. Golpes financeiros, estelionato, furto de dados pessoais são apenas alguns dos exemplos que fizeram com que a justiça precisasse se movimentar a fim de coibir uma maior dispersão de tais infrações.

Em agosto de 2018 o Congresso Nacional aprova o projeto de lei nº 13.718, no qual reagrupa uma série de delitos que englobam basicamente os crimes contra a liberdade sexual e importunação sexual. O tema da pornografia da vingança já se fazia presente nos debates acerca de medidas públicas para sua contenção, no entanto, um avanço efetivo só se deu a partir dos diversos casos de assédio e agressão sexual ocorridas em transportes públicos, alguns anos antes de a lei ser decretada. Ao contemplar os artigos, é importante destacar que, para além da centralidade dada a tais tipos de violação, no qual reúne uma gama de crimes que envolvem diretamente a sexualidade e os atentados contra ela, houveram alterações em seus artigos que de certa forma permitiam brechas para a amenização dos agressores. Por exemplo, quando se pronuncia muito mais ao caráter punitivo da ação do que paliativo, além de desconsiderar o amparo legal e necessário às vítimas destas condições, que de certa forma se vêem obrigadas a reviverem por diversas vezes a violência além daquela que está pairando no meio virtual. Trata-se de um importante avanço legislativo, no que concerne a descentralizar alguns tipos de violação e dar corpo aos novos formatos de violência contra as mulheres, no entanto, ainda carece de apreciações mais empáticas e baseadas no princípio de igualdade e preservação.

A lei 12.965/14, ou popularmente conhecida como Marco Civil da *Internet*²⁴, simboliza uma conquista no que concerne à regulamentação e investigação necessária para os crimes que acontecem no âmbito virtual. De acordo com Buzzi (2015) sua ementa representa um significativo compromisso com os usuários, e também com o Estado, ao estabelecer garantias, deveres e direitos.

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Acerca da proteção à privacidade dos usuários, estabelece que os dados fornecidos pelo internauta não podem ser dispostos a terceiros pela empresa sem o consentimento expresso e livre daquele. As operações das empresas que atuam na *internet* deverão ser as mais transparentes possíveis, podendo o usuário exigir a exclusão dos seus dados pessoais em determinada rede social caso resolva encerrar sua conta. Ainda, a proteção assegurada em lei só poderá ser quebrada mediante ordem judicial. (BUZZI, 2015, p. 80)

Dentre algumas das medidas que compõem o Marco Civil, que se relacionam com o fenômeno da pornografia de vingança, está a garantia de privacidade. Assim como pontuado por Buzzi (2015), as vítimas de pornografia não consensual podem solicitar, sem a necessidade de ordens judiciais, que provedores removam o material que está causando prejuízos às mesmas.

Para a maior parcela de vítimas da pornografia da vingança, meninas de 12 a 17 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente também contém incisos que visam resguardar a integridade caso sofram com este evento, já que “qualifica como crime grave a venda ou exposição à venda de fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.” (BUZZI, 2015, p.72).

A Lei 12.737, como mencionada anteriormente, simboliza talvez a mais famosa das medidas tomadas contra o “vazamento” de materiais íntimos. Batizada de Lei Carolina Dieckmann, a norma tipifica criminalmente a invasão de dispositivos e consequente disseminação de material pessoal sem autorização. De acordo com Buzzi (2015), a lei não se pontua especificamente nas formas de posse e disseminação do material, mas busca tratar de casos ocorridos após a invasão de aparelhos por *hackers*.

Por fim, as vítimas também podem buscar amparo na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Reconhecida como uma das leis mais avançadas do mundo na proteção de mulheres pela ONU²⁵, possui em sua estrutura artigos que mencionam a saúde física e psicológica da mulher, além de expandir o conceito da violência de doméstica e familiar para relacionamentos que independem da coabitação, ou seja, pensando diretamente nas vítimas de pornografia de vingança que sofreram com o evento após o término de um relacionamento, sua situação pode ser averiguada por estes parâmetros.

²⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/66713-cartilha-sobre-lei-maria-da-penha>

Capítulo 5: Comparativo de vídeos e as nuances que fomentam o debate com a educação e a relação com a juventude.

Nesta seção serão contrapostos dois vídeos, retirados da base do YouTube, que discursam sobre o tema principal. Apesar da equivalência do título, diversos aspectos entre ambos fazem com que sejam similares e ao mesmo tempo profundamente distintos. Os apontamentos que buscam ressaltar tais particularidades são o formato de interação com o espectador, as diferenças no discurso, a estética visível e o alcance de cada um.

5.1 Entre a instrução educativa e o bate papo.

O primeiro vídeo analisado tem o título de: “A discussão sobre cyberbullying, pornografia de vingança e linchamento no cinema” e foi publicado no dia 26 de setembro de 2018. O quadro temático apresentado se chama “Debate”, realizado e promovido pelo Canal Futura, exibido pontualmente uma vez por semana pela TV paga e gratuitamente pelas redes sociais e apresentado por Cristiano Reckziegel, jornalista e mestre em cinema documentário. Sua proposta, como colocada na página oficial do Canal Futura, é promover um espaço de reflexão sobre temas da atualidade, valorizando diferentes pontos de vista.²⁶ Com aproximadamente uma hora de duração, o programa traz convidados integrados ao tema selecionado e seu desenvolvimento se dá como em uma entrevista.

Alguns destaques gerais feitos acerca da base onde se sustenta tal vídeo, o Canal Futura, podem, ao longo de todo material explorado até este ponto do texto, servir de títulos de informação e ao mesmo tempo provocar reflexões sobre sua atuação e distribuição. Na ementa do canal, sua proposta se volta majoritariamente para a educação, em todos os níveis e setores, e se compromete e usa a comunicação para alcançar uma transformação social. Os temas abordados perpassam entre escola, direitos humanos, sustentabilidade, cultura, economia e tecnologia. Debruça-se prioritariamente aos conteúdos transmitidos por multimídia, mas também encabeça projetos que se articulam com universidades e organizações da sociedade civil. Grande parte de suas metodologias cita diretamente o desejo de transmitir seus conteúdos de forma popular. Fundada em 1997 pela maior entidade privada do país, responsável também pela maioria dos canais televisivos, é parceira de outras diversas iniciativas privadas, como

²⁶ Disponível em: <https://www.futura.org.br/programacao/sala-debate/>

bancos e órgãos de financiamento. Sua distribuição é gratuita para alguns sistemas que fazem concessão de serviços e repassada através de assinatura e pagamento de mensalidade para a população.

O formato do vídeo remete bastante a um programa comum de entrevistas visto geralmente nos canais de televisão. Um estúdio amplo, bastante neutro, com uma televisão do qual são exibidas as entrevistas realizadas fora do set e cadeiras para apresentador e entrevistados. O modelo de discurso adotado se molda a entrevista, mas também agrupa diversos momentos em que há uma conversa mais informal, com exposições de opiniões, comentários para alívio cômico diante da seriedade dos casos relatados. A estética geral do quadro, como pontuada acima, é bastante neutra, não há distrações ou outros pontos que roubem a atenção do espectador à exceção de seus próprios participantes. Tal espaço confere um ar bastante instrutivo, formulado especialmente para fornecer a informação ao público, e, salvo a proposta de sua base fundadora, guarnecer as bases educacionais. A respeito do seu alcance, como pontuado acima, até a data de composição desta pesquisa, publicado há pouco mais de dois anos, conta com 718 visualizações.

De maneira geral, o vídeo traz uma contribuição bastante valiosa ao debate das violências virtuais praticadas como meio de anulação do outro. Além da pornografia de vingança, tratada por dois dos cinco títulos mencionados, são discutidos também o linchamento, tanto o virtual quanto aquele que supera a esfera virtual e prejudica vítimas na vida real; e o ódio disseminado através de mentiras e compartilhadas avidamente. A seguir, serão apontados alguns detalhes do desenvolvimento do programa, a fim de contextualizar sua execução e as reflexões mais importantes que foram levantadas. Apesar de ser um material riquíssimo, bem instrutivo e de fácil entretenimento dada sua abordagem cinematográfica, serão levantados aspectos mais gerais do vídeo com aprofundamento direcionado aos que se encontram diretamente com a pornografia de vingança.

O vídeo inicia com o apresentador comentando a grande movimentação de pessoas nas salas de cinema no Brasil no primeiro semestre de 2018, ressaltando a participação de 32% dos títulos nacionais sendo apresentados aos espectadores. Dentre alguns gêneros mencionados, a atenção do apresentador, com menos de um minuto de vídeo, já se pontua nas categorias de “dramas” e “documentários” para relacionar com os casos de cyberbullying, pornografia de vingança, comportamento de ódio e

linchamento na *internet*. Neste episódio do quadro, os temas retratados no cinema se relacionam com a realidade e se colocam como elementos para a discussão de como tais processos afetam a vida dos indivíduos, sendo destacadas as polarizações que efervesciam na *internet*, a relação entre saúde mental e física das vítimas e as iniciativas que buscam enfrentar tais fenômenos na sociedade.

Para iniciar o debate, é apresentada uma pesquisa para introduzir sobre a relação atual dos brasileiros com as redes sociais. Dados levantados pela agência *We Are Social*²⁷, no ano de 2017, mencionado pelo repórter que conduz a primeira leva de entrevistas fora do estúdio, dão conta de que os brasileiros se mostram como um dos maiores usuários de redes como YouTube, Facebook, Whatsapp e Instagram na América Latina. O narrador pontua que há uma crescente expansão, por meio dos governos e instituições, que amplia o acesso facilitado e de qualidade de rede, no entanto, tal ampliação é acompanhada pela dificuldade de controlar os crimes virtuais que foram absorvidos por esta nova “realidade”. Outros órgãos de pesquisa são mencionados, como o Instituto Ipsos²⁸, do qual fornece uma pesquisa realizada no ano de 2018 apontando o Brasil como o segundo colocado, em um ranking global, em violência na *internet*, prejudicando principalmente crianças e adolescentes, e a ONG SaferNet, que atendeu aproximadamente 16 mil pessoas que recorreram à base em busca de auxílio e denúncia contra intimidações, vazamento de dados pessoais e a exposição íntima indevida.

Dos convidados, presentes no estúdio, estão Luiz Fujita e Robledo Milani. Luiz Fujita é formado em jornalismo pela Universidade de São Paulo, á época do programa, estava à frente da edição do site Dráuzio Varelalla e comandava um *podcast* chamado “Entre Mentés”²⁹. Suas contribuições ao longo do quadro tocam nas questões de saúde psicológica, abordando os estresses cotidianos relacionados aos temas colocados, o suicídio, medidas paliativas e campanhas de prevenção. Robledo Milani é formado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, crítico e editor chefe de um site chamado “Papo de Cinema”, que faz resenhas e acompanhamentos dos principais destaques do cinema, nacional e internacional³⁰. Sua

²⁷ Disponível em: <https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>

²⁸ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cyberbullying.htm>

²⁹ Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/luizfujitajr>

³⁰ Disponível em: https://br.linkedin.com/in/robledomilani?trk=people-guest_people_search-card

participação contribui com discussões acerca dos das interações feitas pelo cinema com as situações retratadas na vida real.

Em participações especiais, fora do estúdio, apresenta-se Jessica Candal, roteirista do filme “Ferrugem”, lançado em 2018, do qual se encaixa perfeitamente a todo contexto retratado neste trabalho. Suas colaborações perpassam sobre as características do filme com reflexões acerca da violência que se expande nos meios virtuais. Apresentando uma breve sinopse do filme, ele se baseia no momento em que uma garota adolescente tem sua vida transformada ao ter o celular furtado e consequentemente ter um vídeo íntimo, gravado entre ela e o namorado, “vazado”, primeiramente na escola, exibindo todo o drama sofrido ao ser constantemente humilhada pelos outros alunos e posteriormente, quando o vídeo ultrapassa a esfera social dos colegas e é publicado num site de pornografia. Ainda correspondente ao filme, Aly Muritiba, diretor e co-roteirista, faz falas sobre o processo de construção do filme baseado em diversos casos reais pelo país, sobre a seriedade do tema e da importância de dar grandeza e peso necessário a algo que se alastra pelos mais jovens e mais pelas meninas. Sua participação se destaca ao promover uma campanha, lançada simultaneamente com o filme, para auxiliar as vítimas de pornografia da vingança, bem como conscientizar toda população sobre a gravidade desse fenômeno. A campanha tem o título “e agora que você sabe?” e traz em sua proposta a propagação e reflexão sobre pensar na dor e sofrimento do outro em relação aos compartilhamentos feito sem o devido juízo e ponderação. A falta de alteridade, a correlação das relações familiares, as propagações feitas pela “brincadeira” que nem sempre se relacionam com o ódio ou com a vingança, e a necessidade de serem colocadas em pauta também as características dos agressores, para que o problema seja melhor contornado, são os principais pontos colocados no filme que ilustra o fenômeno.

Outra participação no programa que se conecta profundamente com o tema principal e se mostra de grande importância para a observação do evento e seu enfrentamento, é a de Rose Leonel. No ano de 2005, após o término de um relacionamento, fotos e vídeos íntimos da jornalista, apresentadora e empresária foram compartilhados exaustivamente pela cidade de Maringá, no estado do Paraná. O agressor demonstrou não somente crueldade com a exposição, mas também um nível perverso de meticulosidade ao organizar o material em apresentações e encaminhar sistematicamente para a família e o trabalho da vítima, acrescentando ainda seu número

de celular com a indicação de ser ela uma prostituta. Além disso, também criava montagens fotográficas de teor pornográfico, onde somente o rosto era de Rose, mas que depois de todos os materiais divulgados, faziam com que fosse contestada a veracidade de tudo. Tal perseguição perdurou por três anos e meio, em relação direta com o agressor. Para conseguir vencer todos os processos contra o mesmo e tentar remover ao máximo possível imagens suas na *internet*, foram aproximadamente 12 anos³¹. Sua luta para conseguir justiça se materializa na fundação da ONG Marias da *Internet*³², do qual fornece um compilado de orientações jurídicas, entrevistas e artigos que trazem o debate sobre o tema, atendendo mulheres dentro e fora do Brasil. À época do programa, a demanda de Rose Leonel por políticas públicas que pudessem respaldar as vítimas da pornografia de vingança seria aprovada dois dias após sua participação.

A Lei 13.718/18³³ apresenta uma listagem completa dos tipos de crime configurados naquilo que tange todo o contexto do evento, como a troca, venda, transmissão e divulgação de imagens íntimas feita pelas vias virtuais, com pena de multas e reclusão de 1 a 5 anos. É interessante destacar que, dentro de alguns debates feministas, foram feitas solicitações para que a terminologia de importunação sexual fosse trocada por algo mais incisivo, que concedesse mais peso ao crime. De acordo com alguns movimentos de mulheres, participantes do campo do direito, inclusive, o termo pode, em vias de julgamento, arrefecer a situação do agressor, pois, nos cumprimentos formais da lei, as palavras contam muito, e, dada a margem de crimes cometidos, são poucos os agressores que são efetivamente responsabilizados. Mais do que isso, a discussão também se volta para a necessidade de serem criadas e melhor disseminadas as sistematizações capazes de dar conta do fenômeno por meio de medidas paliativas ao invés de somente punitivas. O amparo que a educação pode, e deve fornecer, para pais, para equipe escolar, deve estar inserida no contexto atual de virtualidade, de forma a compreender as valorações presentes na mentalidade dos adolescentes.

Um dos destaques principais do programa, do qual agrega elementos valiosos para a reflexão desta pesquisa, é uma pergunta feita por um internauta que acompanha o quadro. O apresentador, que passou todo o tempo com o celular em mãos, para

³¹ Disponível em: <https://alexandre-atheniense.jusbrasil.com.br/noticias/2830131/sexo-vinganca-e-vergonha-na-rede-expostas-por-seus-ex-elas-dao-o-troco-na-justica>

³² Disponível em: <http://www.mariasdainternet.com.br/>

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

demonstrar a interatividade com o público, lê o seguinte: “Como os educadores devem trabalhar nas escolas a desconstrução dos fatos causadores do cyberbullying?”. Ambos os convidados presentes, Luiz e Robledo, se alternam em elencar a importância do acolhimento, da reflexão e conscientização para ampararem as vítimas e reforçarem as campanhas que buscam confrontar tal problema. É feita uma pontuação, sobre utilizar as mesmas ferramentas causadoras das violências virtuais, aparatos eletrônicos digitais, e utilizá-los como aliados, fazendo com que não somente seja ponderado o uso dos mesmos, mas para que sejam repensadas atitudes inconsequentes promovidas neste espaço.

Três percepções podem ser listadas nessa pergunta feita pelo internauta: o envolvimento peculiar de uma geração específica, os adolescentes, nos processos de violências virtuais; o papel desempenhado pela escola, seja como coadjuvante das ações, seja como elemento propulsor do enfrentamento; e a própria crença de que é por meio da educação, principalmente aquela presente nas escolas, que há uma saída para a superação das formas de violência que constantemente se reinventam.

Os outros filmes nacionais são: “Aos teus olhos” (2017), no qual retrata um caso de crime de ódio na *internet* contra um professor de natação infantil; “Yonlu” (2018), sobre o suicídio de um adolescente após passar por situações extremas de cyberbullying; “Luna” (2018), com a pornografia divulgada sem o consentimento da vítima e diversos cenários da adolescência; e “A primeira pedra” (2018), documentário realizado com casos reais de linchamentos, tanto os transmitidos por meio do “boca a boca”, quanto àqueles que romperam a bolha virtual e se propagaram para a vida real das vítimas.

O segundo vídeo se trata de um material produzido de forma mais independente. Apresentado e escrito por Bel Rodrigues, o quadro em questão (pois a *influencer* possui diversos formatos de conteúdo disponíveis em seu canal) chama-se “Cháblablá”, onde ela fala diretamente ao espectador enquanto toma chá. Isabel Rodrigues é escritora e criadora de conteúdos no YouTube, formada em Publicidade e Propaganda e pós graduada em Criminologia³⁴.

O canal de Bel Rodrigues está ativo na plataforma do YouTube há mais de 7 anos. Com gravações que abordam a leitura de livros clássicos, comentários sobre cinema, histórias sobre crimes e serial killers, além de interações com jogos eletrônicos

³⁴ Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/rodriguesisabel>

e vídeo games e demais assuntos aleatórios. A maioria de seus vídeos é gravada, ou transmitida, pelo seu quarto, outros, em menor número, mostram passeios, exposições e eventos relativos aos temas abordados em seus quadros.

A estética do fundo, quando gravado no quarto mencionado, apresenta uma pequena variação com relação às mudanças feitas pela influencer, seja de imóvel, seja com sua própria organização, que também é compartilhada com os seguidores de seu canal, mas, que apesar disso, segue uma leve padronização, como diversos livros que ocupam todos os espaços da estante, alguns *pop funko* (pequenas miniaturas que representam personagens de filmes e séries), pôsteres e, em algumas ocasiões, seu local de estudo e trabalho com computador, cadernos e mais livros. A estética de Bel precisa ser mencionada neste breve trecho, com fim de serem provocadas algumas reflexões acerca dos vídeos como um todo. Esta pesquisa não pretende tachar ou dosar a aparência ou personalidade de nenhum indivíduo, mas talvez presumir qual relação estes aspectos teriam com o alcance de Bel com seus vídeos. As mechas do cabelo tingidas de um rosa vibrante, a demonstração visível de apego e afetuosidade por literatura, pois, para além do desmonte predatório das livrarias e bibliotecas pelo país, tem resistido o hábito de serem comprados livros, sobretudo na vigência da pandemia, o linguajar despojado, dotado de gírias e até mesmo palavrões e a demonstração de seus sentimentos quando trata dos assuntos de seus vídeos lhe conferem uma especificidade que passa distante do primeiro vídeo assistido.

O “Chablablá” analisado, intitulado “O que é REVENGE PORN (Pornografia de vingança) foi publicado sete meses antes do primeiro vídeo mencionado, em 27 de fevereiro de 2018, possui a duração de menos de 9 minutos e tem 58.886 visualizações.

O pontapé inicial é dado com a influencer mencionando a eventualidade com o qual o quadro é realizado, já que se embasa em uma “discussão” sobre um tema e por isso tem uma demanda diferente por parte de sua criação de conteúdo e roteiro. No entanto, aponta que o assunto que vai abordar é algo que tem extrema urgência em ser falado por diversas pessoas, sobretudo no Brasil, que demonstra habitualmente uma numerosidade de casos. Além disso, também se refere ao pouco debate feito sobre o tema e a gravidade de suas consequências.

Após esta conversa inicial, Bel começa explicando um pouco sobre o conceito de revenge porn. Como abordado anteriormente, o termo se difundiu primeiramente em inglês, para depois ganhar sua tradução literal e se incorporar no rol de crimes virtuais

também no Brasil. Após uma breve explanação sobre a divulgação indevida de material íntimo, a influencer emenda nas situações que levam tal evento a acontecer. As estatísticas mencionadas algumas vezes não são exatas, mas buscam provocar um ar de ênfase em sua fala, como por exemplo apontar que 90% das vítimas de pornografia de vingança são mulheres. A verdadeira porcentagem dispõe de 81% destas vítimas, de acordo com a SaferNet³⁵ mas a intenção de Bel encontra seu ponto ao correlacionar a diferença de gênero no peso do evento. Neste ponto, a influencer menciona a objetificação do corpo e da sexualidade da mulher na sociedade, pontos que são essenciais no mecanismo de funcionamento da pornografia de vingança. Para ela, existe uma duplicidade perversa, que condena mulheres independente das ações tomadas em questões referentes ao próprio corpo. No caso da violência sofrida pelo *revenge porn*, existe um determinado grupo de pessoas que vão condenar a moral da vítima, desaprovando a conduta revelada no vídeo e tachando pejorativamente sua dignidade, entretanto, este mesmo grupo será um dos principais consumidores de seu vídeo. A perversidade vai mais além quando o gênero das vítimas é observado. Para Bel, homens também são vítimas, mas em raríssimos casos tem uma condenação tão destrutiva quanto no caso de meninas e mulheres.

Comentando sobre as possíveis causas que culminam no evento da pornografia de vingança, Bel Rodrigues menciona por diversas vezes os termos de relacionamentos, que, estatisticamente, possuem uma ligação bastante estreita com a ocorrência de casos, e faz uma observação interessante, que se vincula aos artifícios do machismo no que diz respeito a uma preservação do comportamento da mulher: a rejeição leva à violência. A influencer contextualiza esta afirmação numa dimensão histórica, de outros tipos de eventualidade que possam surgir diante das mais possíveis causas, no entanto, dada a dinâmica desta pesquisa, tal reflexão levanta pontos importantes a respeito principalmente daquilo que compõe a vingança presente no ato.

Outro ponto que se entrelaça com o desenvolvimento da pesquisa está na fala de Bel ao comentar em como a globalização da *internet* ao mesmo tempo em que possibilitou a troca de comunicação e de informações também expandiu o campo das violências e dos atentados aos direitos humanos. É interessante apontar que em diversos materiais, pontuados neste texto ou disponíveis em um sem número de bases de pesquisa, são enunciados os efeitos potencialmente corrosivos que a tecnologia digital e

³⁵ Disponível em: <https://new.safernet.org.br/#mobile>

virtual tem transmitido ao ser humano, socialmente e psicologicamente. Em alguns locais do mundo já existem clínicas e programas de reabilitação para pessoas que desenvolvem o vício psicológico pelos aparatos e suas funções³⁶, no entanto, a própria busca pela cura também perpassa pela malha da *internet*, pelos canais em ambientes virtuais e afins. Talvez seja possível atrelar estes mecanismos com as reflexões propostas por Adorno e Horkheimer (1985) ao observarem a cultura digital como um processo que tem consciência de que seu movimento está sempre intrínseco ao esclarecimento das coisas, principalmente àquele que busca a técnica como absolutização dos procedimentos, mas que antes mesmo de ser possível vislumbrar um desfecho, um encontro total com tal esclarecimento, se reinventa e prolonga ainda mais a imersão nos conteúdos massificados e superficiais.

Ao comentar sobre os procedimentos legais que se correlacionam com a pornografia de vingança, Bel Rodrigues menciona o projeto de lei criado pelo então senador Romário Faria, que solicitava das medidas públicas penas mais severas para o crime em questão³⁷. Apesar de ainda serem necessárias as ampliações das penas, bem como das ferramentas de prevenção do fenômeno, felizmente tal projeto foi aprovado, pois o vídeo de Bel Rodrigues foi publicado em fevereiro, enquanto a Lei 13.718/18 foi sancionada em setembro do mesmo ano. Também menciona a Lei Carolina Dieckmann, que se relaciona com o tema, mas que não abrange o objetivo da violência. A Lei 12.737/12 destina uma parcela de sua ementa aos materiais roubados e compartilhados sem consentimento, porém não abrange a perspectiva do ato praticado como uma vingança. Ainda são oportunos os destaques feitos pela influencer no que cabe a reflexão sobre alguns elementos que agem sobre este tipo de violação. Ela destaca duas principais causas para a ocorrência frequentado fenômeno: a punição branda e a falta de conscientização que se ampara na omissão de empatia, hipocrisia e no machismo escancarado da sociedade.

Ao longo do vídeo, Bel Rodrigues transparece suas opiniões e demonstra sentimentos aos espectadores ao “dialogar” sobre o assunto. Sua fala é repleta de expressões, orais ou não, que demonstram preocupação e indignação diante das razões que envolvem principalmente as vítimas. Algumas orientações básicas são dadas, como a necessidade de serem compilados os materiais comprobatórios da perseguição, ameaça ou divulgação indevida dos materiais, bem como a importância de ser realizado

³⁶ Disponível em: <https://www.dependenciadeinternet.com.br/>

³⁷ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1166720

o boletim de ocorrência, para que sejam dados os primeiros passos junto à justiça. Em determinado ponto, informa que deixará alguns materiais de apoio na descrição do vídeo, com links para artigos, livros e documentários. Neste momento, comenta sobre a dificuldade que teve em encontrar alguns materiais em português.

Ao final do vídeo é reforçada a urgência do tema, de serem ampliados os debates em diversas esferas a fim de que ele seja ao menos controlado. Bel Rodrigues convida aos espectadores para que aqueles que tenham opiniões que se divergem daquilo que foi exposto, tal como a aceitação de culpabilização das vítimas, que acessem aos materiais colocados para mudarem de perspectiva ou ao menos enxergarem outro viés que não seja o que condena quem é mais prejudicado. Entre os materiais estão o livro “Profundo”, de Robin York (2016) que relata um caso ficcional de pornografia de vingança; uma matéria publicada na revista *Época*, intitulada “Crime rápido, trauma permanente”, publicada em 2016; e um documentário feito pelo ScoopWhoop, site de notícias e entretenimento, denominado “ScoopWhoop: The Story of Revenge Porn”, publicado em 2017.

5.2 Paralelo entre os materiais e destaques congruentes

Ambos os vídeos analisados trazem de forma bastante apurada o tema da pornografia de vingança. A preocupação acerca do evento e da urgência de seu debate e confronto compõem os elementos de base para seus envolvidos, apresentadores e convidados, bem como a constante ênfase feita pelos mesmos no que se refere aos trâmites legais que amparam as vítimas de tal violação. Eles também possuem o caráter informativo como primordial, ressaltando que os debates acerca do assunto precisam ter a mesma profusão de seu acontecimento, pois sua característica atual evidencia a velocidade com que os fatos são tratados e precisam ser discutidos.

A fim de aprimorar algumas percepções construídas ao longo deste texto, articulando algumas características dos vídeos com as teorias colocadas aqui, no intuito de alcançar o objetivo da análise de ambos, alguns elementos específicos serão pontuados, com a intenção de serem contrapostas diante de tais características particulares e na sua possível colaboração para a discussão do tema. Portanto serão observados: o formato do vídeo, sobre sua estrutura de apresentação ao espectador; o tipo de discurso utilizado; a aparência estética; e seu alcance dentro da base que os sustentam e o que isso pode dizer a respeito do seu consumo como fonte de informação.

O primeiro vídeo, do Canal Futura, possui um formato que se aproxima da formalidade, mas rompe com esta percepção ao se valer de uma interatividade estabelecida com o espectador. A princípio baseia-se num programa de entrevistas, bastante comum nos programas televisivos, com locais fixos para seus participantes e o desenvolvimento sem falhas de sua condução entre os temas, as perguntas, as respostas e os comentários. As interações de Cristiano Reckziegel com o celular em alguns momentos trazem a sensação de conexão real do debate feito no estúdio com outro grupo de pessoas fora dali. No vídeo de Bel Rodrigues, há um formato bastante distinto, no qual a “conversa” parece ser feita entre pessoas mais próximas, a relação de formalidade é quebrada no momento em que tal debate acontece no quarto da criadora de conteúdo e sua interação se dá diretamente com o espectador.

A duração também se sobressai como diferença entre os vídeos, já que o quadro temático de “Debate” possui pouco mais de 50 minutos, estruturando algo mais consistente do que apenas um bate-papo, apesar de se esforçar para quebrar esta característica, enquanto o “Cháblablá” dura menos de 9 minutos. Sem ainda dimensionar seu alcance por popularidade, mas trazendo as reflexões de Türcke (2010), com o intuito de criar observações indagadoras, sobre a habilidade de concentração e dispersão do indivíduo frente aos conteúdos virtuais, é possível balancear, por meio da quantidade de visualizações de cada um, sobre a preferência mais “prática”, ou até mesmo assumidamente mais rápida para se saber sobre um assunto. O vídeo de Bel Rodrigues é disparado o mais acessado e, apesar de rico em informações, substancialmente mais curto em relação ao material do Canal Futura. É uma possibilidade ponderar sobre o que tem sustentado a preferência na rapidez ao ter contato com determinado assunto, mesmo que seja de forma efêmera.

No que diz respeito ao discurso, este simboliza a forma como os enunciadores se dirigem ao espectador, sobre as formas de comunicação adotadas com o fim de literalmente atingirem seus alvos e transmitirem sua mensagem. De acordo com Orlandi (2020) a linguagem representa o processo de dar significado a todo contexto exterior do ser humano, e, necessariamente, está cravada em princípios históricos e ideológicos. Para a autora, o efeito simbólico da linguagem afeta as bases sociais de forma permanente e contínua e altera percepções a respeito do tempo e do espaço para os indivíduos. No que tange à comparação dos vídeos, é possível destacar que o vídeo compartilhado pelo Canal Futura se destina a uma instrução mais formal, sua linguagem

é de fácil compreensão para todos, mas sua estrutura de comunicação inspira a idealização de espaços mais sérios e discursos mais equilibrados, como se seguisse (e muito provavelmente segue) uma cartilha de regras sobre coisas que podem ser ditas ou não. O tom do diálogo se assemelha bastante ao corrente dentro de espaços escolares, de forma demonstrativa, didática. Enquanto isso, no “Cháblablá” a conversa parece acontecer entre jovens no pátio de uma escola. O uso de gírias e até mesmo palavrões inegavelmente aproxima os estereótipos de Bel ao de jovens e adolescentes.

A obra de Orlandi (2020) traz uma significativa percepção para a observação dos dois vídeos, mais uma vez correlacionando um elemento em separado com a profusão de seus conteúdos. Neste caso, temos um programa notadamente com proposta educativa, no qual a conversa com o espectador resvala nos moldes presentes em uma sala de aula, enquanto o outro se mostra mais enérgico, extrovertido e espontâneo. Associando estas percepções ao conceito de formas de discursos pontuados por Orlandi (2020), é possível sublinhar algumas características presentes nas falas de Cristiano Reckziegel e de Bel Rodrigues que se dividem em nichos sociais específicos entre os indivíduos, delimitando muito mais do que a linguagem, mas também a cultura e o contexto social, por exemplo. Sabendo da parcela considerável de usuários que, para além de se enquadrarem numa determinada faixa etária, se identificam mais com a conversa mais “próxima” do que com um formato de entrevistas mais mediado, também confere uma característica particular no que alimenta o interesse dos usuários do YouTube e sobre o contato com o tema.

No que confere à estética visual dos dois vídeos, serão destacadas as perspectivas colocadas por Adorno e Horkheimer (1985) a respeito do formato de conteúdo transmitidos aos indivíduos como forma de agrupar opiniões e julgamentos e intensificar a disseminação de um modelo de comunicação que ao mesmo tempo em que parece individualizar seu espectador, também o arrebanha para um grupo uniformizado. Antes de prosseguir, é digno de nota que ambos os vídeos possuem informações e detalhes que se integram à pesquisa de forma exemplar, e verdadeiramente são veículos satisfatórios de informação sobre o tema da pornografia de vingança, tendo uma composição bastante positiva, produtiva e bem estruturada. A contraposição levantada para ambos se insere nas análises pontuadas pela bibliografia destinada ao entendimento de tal fenômeno.

O formato elaborado pelo Canal Futura conta com diversos recursos que modernizam a interação dos envolvidos entre si e com seu público alvo. Algumas barreiras são completamente derrubadas no que se entende, e já se conhece, sobre a condução convencional de um programa de entrevistas temáticas. Estar atento em tempo real às questões colocadas pelos espectadores se incorpora aos elementos trazidos pelo conceito de comunicação e virtualidade, pontuado por Castells (1999), enquanto promover o debate, pensando criticamente nos efeitos da tecnologia, com todos os participantes, além de incentivar o consumo de materiais que podem embasar a compreensão do assunto, conferem ao vídeo um entrelaçamento curioso com e entre as ideias colocadas por Adorno e Horkheimer (1985), ao terem como proposta um vídeo que traz em sua dinâmica certa criticidade a respeito de algo que se insere na vida dos indivíduos com a intenção de melhorá-la e traz consigo prejuízos, ao mesmo tempo em que se amparam na principal via de disseminação dessa indústria cultural vigente, a *internet*.

No que se refere às percepções apanhadas no vídeo de Bel Rodrigues, é preciso destacar que sua mensagem é breve, porém certa. As informações repassadas pela influencer correspondem com cenários e situações bastante sólidas na vida real, e suas orientações condizem perfeitamente com o que é mais indicado a ser feito pelas vítimas. No entanto, seu material se coloca como outra espécie de ferramenta crítica do tema da pornografia de vingança. Sua fala está carregada de opiniões, e, não há crime neste posicionamento, considerando que a partir do consumo daquele material, toda uma perspectiva é tecida de um único ponto de vista. Neste ponto, atrelando a Adorno e Horkheimer (1985) existe um processo de nivelamento de conteúdo que se apresenta para seu consumidor como algo elaborado exclusivamente para seu aproveitamento, que, no entanto, se aproxima de uma cultura de massa disseminada a outro numeroso grupo de indivíduos. É interessante destacar que, ainda que o vídeo de Bel Rodrigues transpareça com uma atitude mais despojada de formalidades, seja na forma de se comunicar, seja em sua aparência ou no tributo à cultura contemporânea presente em seus ambientes de fundo, tal influência é bastante presente nos círculos sociais de idades que vão dos 12 aos 30 anos de idade, ou seja, seu discurso se ampara no rompimento de paradigmas ao mesmo tempo em que seus próprios gostos “peculiares” se inserem no que os autores citados chamam de cultura massificada. Este movimento de reconhecimento é feito, segundo os autores, de forma manipulada e narcisista, pois por meio de elementos que se dissipam rapidamente entre consumidores está a idéia de

exclusividade e de sentimento de representação, enquanto reprime a capacidade de se relacionarem ou se reconhecerem em outras formas mais diversificadas de interação e informação.

Como mencionado anteriormente, é de suma importância destacar a contribuição de ambos os vídeos para a construção desta pesquisa, desde sua explanação histórica, acerca de como vêm sendo representados os efeitos da tecnologia na vida dos seres humanos, bem como observar as bagagens que vão sendo absorvidas do cotidiano social dos indivíduos para “dentro” dos ambientes que, por vezes é criado por eles próprios, e em outros momentos parece tomar forma independente da interferência humana. Além de também trazer para o centro das atenções (ao menos na base virtual) um tema de caráter tão urgente e delicado e proporcionar, entre seus seletos seguidores ou demais espectadores dos conteúdos, uma reflexão inicial sobre o tema. O alcance dos dois, menos de 800 em um e mais de 50 mil em outro, remetem explicitamente à forma como são escolhidas as formas de se relacionarem com o assunto e com seus respectivos interlocutores, e isto inegavelmente esbarra na forma como está se estruturando a construção do conhecimento e da interação entre pessoas, máquinas e ambientes que são ao mesmo tempo concretos e imateriais.

Considerações finais

A pornografia de vingança, caracterizada pela partilha criminosa, indevida e inautorizada de material íntimo, de cunho afetivo e sexual, se formaliza como uma nova roupagem da violência sofrida por mulheres cotidianamente referente aos seus corpos e sua sexualidade. Não há como desconsiderar o acometimento também de indivíduos do sexo masculino nesse evento, no entanto, o peso do martelo recai de forma bastante singular para ambos quando algumas consequências vêm à tona, principalmente àquelas que recaem sobre as outras relações estabelecidas no círculo da vítima. Enquanto homens são advertidos, sofrem ligeiras chacotas, mulheres perdem seus empregos, seus relacionamentos afetivos recentes, são constantemente perseguidas e, tristemente, em alguns casos sucumbem ao suicídio.

Mais do que enfatizar a necessidade do comprometimento de todos os indivíduos no enfrentamento a esta prática, esta pesquisa buscou elencar elementos que emergem desde muito antes da ebulição da *internet*, pontuando transformações significativas na vida dos seres humanos, mas também carregaram consigo os mecanismos de poder e opressão presentes nas relações interpessoais.

Com a intenção de vislumbrar quais caminhos trouxeram as pessoas para este tipo de relação e esta nova forma de violação do outro, cabe uma breve lembrança da linha do tempo presente na gênese da pornografia da vingança.

É difícil contestar que, sob a aurora do século XX, ciência e tecnologia literalmente arremessaram a humanidade para o futuro em quesito de evolução em diversos campos. Medicina, Filosofia, Sociologia e as ditas ciências duras como Física, Química e Matemática foram as principais propulsoras dos desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais em um nível global. O que muitas vezes deixa de ser considerado é a estreita relação deste desenvolvimento frente aos interesses bélicos da época. Ciência e Tecnologia estavam fortemente vinculadas às pastas militares fornecendo todo tipo de benefício em prol de disputas entre países. Com o advento da *internet*, as disputas se intensificaram, já que a cobertura de espaço foi se expandindo junto às ferramentas de comunicação e informação, e tal expansão tomou formas tão desproporcionais que nem mesmo seus desenvolvedores puderam contornar a quantidade de pessoas que se conectavam a algo que tinha seu objetivo projetado para a guerra. Neste ponto, foi o momento de democratizar a *internet* e permitir o acesso do cidadão comum nos espaços de troca de informações. Ainda que esta profusão tenha

sido bem sucedida, também foram alargados os campos de privacidade, restrição e monitoramento dos conteúdos que viajam pelas redes, mesmo que a escala de compartilhamento seja sempre infinitamente maior do que era há poucos segundos atrás, e neste sentido, é possível refletir se a *internet*, nos parâmetros atuais, ainda mantém sua ligação estreita com belicistas e demais personalidades interessadas nas informações que se abrigam numa simples troca de mensagens

Pensando nesta inevitável democratização, é fundamental considerar as múltiplas facetas que se assimilaram a este advento, tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. A cultura digital simboliza um significativo avanço tecnológico, representando a mudança completa de um ciclo histórico, alterando de vez os rumos da informação e comunicação. É definida por um conjunto de práticas que se reorganizaram dentro de um novo paradigma, que, no entanto, apresenta novidade somente nos mecanismos de transmissão e não nos moldes que se reproduzem dentro de seu espaço. A cultura é reflexo direto da ação humana no ambiente, pois tudo o que é apreendido e transmitido ao próximo, transporta uma compilação de métodos e costumes em seu bojo, ou seja, são criados múltiplos significados que embasam o viver e a convivência social. Muito antes de ser pensada a virtualidade presente na palma das mãos dos indivíduos, a cultura digital se infiltrou em seu cotidiano por meio da televisão, do telefone e do rádio. A habilidade de globalizar a comunicação, diluindo o processo de interação e propiciando diversas modalidades para realizar este feito são algumas das mais evidentes características do processo de estabelecimento da cultura digital na vida humana. É interessante ponderar que a cultura simplesmente não surge dentro do espaço digital ou virtual, ela é adequada, assimilada aos cenários e possibilidades que este espaço oferece, criando uma espécie de reflexo daquilo que acontece na vida real.

Ter esta dimensão de reflexão significa pensar criticamente nos processos que culminaram tal desenvolvimento e quais são as consequências que este reflexo traz para as interações humanas, significa perceber o movimento duplo entre manter aspectos tradicionais enquanto absorve elementos da modernidade e qual o desfecho desse processo diante da história contemporânea. Para a Teoria Crítica, principal corrente filosófica que analisa os movimentos históricos diante do chamado progresso emancipatório, é inegável destacar como as interações mais rápidas, os conteúdos mais diversificados trouxeram mudanças aos cenários de um século que se reestruturava após

a guerra. No entanto, tal mudança dificilmente se ampara na criticidade dos fatores, ou na reflexão aprofundada sobre determinado assunto, e para designar este bloco que, na maioria das vezes se faz bastante ideológico, é trazida a concepção da indústria cultural, responsável pela massificação de conteúdos que se valem da roupagem de “inédito”, “exclusivo” e “imprescindível” para racionalizar o pensamento e manter s indivíduos cativos num sistema que quase sempre proporciona respostas e justificativas padronizadas sobre as coisas.

Neste sentido, é comum idealizar que venha a ser a Educação a principal responsável pelo embate a tal processo, no entanto, como poderia a escola, os educadores, alunos e comunidade também não serem sugados para tal caminho? Ainda que os estudos das consequências do desenvolvimento social sejam, cronologicamente, mais antigas ao aparecimento de toda tecnologia presenciada atualmente, os espaços formadores e educativos, principalmente as escolas, não puderam escapar de serem também acometidos pelos processos que buscam fortemente tecnicizar o pensamento e os costumes em geral. De maneira breve, é possível correlacionar as interações da tecnologia com tal ambiente e produzir algumas perspectivas que, inclusive, se relacionam com o tema da pornografia de vingança presente entre jovens em idade escolar.

Tornar as tecnologias digitais e virtuais aliadas na construção do ensino escolar deixou de ser um requinte para as grades curriculares, assim como a profusão das mesmas, incorporar tais elementos nos projetos, planejamentos e formações foi abrupto e ao mesmo tempo urgente. O mérito de buscar excelência na transferência de conhecimento em tecnologias, de forma evidentemente instrutiva e educativa, fica a cargo das unidades de ensino, escolares ou não, mas que possuem uma linha estreita com a educação formativa. No entanto, diante de todo o exposto do presente trabalho, é necessária a indagação de quais ferramentas são oferecidas dentro destes espaços, a alunos e professores, que têm amparado ou até mesmo mostrado resultados no enfrentamento das violências que se infiltram por meio de celulares e demais aparatos portáteis. Cyberbullying, linchamento virtual, pornografia de vingança, todos estes eventos possuem a escola como cenário em comum, não exatamente como uma regra, mas como um ambiente propício que tristemente se escora nas estatísticas. Tornar a tecnologia aliada do processo de ensino e aprendizagem significa também reconhecer

seus efeitos negativos e a consequência de se migrarem violências para dentro destes espaços.

Na esteira dos crimes virtuais, é consenso que a intenção da maioria é prejudicar redes de informação e compartilhamentos, no caso de roubo de informações, e também atacar diretamente outras pessoas. Para além dos delitos que visam lucro, como estelionato, extorsão, plágio e chantagem, a reflexão presente nesta pesquisa busca ampliar a percepção de como as violências foram tragadas para os ambientes virtuais, onde a intenção de cyberbullying e pornografia de vingança, por exemplo, não conferem bem nenhum a seu emissor, ao contrário, em casos no qual a lei opera, este corre atualmente riscos de ser detido ou ter de custear uma multa razoavelmente onerosa. No entanto, qual seria a razão para uma proliferação cada vez mais crescente de crimes de ódio?

Cyberbullying e linchamento virtual se aproximam bastante em alguns aspectos, mas, como boa parte dos fenômenos sociais, possuem características que direcionam sua análise e contraposição em linhas de estudos diferentes. Enquanto o linchamento virtual pode ser episódico, massivo, porém aleatório, o cyberbullying se pontua por sua característica repetitiva, grosseira e violenta, tendo alvos determinados e perdurando de forma indeterminada. Mais uma vez a juventude se encontra soterrada neste cenário e, invariavelmente, a escola.³⁸ O uso de redes de compartilhamento, redes sociais e até a aquisição de aparelhos digitais têm crescido fortemente entre a faixa etária dos 10 aos 25 anos, evidentemente os problemas correlacionados a esta aproximação seriam mais notáveis neste grupo, entretanto, a essência da investigação se concentra na densidade de violações cometidas de forma tão técnica, tão grave e, diante das considerações feitas ao longo do texto, de forma tão deliberada. A relação entre juventude, *internet* e violência vem se intensificando na medida em que são consideradas prioridades as formas técnicas de lidar com essa imersão, a fim de lidar com problemas pontuais dentro das escolas, por exemplo, ao invés de serem melhores investigados o que é feito e propagado fora dos contextos pedagógicos. É urgente e fundamental que a criticidade do uso de tais aparatos seja inserida como aspecto primordial de uma formação que já se baseia na interatividade imediata e cada vez mais rasa entre pessoas e conteúdos.

³⁸ Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/cyberbullying-e-casos-de-suic%C3%ADdio-aumentam-entre-jovens>

Já no que tange a violência de gênero contra a mulher, a pornografia de vingança claramente simboliza um aprimoramento das violências que buscam inferiorizar, violar e submeter o corpo e o comportamento das mulheres diante das novas formas de relação entre pessoas, máquinas e mundos imateriais. A violência contra a mulher, baseada no gênero, remete a todo ato que tem como finalidade causar prejuízos nos planos físicos, psicológicos, patrimoniais e sexuais de uma mulher, expressamente pela sua colocação social, que é imposta e desigual diante de uma sociedade machista. No ato da pornografia de vingança, muito mais do que um rosto e um corpo estão sendo expostos, mas também uma personalidade íntima e uma sexualidade que é tratada com repulsa e ao mesmo tempo avidez. As mesmas pessoas que julgam a vítima também consomem seus vídeos ou outros materiais indevidamente distribuídos, as mesmas pessoas que condenam as atitudes gravadas são co-responsáveis pela sua disseminação leviana. E a superação desta prática epidêmica novamente recai sobre a necessidade de propósitos formadores a respeito da revolução tecnológica que adentra gradativamente não somente o agir, mas também o pensar dos indivíduos.

Finalmente, no que concerne aos vídeos, utilizados como apoio na contextualização e superação do problema da pornografia de vingança, é evidente que ambos carregam uma valiosa contribuição a respeito dos padrões que envolvem seu desdobramento e concedem também outros materiais de apoio que viabilizam a compreensão de um fenômeno que se expande assustadoramente, sobretudo entre os mais jovens. Como pontuado, tanto o material elaborado pelo Canal Futura, quanto o de Bel Rodrigues abordam as questões da juventude, da relação íntima de jovens com os ambientes virtuais e com a violência assimilada a estes contextos. Em ambos os casos é levado em consideração a extrema urgência de diversos espaços tratarem do assunto de forma ponderada, mas ao mesmo tempo enérgica, diante dos outros paradigmas que necessitam ser superados e que fomentam intensamente a base do fenômeno.

Entretanto, o elemento do alcance, munido de outros aspectos adjacentes, no caso de ambos, serviu de parâmetro para observar e compreender relativamente como se dá a busca e o consumo do material e porquê. A cultura que se difunde de forma sólida e pulverizada na atualidade busca um formato de diálogo que se prende nas concepções já formadas, assim como pontuado diversas vezes pelos autores da Teoria Crítica, há um aspecto duplo entre o movimento de arrebanhar ao mesmo tempo em que entrega algo como que feito com exclusividade para determinado grupo de pessoas. Independente da

qualidade dos dois materiais, o monólogo, repleto de afirmações e de cargas mais sentimentais de Bel Rodrigues parece se alocar melhor quando a preferência de contato com determinado assunto se mostra propensa a algo mais conciso e “semelhante” com quem recebe tal recurso.

Portanto, a pornografia de vingança pode, e deve, ser analisada, sob os parâmetros da Teoria Crítica, já que estabelece um padrão direto com os meandros dos impactos negativos de um progresso sustentado pela geração de riquezas desiguais, pelos sistemas despóticos de controle social e pela constante tentativa de racionalização do pensamento, perpassando pela sua incidência massiva dentro de determinada faixa etária que se encontra entremeada nos processos de socialização virtuais e interpessoais. Ainda, inseridos nesse nicho, a violência de gênero contra a mulher, que, ao passo do desenvolvimento da história, sempre ganha nova roupagem diante dos processos evolutivos, a fim de se manter presente nos sistemas de controle baseados na desigualdade, preconceito e desinformação. A análise da gênese da pornografia de vingança, bem como seus desdobramentos mais atuais, são de extrema relevância para o suporte pedagógico, formativo e elucidativo daqueles que se posicionam, seja por meio dos espaços educativos ou não, contra a violação dos direitos e contra a violência.

Referências:

- ABRAMOVAY, M.(Coord.) Cotidiano das escolas: entre violências. Rio de Janeiro: UNESCO, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, UNAIDS, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. 1985. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 233 p.
- ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. (trad. Dora Flaksman) 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BATISTA, S.C. & BARCELOS, G.T. Análise do uso do celular no contexto educacional. *Renote*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2013. <http://dx.doi.org/10.22456/1679-1916.41696>
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, n. 1, p. 63-76, jun. 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BRANDÃO, Edemilson Jorge Ramos. *Informática e Educação: uma difícil aliança*. Universidade de Passo Fundo, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia de tecnologias educacionais 2009. Organização: ANDRÉ, Cláudio Fernando. Brasília: 2009, p. 84.
- BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 [*internet*]. Diário Oficial da União. 25 Set 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm.
- BUZZI, Vitória de Macedo. Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro. (monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133841/TCC%20Vit%c3%b3ria%20Buzzi%20Versao%20Repositorio.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (acessado em: 26 de abril de 2021)
- CASTELLS, M. 1999. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1.
- Caso Carolina Dieckmann. Disponível em: http://www.purepeople.com.br/noticia/carolina-dieckmann-se-pronuncia-sobre-vazamento-de-fotos-intimas_a37/1
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n8, jul/dez 2002, p 432-443.

COSTA, Eli Banks Liberato. Charles Babbage (1791-1871) e a mecanização do cálculo: das engrenagens à “máquina de pensar”, 2012, (tese doutorado, disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13273/1/Eli%20Banks%20Liberato%20da%20Costa.pdf>) Acessado em: 29 de abril de 2020.

DATASAFER. Indicadores – anos 2007 a 2018. Disponível em: <https://helpline.org.br/indicadores/>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

DEBARBIEUX, Éric. Violência na escola: um desafio mundial? Tradução Teresa Katzenstein, Lisboa: Instituto Piaget, 2006

FLECK, Amaro, Afinal de contas, o que é teoria crítica? [After all, what is a critical theory?] v. 24 n. 44 (2017): Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), disponível em: <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24n44ID12083>

FONSECA FILHO, Clézio História da computação: O Caminho do Pensamento e da Tecnologia / Clézio Fonseca Filho. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007. 205 p.

FRANÇA, Leandro Ayres (coord.). (2019). Projeto Vazou: pesquisa sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas no Brasil. Porto Alegre: 2019. Disponível em: <https://www.crimlab.com/projetovazou/resultado.pdf>.

GOMES, Luiz Roberto. Teoria Crítica e Educação Política em Theodor Adorno. Revista HISTEDBR, 2010. disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/art17_39.pdf

GOMES, Marilise Mortágua —As Genis do século XXI: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais. Rio de Janeiro, 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4441/1/MGomes.pdf>

GUIMARÃES, Silvia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 20, n. 2, p. 188-196, 2007.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001.

HUNT, L. A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acessado em: 05 de julho de 2020

<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acessado em: 05 de julho de 2020

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101705>. Acessado em: 05 de julho de 2020

KRUG EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

LEMOS, André. Cibercultura como território recombinate. In. A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa [organizado por] Eugênio Trivinho, Edilson Cazeloto. – São Paulo : ABCiber, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista/ 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

MARX, Karl. O Capital. Critica da Economia Politica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-41.

MOGENDORFF, Janine Regina. A Escola de Frankfurt e seu legado. Verso e Reverso, XXVI(63), p. 152-159, set-dez 2012. (Coleção Passo a Passo, 47)

MORAES JUNIOR, Manoel Ribeiro de. De Marx a Horkheimer: Uma história da convergência entre teoria e práxis. Praxis Filosófica, núm. 34, janeiro-junho, 2012, pp. 119-137. Universidad del Valle, Cali, Colombia.

NASCIMENTO, J. K. F. Histórico da Informática Educativa no Brasil. Unidade 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

NEDER, Ricardo T. (org.) – Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos.13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência, in Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo. Caderno Pagu, 2001. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007. Acessado em: 27 de agosto de 2020.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo; 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, 1989, disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acessado em: 27 de agosto de 2020.

TÜRCKE, Christoph. Sociedade Excitada: Filosofia Da Sensação. Tradução: Antonio A.S. Zuin... [Et Al.]. Campinas: Ed. Unicamp, 2010, 323 P.

VILELA, Rita Amelia. A Teoria Critica Da Educação De Theodor Adorno E Sua Apropriação Para Análise Das Questões Atuais Sobre Currículo E Práticas Escolares. Belo Horizonte: CNPQ (Relatório de Pesquisa), 2006.

Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; 2013.

Waiselfisz JJ. *O mapa da violência 2015. Homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; 2015.

ZALUAR, Alba. (org.) *Violência e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992.

ZALUAR, Alba.; LEAL, M. C. Violência Intra e Extramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], 16, n. 45, 2001.

ZUIN, A. S, GOMES, L.R, 2017 - A Teoria Crítica e a sociedade da cultura digital, disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2183/568>. Acessado em: 27 de maio de 2020.

ZUIN, A.A.S. *Cyberbullying contra professores: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa*. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. O celular na escola e o fim pedagógico. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, n. 143, p. 419-435, jun. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000200419&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 18 de junho de 2020.